

Requalificação Urbana e Qualidade de Vida no Centro Histórico de Trancoso

Joana Raquel Casaca da Costa

Relatório de estágio submetido como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Urbanos

Orientadora Científica:

Professora Doutora Maria Teresa Esteves Costa Pinto, Professora Auxiliar, ISCTE –
Instituto Universitário de Lisboa

Orientadora Institucional:

Mestre Maria João Costa Gregório, Técnica Superior, Câmara Municipal de Trancoso

Outubro, 2014

Resumo

O presente relatório de estágio, realizado na Câmara Municipal de Trancoso, tem como principal objetivo melhorar o conhecimento atual relativo à qualidade de vida oferecida pelo centro histórico aos seus habitantes, de modo a apoiar o planeamento estratégico e a gestão local, indo ao encontro dos objetivos do Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Trancoso.

A tomada de consciência do elevado valor patrimonial dos centros históricos em geral e, neste caso, em particular o de Trancoso, desencadeia a preocupação com a necessária recuperação física, funcional e social, de modo a pensar o seu futuro, o que passa necessariamente pelo estudo e compreensão da qualidade de vida dos indivíduos habitantes neste local e das suas necessidades e expectativas.

Foi realizado um inquérito por questionário aos habitantes do centro histórico de Trancoso. Assim, foi possível uma caracterização social da população deste local e avaliou-se a perceção da qualidade de vida dos habitantes, tendo em conta as expectativas e as necessidades da população em estudo. Foi, ainda, possível diagnosticar quais os principais aspetos que caracterizam/descaracterizam o centro histórico e de que modo novas intervenções urbanas transformariam a perceção da qualidade de vida dos habitantes do centro histórico.

Por fim, com a realização do estágio é também pretendido oferecer recomendações e soluções para um combate ativo ao abandono do centro histórico e definir estratégias para incrementar maior qualidade de vida a estes habitantes.

Palavras-chave: Qualidade de vida; Requalificação urbana; centro histórico de Trancoso; Plano de salvaguarda do centro histórico de Trancoso.

Abstract

The present internship report, carried out at the City Council of Trancoso, has the main goal of improving the current knowledge regarding the quality of life the historical center offers to its inhabitants in order to support both the strategic planning and the local management, thus meeting the goals of the Safeguard Plan of the Historical Centre of Trancoso.

The ongoing awareness of the high patrimonial value of the historical centers, particularly Trancoso's, unleashes the concern for its needed physical, functional and social recovery, projecting its future, one that will necessarily pass by studying and understanding the quality of life of its dwellers, their expectations and needs.

A survey, by means of a quiz to the inhabitants of the historical center of Trancoso, was made. This way, not only it was possible to obtain a social characterization of the population of this region but also to evaluate the perception of the quality of life of its dwellers, taking upon consideration both the needs and expectations of the population in question, in an attempt to diagnose the main aspects that characterize/mischaracterize the historical centre and how some new urban interventions would alter the perception the historical center's inhabitants have of their quality of life.

Ultimately, with the implementation of the internship it is also our goal to provide recommendations and solutions to an active combat against the abandon of the historic center as well as to define strategies to enhance the life quality of these inhabitants.

Key-words: Life quality; Urban requalification; historical centre of Trancoso; Safeguard plan of the historical centre of Trancoso.

Índice

Índice de Quadros	VII
Índice de Figuras	VIII
Glossário de siglas	IX
Introdução	1
Capítulo I – Âmbito do estágio curricular na Câmara Municipal de Trancoso e objetivos do estudo de caso	3
1. Apresentação do Estágio Curricular, objetivos e problemática	3
2. Objetivos do estudo e questões de investigação.....	4
Capítulo II – Os Centros históricos e a requalificação urbana.....	5
1. A importância dos centros históricos nos aglomerados urbanos.....	5
2. O declínio dos centros históricos	7
3. Centros históricos: desafios e possíveis soluções.....	8
Capítulo III – A qualidade de vida na cidade	11
1. A importância da análise da qualidade de vida para a intervenção na cidade.....	11
2. Principais fraturas na abordagem do conceito de Qualidade de vida	14
3. Avaliar a qualidade de vida da(s)/na(s) cidade(s)	15
Capítulo IV - Requalificação urbana e qualidade de vida no Centro Histórico de Trancoso	20
1. Enquadramento geográfico do Concelho de Trancoso	20
2. Enquadramento sociodemográfico do Concelho de Trancoso	23
2.1 Evolução demográfica e estrutura etária: perda e envelhecimentos da população	23
2.2 Emprego e estrutura de qualificações: predomínio do setor terciário com uma população pouco qualificada	27
2.3. Mobilidade	30
3. A cidade de Trancoso e o seu Centro Histórico	31
3.1 Presença Judaica no Centro Histórico de Trancoso.....	33
3.2 Breve caracterização do Centro Histórico de Trancoso.....	34
Capítulo V – Modelo de análise e Metodologia	36

1. Modelo de análise	36
2. A metodologia do Estudo	37
3. Plano de ação da investigação	37
3.1. A administração dos questionários	39
4. Técnicas de Recolha/Produção de dados	39
Capítulo VI – Apresentação, análise e discussão dos resultados da investigação	40
1. Caracterização sociográfica	40
1.1 Distribuição dos inquiridos por estrutura etária: envelhecimento da população	40
1.2 Emprego e estrutura de qualificações: predomínio dos reformados e população com baixos rendimentos	42
2. Situação habitacional e condições residenciais	47
3. Modos de vida e redes de relações sociais	55
4. Perceção e avaliação da Qualidade de Vida pessoal e no Centro Histórico	57
5. Perceção da qualidade de vida no Centro Histórico: Aspectos positivos e negativos	67
6. Contributos específicos para o Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Trancoso	70
7. Perceção dos não habitantes	71
Capítulo VII – Conclusão e Reflexão final	73
Referências Bibliográficas	77
Anexos	83

Índice de Quadros

Capítulo IV

Quadro 4.1 - <i>Variação da população residente 2001-2011, por grupos etários</i>	24
Quadro 4.2 – <i>Índice de envelhecimento (Nº); Índice de dependência de idosos (Nº); Índice de longevidade (Nº); Índice de dependência de jovens (Nº) (2011)</i>	26
Quadro 4.3 – <i>População empregada por setor de atividade (2011)</i>	27
Quadro 4.4 – <i>População residente /Nível de escolaridade (2011)</i>	29

Índice de Figuras

Capítulo IV

4.1 – Enquadramento geográfico do Concelho de Trancoso	21
4.2 – Freguesias e Uniões de Freguesias do Concelho de Trancoso	22
4.3 – População residente e densidade populacional (1991/2001/2011)	23
4.4 – Centro histórico de Trancoso (Perímetro muralhado)	32
4.5 – Rua da Corredoura (Rua direita)	35
4.6 – Edifício reabilitado Residência de estudantes da Escola Profissional de Trancoso	35

Capítulo VI

6.1 – Distribuição dos inquiridos segundo o escalão etário (%)	41
6.2 – Sexo dos inquiridos segundo o escalão etário (%)	41
6.3 – Estado civil dos inquiridos (%)	42
6.4 – Grau de escolaridade dos inquiridos (%)	43
6.5 – Grau de escolaridade dos inquiridos segundo o escalão etário (%)	43
6.6 – Condição perante o emprego (%)	44
6.7 – Condição perante o emprego segundo o escalão etário (freq)	45
6.8 – Rendimento do agregado familiar (%)	46
6.9 – Situação económica segundo a idade (freq)	46
6.10 – Local de trabalho/estudo (%)	47
6.11 – Sempre viveu no centro histórico (%)	48
6.12 – Razão pela qual mora no centro histórico (%)	48
6.13 – Razão por ter mudado de casa segundo o escalão etário (freq)	49
6.14 – Vínculo legal/jurídico com o imóvel (%)	50
6.15 – Encargos com a habitação segundo o orçamento familiar (%)	50
6.16 – Satisfação com diversos aspetos da habitação (%)	52
6.17 – Possibilidade de mudar de residência (%)	53
6.18 – Tipo de casa (%)	53
6.19 – Opinião dos inquiridos segundo a afirmação: “Não trocaria o centro histórico por nenhum outro local da cidade” (%)	54
6.20 – Número de viaturas/automóveis do agregado familiar (%)	54

6.21 – <i>Percentagem de habitações com garagem</i>	54
6.22 – <i>Grau de frequência a locais e serviços (%)</i>	56
6.23 – <i>Tipo de relação com os vizinhos (%)</i>	57
6.24 - <i>Satisfação com o nível de vida (%)</i>	58
6.25 - <i>Satisfação com o nível de vida segundo o escalão etário (%)</i>	59
6.26 - <i>Satisfação com o nível de vida segundo o sexo (%) (%)</i>	59
6.27 – <i>Satisfação com o nível de vida segundo o estado civil</i>	60
6.28 – <i>Autoposicionamento na qualidade de vida por escalões etários (média)</i>	61
6.29 - <i>Autoposicionamento na qualidade de vida por sexo (média)</i>	61
6.30 – <i>Autoposicionamento na qualidade de vida segundo o estado civil (média)</i>	62
6.31 – <i>Autoposicionamento na qualidade de vida segundo o tipo de família (média)</i>	63
6.32 – <i>Autoposicionamento na qualidade de vida segundo a satisfação económica (média)</i>	64
6.33 – <i>Auto posicionamento na qualidade de vida segundo o rendimento familiar (média)</i>	65
6.34 – <i>Domínios mais importantes para a QV (média)</i>	66
6.35 – <i>Locais de maior qualidade de vida em Portugal (%)</i>	66
6.36 – <i>Aspetos mais positivos que o CH oferece aos seus habitantes (freq)</i>	67
6.37 – <i>Aspetos menos positivos que o CH oferece aos seus habitantes (freq)</i>	68
6.38 – <i>Aspetos mais positivos que o CH oferece aos seus habitantes por ordem de prioridade</i>	68
6.39 - <i>Aspetos menos positivos que o CH oferece aos seus habitantes por ordem de prioridade</i>	68
6.40 - <i>Aspetos dissonantes existentes no CH (freq)</i>	69
6.41- <i>Disposição de realizar obras na fachada da habitação (%)</i>	70
6.42 - <i>Existência de marcas criptojudáicas na fachada do edifício (freq)</i>	71
6.43 - <i>Identificação de placas junto às marcas criptojudáicas (%)</i>	71
6.44 - <i>Motivo da visita (freq)</i>	72
6.45 – <i>O que lhe agradou mais (freq)</i>	72
6.46 - <i>Grau de satisfação com o estado de conservação dos edifícios (freq)</i>	73

Glossário de siglas

CE – Comissão Europeia

CEE - Comunidade Económica Europeia

CH – Centro Histórico

CMT – Câmara Municipal de Trancoso

CM - Caminhos Municipais

CMDFCI – Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

DGOTDU – Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

EDS – Estratégia de Desenvolvimento Sustentável

EM - Estradas Municipais

EN - Estradas Nacionais

ER – Estradas Regionais

GTF – Gabinete Técnico Florestal

IMTT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes

INE – Instituto Nacional de Estatística

MIT - Massachusetts Institute of Technology

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PORDATA - Portal da Base de Dados Portugal Contemporâneo

PSCHT – Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Trancoso

QV – Qualidade de Vida

RSI – Rendimento Social de Inserção

SPSS – Statistical Package for the Social Sciences

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

Introdução

“Se cada cidade é uma partida de xadrez, o dia em que eu conhecer as suas regras finalmente possuirei o meu império, apesar de que jamais conseguirei conhecer todas as cidades.”

(Calvino, 2006:51)

Desde tempos idos que as cidades são resultado das sociedades que fisicamente construíram e socialmente edificaram, num processo contínuo e intemporal. De facto, as cidades sempre polarizaram importantes funções sociais, culturais, patrimoniais e históricas, sendo uma herança das sociedades passadas e uma mais-valia para as sociedades futuras. Todas as atividades exercidas na cidade constituem o motor da vida urbana, sendo o seu eixo gravitacional o centro histórico. Tal como refere Teresa Barata Salgueiro (2005: 259), os centros históricos para além de serem “as partes mais antigas da cidade”, estabelecem-se como uma “sucessão de testemunhos de várias épocas, monumento que nos traz vivo o passado, nos dá a dimensão temporal com a sequência dos factos que estruturam as identidades”.

O centro histórico das cidades é a base da cidade atual. Indo ao encontro do pensamento de Ramalheite (2006:1-2), o estudo desta base das cidades atuais “constitui (...) um dos passos essenciais para a elaboração de políticas e práticas de desenvolvimento (...). Os centros históricos são por excelência os locais onde podemos observar, através de registos arquitetónicos, sociais e culturais, o passado, o presente e os seus desejos futuros da população”.

Começa a existir uma preocupação com a qualidade de vida dos habitantes dos centros históricos, devido ao surgimento de problemas inerentes aos mesmos. A criação de novas centralidades, deixando o centro histórico de ser um” (...) condensador de funções urbanas, no qual podem ser identificadas várias patologias, tais como a desertificação, insegurança, envelhecimento, ruína, abandono do comércio tradicional, etc..” (Gregório, 2009:2), desempenhando um papel menos importante na cidade atual. De forma a solucionar este tipo de problemas que afetam o centro histórico, surgem políticas urbanas ligadas à requalificação e reabilitação urbana.

Surge, desta forma, o interesse em saber qual é a percepção da qualidade de vida dos habitantes do centro histórico e de que forma esta avaliação pode apoiar as políticas urbanas e como estas, por sua vez, se refletem na qualidade de vida, melhorando-a.

Este relatório enquadra-se no âmbito da conclusão do Mestrado em Estudos Urbanos e no Estágio Curricular realizado na Câmara Municipal de Trancoso (CMT). Tem como principais objetivos melhorar o conhecimento atual relativo à qualidade de vida dos residentes do centro histórico de Trancoso, apoiar o planeamento estratégico e a gestão local e propor medidas de reabilitação no centro histórico. Para tal, levou-se a cabo uma caracterização da população habitante do centro histórico de Trancoso, até ao momento inexistente, pretendendo chegar a diversas conclusões sobre a percepção da qualidade de vida, suas necessidades e expectativas, através do conhecimento do nível de vida, de condições residenciais, vivências sociais, entre outros indicadores.

O presente relatório de estágio encontra-se estruturado por capítulos. Deste modo, o capítulo I pretende enquadrar o âmbito do Estágio Curricular na instituição de acolhimento do mesmo (Câmara Municipal de Trancoso - CMT), definindo os seus objetivos, problemática, o estudo de caso e as questões de investigação.

O capítulo II foca essencialmente a importância dos centros históricos nos aglomerados urbanos, o seu declínio e os desafios e possíveis soluções.

No capítulo III, desenvolve-se a temática da qualidade de vida e, num momento de reflexão em torno no conceito, a importância da análise da qualidade de vida para as possíveis intervenções na cidade, as várias abordagens do conceito de qualidade de vida e as formas da qualidade de vida na(s)/da(s) cidade(s).

O capítulo IV enquadra, do ponto de vista histórico, geográfico e sociodemográfico, o centro histórico, procurando traçar a sua evolução a estes níveis.

O capítulo V aprofunda as questões metodológicas, o modelo de análise, o percurso metodológico e as técnicas de recolha de dados e análise de dados.

Já no capítulo VI, apresentam-se, analisam-se e discutem-se os dados recolhidos no trabalho de campo descrito.

Por último, no capítulo VII, apresentam-se as conclusões do estudo, aproveitando para refletir criticamente sobre o percurso da investigação, o âmbito em que esta se desenvolveu, procurando, ainda, deixar algumas soluções/recomendações futuras.

Capítulo I – Âmbito do estágio curricular na Câmara Municipal de Trancoso e objetivos do estudo de caso

1. Apresentação do Estágio Curricular, objetivos e problemática

Como conclusão do Mestrado em Estudos Urbanos, e em alternativa à elaboração da Dissertação ou ao Trabalho de Projeto, optou-se pela realização de um estágio curricular¹. De acordo com os propósitos definidos neste âmbito, sugeriu-se abordar uma temática relacionada com o mestrado, um projeto de intervenção a partir de um diagnóstico de um problema merecedor de intervenção, atenção e atuação. A instituição acolhedora para este estágio curricular foi Câmara Municipal de Trancoso, uma vez que é importante intervir em cidades do interior, promovendo, assim, o nosso país enquanto um todo e não apenas o litoral, por aí se localizarem as maiores e mais dinâmicas cidades de Portugal. É necessário intervir neste tipo de cidades, reinventando-as, não apenas, mas também através de planos e políticas urbanas, de modo a recuperar antigos edifícios de elevado valor histórico e atrair novos residentes. A Câmara Municipal de Trancoso tem em curso um Plano de Salvaguarda do centro histórico de Trancoso que tem como objetivo principal a recuperação e valorização do património existente neste local. Indo ao encontro deste plano, o objetivo desta investigação é, também, apresentar um conjunto de propostas que possam tornar esta cidade cada vez mais atrativa, quer para os residentes, quer para os não residentes.

As cidades são espaços orgânicos, em constante mutação, que se reinventam e se reestruturam a cada dia. São também espaços sociais com dinâmicas particulares, ocupando e libertando diferentes lugares dentro do espaço urbano. Assim, como é sabido, é próprio desta mesma dinâmica o abandono dos centros históricos, outrora locais de concentração de atividades e serviços, são agora, em muitos casos, espaços relegados a uma população idosa, de fracos recursos financeiros. São ainda caracterizados por um conjunto arquitetónico de interesse, repleto de património, mas em grande medida em más condições de conservação, nos quais urge intervir.

A tomada de consciência do elevado valor patrimonial dos centros históricos e, no caso particular do centro histórico de Trancoso, expressa a preocupação com a sua necessária recuperação física, funcional e social, de modo a pensar o seu futuro, o que passa necessariamente pelo estudo e compreensão da qualidade de vida que este oferece, quer aos residentes em qualquer outro espaço da cidade, quer mesmo, a turistas ou visitantes.

¹ Para mais informações sobre a composição e organização do estágio curricular consultar anexo A.

A situação atual dos centros históricos, em muitas cidades, de abandono e degradação, ostenta desde logo premente a urgência, a importância e a necessidade de um planeamento, requalificação e gestão dos centros históricos, mais eficaz e que tenha em conta das especificidades do território em questão. Assim, o têm entendido os municípios que se confrontam com idênticas situações e que despertam de anos de incúria e abandono. Esta recuperação dos edifícios, muitas vezes classificados como património e de vasto interesse, virá a oferecer melhores condições de habitabilidade e uma melhor qualidade de vida aos seus habitantes, travando o contínuo despovoamento dos centros históricos, como se espera possa acontecer no centro histórico de Trancoso. Tratando-se de um centro histórico de singular importância a diversos níveis como social, histórico, geográfico, religioso, entre outros, o centro histórico de Trancoso é merecedor, consideramos nós, de um estudo que tenha por finalidade a construção de propostas para a sua revitalização.

Considera-se, assim, que, mais do que um local de passagem, este deverá ser um local de permanência, habitado e vivido. Neste sentido, é importante perceber qual é a perceção da qualidade de vida neste contexto, o que torna este espaço atrativo ou desinteressante do ponto de vista da qualidade de vida oferecida, bem com as expectativas e necessidades que os seus habitantes manifestam, para que o planeamento se possa adequar à realidade onde intervém.

2. Objetivos do estudo e questões de investigação

Foi proposto à Câmara Municipal de Trancoso o tema “A requalificação urbana e a qualidade de vida no centro histórico de Trancoso” a desenvolver durante o período de estágio, como forma de conclusão do Mestrado em Estudos Urbanos, neste organismo público.² Durante os 9 meses de estágio curricular nesta instituição, a presente investigação esteve interligada com uma equipa de intervenção que tinha como missão desenvolver, o plano de salvaguarda do centro histórico de Trancoso (PSCHT). Trata-se de é uma equipa multidisciplinar com diversas propostas de intervenção, sendo a principal a reabilitação de edifícios em degradação e/ou abandono, de modo a proporcionar desenvolvimento económico, salvaguarda de bens culturais e patrimoniais, melhoria das condições de vida e dinamização social.

A escolha deste tema prende-se com a pertinência da realização deste tipo de análise num município de pequena dimensão, em articulação com o plano de salvaguarda do centro histórico de Trancoso, contribuindo para a requalificação da cidade, para a melhoria da sua imagem, quer junto dos residentes, quer dos não-residentes (turistas e visitantes).

² O organigrama da CMT – Câmara Municipal de Trancoso, pode ser consultado no anexo B.

Como objetivos concretos do presente trabalho, identificámos os seguintes pontos basilares: 1- Traçar uma caracterização sociodemográfica da população habitante do centro histórico e em avaliar qualidade de vida oferecida pelo centro histórico aos seus habitantes e não habitantes (turistas e visitantes); 2- Apoiar, através de um conhecimento informado, o planeamento estratégico e a gestão local; 3- Propor medidas de revitalização do tecido sócioeconómico e a cultura locais no centro histórico, contribuindo para repensar políticas municipais.

Como questões orientadoras para o presente estudo, identificámos as seguintes: 1- De que forma a avaliação da qualidade de vida dos indivíduos que habitam no centro histórico poderá auxiliar políticas municipais mais adequadas? 2- De que forma o planeamento e a gestão urbana no centro histórico têm influência na perceção da qualidade de vida neste espaço? 3- O plano de salvaguarda do centro histórico de Trancoso tem capacidade de influenciar a qualidade de vida percebida?

Capítulo II – Os Centros históricos e a requalificação urbana

O capítulo que se segue tem como principal objetivo refletir sobre a importância dos centros históricos para as cidades contemporâneas, não ignorando os processos de declínio por que muitos têm passado e as propostas para travar e inverter esta tendência. Por outro lado, torna-se necessário caracterizar o espaço que se vai investigar, neste caso concreto, o centro histórico de Trancoso, de modo a conhecer esta área urbana mais detalhadamente.

1. A importância dos centros históricos nos aglomerados urbanos

O centro histórico de uma cidade é, tradicionalmente, a área mais antiga que se tornou progressivamente o centro da cidade contemporânea, e que ocorre normalmente “com o núcleo de origem do aglomerado, de onde irradiaram outras áreas urbanas sedimentadas pelo tempo, conferindo assim a esta zona uma característica própria cuja delimitação deve implicar todo um conjunto de regras tendentes à sua conservação e valorização” (DGOTDU, 2005:128).

É indiscutível que o centro histórico de uma cidade é por definição um lugar central relativamente à restante área urbana envolvente, sendo definido pelo seu “poder de atração sobre os habitantes e turistas, como foco polarizador da vida económica e social” (Cavém, 2007:16). O núcleo histórico corresponde assim ao centro funcional tradicional das cidades, que perdeu alguma atratividade, por se ter tornado menos acessível que outras áreas mais recentes. Segundo Cavém, o centro histórico “permanecerá sempre como a parte antiga da cidade, e isso explica que o elemento mais marcante de um centro histórico na atualidade seja

a sua imagem simbólica” (Cavém, 2007:16). Os centros históricos são espaços físicos que apresentam realidades sociais próprias que funcionam como fator de distinção do restante espaço envolvente – a cidade. Possuem uma estrutura social que os caracteriza e lhes confere uma identidade muito particular.

O centro histórico é “o lugar simbólico por excelência, o da história e da memória coletiva” (Rémy e Voyé, 2004:92). Também Peixoto (2003:212) considera que o centro histórico constitui a memória coletiva de um povo, de uma cidade através do seu património edificado, monumentos, configuração territorial/espacial, atividades quotidianas e rituais esporádicos, relações de vizinhança, que fomentam o sentido de pertença dos seus habitantes.

Os centros históricos, ao serem uma parte integrante do centro urbano antigo das cidades, constituem-se como “conjuntos urbanos com interesse histórico cuja homogeneidade permite considerá-los como representativos de valores culturais, nomeadamente históricos, arquitetónicos, urbanísticos ou simplesmente afetivos, cuja memória importa preservar” (DGOTDU, 2005:129). Para além da relevância do património construído, de carácter mais físico, o centro histórico de um aglomerado urbano faz parte da memória coletiva desse território, de tal modo que “esta memória coletiva constitui um quadro de referência fundamental para o equilíbrio psicológico necessário para reagir às mudanças que constantemente se prefiguram nas nossas cidades” (Salgueiro, 1999:388).

Como o conceito indica, o “centro” tem tradicionalmente uma posição central relativamente ao espaço urbano construído e ocupado pelos seus habitantes e pelas diversas funções aí desempenhadas. Assume, portanto, uma localização geográfica estratégica relativamente às restantes zonas da cidade, que, em consequência, lhe confere uma centralidade económica, decorrente, também do facto de ser no centro histórico das cidades que se localizam, tradicionalmente, os estabelecimentos comerciais mais importantes, as sedes de empresas e da administração pública os quais se concentram frequentemente nestes núcleos por vantagens de prestígio daí decorrentes. Citando Teresa Barata Salgueiro (2005:354) no que respeita à centralidade social do núcleo histórico das cidades, esta “advém do facto de ser o principal lugar de encontro, de intercâmbio e de informação” bem como convívio, criação de sociabilidades, recreio, lazer, centralizando importantes fluxos de pessoas.” Já desde outros tempos que se verifica esta importante função cívica do centro histórico das cidades, pois sempre foi “o sítio a frequentar para passeio, para ver montras, para ver gente e encontrar os amigos, para fazer compras e para assistir a espetáculos” e, um lugar privilegiado para viver (Salgueiro, 2005:354).

O centro histórico não é um espaço isolado, independente da restante estrutura urbana, é antes um espaço que cria relações físicas e sociais dentre os diferentes espaços urbanos que correspondem às diferentes fases que marcam a história de um território. A cidade não é só o dia de hoje, é o cumular de realidades e vivências de ontem, de hoje e de amanhã. Essas vivências deverão ser consideradas como integrante do tecido urbano, assumindo um papel preponderante na manutenção e proliferação da identidade da cidade e dos seus habitantes.

2. O declínio dos centros históricos

Na segunda metade do século XX, verifica-se uma mudança de paradigma na ocupação do território urbano, em que a descentralização assume um papel preponderante na morfologia urbana, alterando profundamente a composição e a localização das principais funções, localizadas tradicionalmente nas áreas históricas das cidades, fazendo emergir novas preocupações relacionadas com o seu futuro e, com a sua eventual “morte anunciada”. Estas alterações físicas na estrutura urbana têm como consequências, também, um esbater das fronteiras/limites da cidade, que se tornam quase impercetíveis, sobretudo quando pensamos em áreas metropolitanas.

Apesar de todas estas transformações que se verificam desde o início do século XX, a decadência e o abandono das zonas históricas das cidades começa a sentir-se com maior intensidade a partir dos anos de 1970, devido ao progresso da tecnologia, dos transportes e das comunicações, configurando, assim, importantes alterações na “organização económica e social e, portanto, também nos modos de produção e de apropriação do território, na estrutura das cidades” (Salgueiro, 1999:226).

A consequência destes novos padrões acaba por retirar a primazia dos convencionais centros históricos das cidades (congestionados, com um parque edificado envelhecido e menos flexíveis a novos fatores de localização) e explica por sua vez, a emergência das novas centralidades periféricas.

Indo ao encontro do pensamento de Teresa Barata Salgueiro (1999:228), verifica-se uma emergência de novas centralidades para além do perímetro urbano. Estas centralidades têm repercussões nos centros históricos, que prendem com a saída de população para zonas mais periféricas da cidade, o abandono e resultante decadência do parque habitacional e a própria perda de competitividade das zonas centrais. Todas estas questões acompanham a vida dos centros históricos, agudizada pela carência de comércio, serviços de proximidade, jardins, estacionamento, entre outros.

As mutações sociodemográficas nas décadas recentes levaram a uma deslocação de população para fora das áreas urbanas históricas, existindo razões diversas, como a oportunidade de obter uma habitação mais barata e com melhores condições habitacionais, a procura de mais e melhor qualidade de vida e maior facilidade em aceder aos serviços públicos. Para além dos motivos atrás descritos, também a procura de habitação mais próxima do emprego ou a precariedade dos contratos de arrendamento nos centros históricos, contribuem para o aumento da tendência de abandono destes espaços e consequentemente, para a degradação do próprio edificado, por vezes até à ruína, criando-se um certo círculo vicioso (Robert and Sykes, 2004:26 in Cávem, 2007:17). Por tal, urge intervir nos centros históricos, para que este fenómeno não aconteça tão frequentemente.

Segundo Bohigas, os centros históricos das cidades constituem-se como “espaços urbanos muito identificáveis, de alta qualidade representativa, cheios de elementos emblemáticos” e “(...) a cidade como tal, com todos os seus atributos, reconhece-se no centro: o nome, a identidade, a representação, os monumentos, a integração coletiva, a qualidade urbana” (1998:203). Torna-se assim necessária a sua salvaguarda e valorização. É de facto indiscutível a necessidade de preservação dos antigos centros históricos das cidades, pois “defender e valorizar os legados físicos do passado representa um imperativo para as sociedades contemporâneas e um desafio para os territórios” (Henriques, 2003:7 in Cavém, 2007:20).

3. Centros históricos: desafios e possíveis soluções

Perante este panorama de crise dos centros históricos das cidades, urge encontrar soluções que resolvam os problemas destes núcleos urbanos históricos. Assiste-se, assim, à necessidade de revitalizar o centro histórico das cidades e de realizar uma nova gestão destes espaços, através da fixação de habitantes e atração de novos residentes, tentando conter a perda de população residente nos núcleos urbanos, diversificar a base económica e desenvolver esforços no sentido de captar e estimular o estabelecimento de novos dinamismos afetados pela centrifugação dos serviços terciários, de estimar e qualificar o espaço público, tornando-o mais atrativo e, reforçar a preservação do património histórico/arquitetónico existente (Cavém, 2007:19).

Portas (1985:8) defende que a intervenção na cidade existente compreende o “conjunto de programas e projetos públicos ou de iniciativas autónomas que incidem sobre os tecidos urbanizados dos aglomerados, sejam antigos ou relativamente recentes, tendo em vista a sua reestruturação ou revitalização funcional (atividades e redes de serviços); a sua recuperação ou reabilitação arquitetónica (edificação e espaços não construídos, designadamente os de uso

público); finalmente a sua reapropriação social e cultural (grupos sociais que habitam ou trabalham em tais estruturas, relações de propriedade e troca, atuações no âmbito da segurança social, educação, tempos livres, etc.)”.

De realçar também o papel essencial dos atores e agentes locais envolvidos neste mesmo território. Para além do diálogo com a comunidade local, o envolvimento da população pode ser feito através de vários mecanismos: organizar ações de âmbito cultural como visitas, exposições; contactos nas escolas, desde o primeiro nível de ensino básico; a promoção de cursos de técnicas tradicionais de construção para formação de técnicos especializados em trabalhos de reabilitação; realizar debates, sessões de esclarecimento ou de trabalho em conjunto durante as várias fases do processo; a abertura de um espaço de atendimento ao público personalizado, etc. (Portas, 1985:9).

Para que o centro histórico seja um local mais atrativo e próspero mantendo, no entanto, a sua história arquitetónica, social, cultural e simbólica, no fundo, a sua própria identidade, torna-se necessário conseguir transformá-lo num pólo atrativo, numa mais-valia para a cidade, para os seus habitantes e utilizadores.

A conservação e a requalificação do património arquitetónico exige responsabilização dos poderes locais e a participação ativa dos cidadãos no processo.

Qualquer estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, económicas e funcionais, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida das populações residentes, exige uma melhoria das condições físicas do parque habitacional conseguida pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infraestruturas e espaços públicos (Lopes, 2004:264), perpetuando, no entanto, a identidade e as características da área da cidade a que dizem respeito.

A administração central e local tem também um papel importante, podendo orientar estratégias de revitalização urbana sendo possível integrar os habitantes no processo. Assim, a revitalização de um certo espaço urbano implica, tal como refere Pinho (2009:194), um compromisso responsável em diálogo com diversos atores.

Quando abordamos o tema da requalificação e revitalização não nos podemos limitar à conservação do edificado e/ou do património construído, mas sim um processo socialmente duradouro. A requalificação de espaços urbanos antigos com características específicas não deve ser, por conseguinte, tratado isoladamente das populações que vivem hoje em dia nos centros históricos, pois são estas que lhe dão sentido. Qualquer edifício que careça de requalificação deverá conduzir a um olhar crítico ao interpretar a relação e o sentido que

unem os materiais à história, a fim de permitir uma reapropriação favorável pelos habitantes (Portas, 2003: 80-81).

A revitalização socialmente duradoura inclui uma dimensão de preservação e de progresso e concretiza-se pelas estratégias e pelas ações que melhoram a qualidade de vida, avaliando a qualidade de vida segundo as suas expectativas e necessidades, atraindo turistas, novos residentes e investidores. Manter uma perspectiva social nos projetos de revitalização, é colocar os seres humanos no seio da revitalização, ou seja, responder à pluralidade e à diversidade e às necessidades e expectativas de vida dos habitantes, nomeadamente a nível da intervenção urbana no centro histórico, tornando-a ao mesmo tempo compatível com as novas funções das cidades contemporâneas (UNESCO, 2007).

A requalificação depende também da boa gestão e da vontade política. As coletividades locais e a comunidade, no caso das cidades de pequena dimensão, nem sempre têm as competências e os recursos para colocar em obra os projetos de revitalização em todas as suas dimensões, mas podem orientar as escolhas políticas ao nível do centro histórico a fim de alcançar os objetivos, tendo, tal como refere Portas (2003:96-98), um papel crucial neste processo. A sua estratégia de comunicação é essencial a fim de posicionar o trabalho equilibrado no âmbito da conservação, valorizando o património e a coesão social.

A participação direta ou indireta dos habitantes deve ser decisiva no processo de requalificação urbana, uma vez que as alterações/mudanças do território devem corresponder às necessidades e expectativas de cada habitante. Daí a importância de conhecer a população habitante, e avaliar a perceção da qualidade de vida dos habitantes de um determinado espaço urbano como ponto de partida fundamental para o desenho dos processos de intervenção nesse mesmo espaço. Este conhecimento, permite-nos obter uma visão mais precisa das necessidades e expectativas dos habitantes face à intervenção urbana; informação necessária à elaboração das estratégias mais apropriadas; sensibilizar e responsabilizar os habitantes sobre o papel do património enquanto testemunho da identidade cultural e “motor” de um desenvolvimento urbano eficaz; fazer dos habitantes e dos utentes, verdadeiros cidadãos (Pinho, 2009:218-227), tendo também em conta que, muitos dos edifícios de grande importância para o conjunto patrimonial que representa o centro histórico, são de propriedade privada e que apenas os seus proprietários podem sobre eles intervir.

Assim, o planeamento do território é indispensável para assegurar a continuidade urbana e gerir de forma sustentável o desenvolvimento da cidade, para que haja coerência no tempo e para que haja um perpetuar das características peculiares do lugar, não desvirtuando a sua singularidade cultural e social.

A avaliação da percepção da qualidade de vida, incluindo necessidades e expectativas manifestadas pelos habitantes, pode produzir conhecimento informado para apoiar políticas/processos de intervenção no sentido da requalificação/revitalização destes espaços antigos.

Capítulo III – A qualidade de vida na cidade

1. A importância da análise da qualidade de vida para a intervenção na cidade

Em qualquer revisão da literatura sobre o conceito de qualidade de vida, não existe um consenso na sua definição. A dificuldade em conceptualizar o conceito de qualidade de vida reflete-se na sua construção multidimensional que remete para um conjunto de aspetos, materiais e imateriais, individuais e coletivos que contribuem para que os indivíduos se sintam bem e se realizem no seu quotidiano. Contribuindo para a sua difícil definição, soma-se a sua natureza mutante intrínseca, associada à transformação das necessidades, dos modelos culturais e dos valores e o facto de ser uma temática abordada por diversas áreas académicas, cada uma com a sua abordagem própria. A este facto, Rogerson, (in Martins, 2011:14) designou de “desentendimento epistemológico”, uma vez que é uma expressão que engloba inúmeras conotações como satisfação com a vida, felicidade, condições de vida, condições de saúde e da população, bem-estar individual ou mesmo, amenidades de um território.

Para estudarmos a qualidade de vida, torna-se então necessário definir as dimensões e o modelo de abordagem pelo qual optámos. Trata-se de um conceito que recobre uma grande variedade de componentes e áreas, refere-se a um nível global de bem-estar dos indivíduos, que incorpora as condições objetivas de vida e os seus sentimentos pessoais em relação ao seu quadro de vida. Portanto, ultrapassa as condições materiais de existência e os aspetos meramente económicos para incluir necessidades, recursos, valores, aspirações individuais e até preocupações, objetivos e problemas sociais. Envolve aspetos materiais e imateriais, dimensões individuais e coletivas. Assim, tal como refere Pinto (2004:100) é importante recorrer a distintas formas de medida, como indicadores objetivos e subjetivos que refletem as vivências dos sujeitos e as suas avaliações em relação às múltiplas dimensões da vida.

A definição concreta do conceito de qualidade de vida é um desafio permanente, uma vez que existem diversas noções e conceitos de qualidade de vida. A qualidade de vida é hoje uma meta partilhada pelos poderes públicos e pelos cidadãos, sobretudo à escala das cidades. A vida quotidiana nas cidades tem passado por diversas transformações, tanto positivas, como negativas, algumas das quais ainda não têm um impacto definido nos dias de hoje. As

transformações com impacto positivo encontram-se relacionadas com a concentração nas cidades de riqueza, conhecimento e inovação, trabalho qualificado; qualidade e conforto das habitações; aumento da oferta de serviços especializados como educação, saúde, desporto e lazer; aumento da diversidade da oferta cultural. As transformações negativas prendem-se a fatores como a degradação do ambiente urbano; deterioração das condições de saúde associada à poluição e estilos de vida (stress da vida urbana); dificuldades crescentes na conciliação entre a vida profissional e vida familiar; desigualdades nas condições de vida e no acesso aos bens e serviços urbanos. Já as transformações em que o impacto ainda não se encontra completamente definido, são as alterações na estrutura etária e familiar; na organização do trabalho; utilização de tecnologias de informação e comunicação; no sistema de provisão de serviços públicos (Martins, 2011:58). É sobretudo à escala das cidades que verificamos um enorme conjunto de mutações, sociais, económicas, culturais, patrimoniais e políticas, que criam permanentes desafios às políticas públicas, e também à qualidade de vida urbana.

É também um desafio identificar o que são hoje os determinantes individuais e coletivos da qualidade de vida urbana, tornando-se assim necessário promover uma partilha equilibrada das condições e das oportunidades de vida para que possam desenvolver projetos de vida gratificantes “*to do valuable acts or reach valuables states of being* (Sen, 1993:50).

O tema qualidade de vida é utilizado quer na linguagem comum, quer ao nível do discurso teórico, sendo um tema crucial em todas as análises e políticas de planeamento e de gestão do território, em especial das cidades (Santos e Martins, 2002:2).

Em retrospectiva, podemos dizer que o conceito de qualidade de vida surge nos anos sessenta no século vinte onde predominava uma corrente economicista associada à evolução do PIB (produto interno bruto), isto é, um progressivo conforto material, que constituía o único indicador revelador de qualidade de vida (Ferrão, 2004:4). O indicador de riqueza produzida e distribuída traduzia de forma global o crescimento económico verificado, mas esta visão não contemplava diversos aspetos fundamentais que permitissem analisar o desenvolvimento de uma sociedade. Não se poderia concluir que, com o crescimento económico, existiria uma melhoria das condições de vida (Santos e Martins, 2002:2). Este critério torna-se deficiente na medida em que, existe a necessidade de valorizar as dimensões não materiais, condições e perceções de bem-estar subjetivo, medidos através de indicadores subjetivos como, índices de felicidade e de satisfação. É importante definir um leque mais abrangente de indicadores, com o objetivo de integrar dimensões não estritamente económicas e contemplar a diversidade de situações culturais e institucionais (Ferrão, 2004:6).

Começa a afirmar-se uma consciência sobre o ambiente, sobretudo com o consumo incontrolado de recursos naturais finitos. O Clube de Roma³, nomeadamente através do relatório “Os limites do crescimento”⁴ contribui para que o ambiente e a sua preservação passassem a ocupar um lugar de destaque na agenda científica e política. Todas estas abordagens sugerem uma análise e investigação sobre qualidade de vida, sobre os fatores que a determinam e de formas que promovam a sua melhoria (Martins, 2011:15).

O tema da qualidade de vida surge, como supra mencionado, nos anos sessenta, fora do âmbito académico, num contexto social dominado pela visibilidade dos efeitos perversos do desenvolvimento industrial (Pinto, 2005:54).

Assim, a noção qualidade de vida no meio académico, nasce associada à sociologia positivista, aplicada, de carácter normativo, acompanhando a história dos indicadores sociais. “A investigação em qualidade de vida nasce intimamente ligada à dos indicadores sociais (...) e os estudos neste campo tendem a centrar-se na qualidade do funcionamento societal, para mostrar e medir a gravidade dos problemas sociais com o fim de permitir a elaboração de reformas destinadas a melhorá-los” (Sétien, 1993:XXI in Pinto, 2005:55).

O movimento que reforça a importância da avaliação da qualidade de vida é o Movimento dos Indicadores Sociais que tem origem nos Estados Unidos na década de sessenta do século XX, e preocupa-se com os vários elementos sociais, políticos, psicológicos, culturais para medir o bem-estar das populações. Pretende a medida e quantificação das “boas” e das “más” condições de vida, identificar problemas a resolver e avaliar o sentido da mudança social tendo como objetivo o conhecimento e informação que testem a eficácia ou a falência das políticas sociais. Estabelece prioridades para a ação e avalia o impacto das políticas públicas, promovido por organismos internacionais como a ONU, UNESCO, OCDE e CEE (Pinto, 2004:99; Noll, 2004:3-4).

³ Clube de Roma é um grupo de pessoas ilustres que se reúnem para debater um vasto conjunto de assuntos relacionados com a política, economia internacional e, sobretudo, ao meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

⁴ Elaborado por uma equipe do MIT, contratada pelo Clube de Roma e chefiada por Dana Meadows. O relatório, que ficaria conhecido como Relatório do Clube de Roma ou Relatório Meadows, tratava de problemas cruciais para o futuro desenvolvimento da humanidade tais como energia, poluição, saneamento, saúde, ambiente, tecnologia e crescimento populacional, foi publicado e vendeu mais de 30 milhões de cópias em 30 idiomas.

Utilizando modelos matemáticos, o MIT chegou à conclusão de que o Planeta Terra não suportaria o crescimento populacional devido à pressão gerada sobre os recursos naturais e energéticos e ao aumento da poluição, mesmo tendo em conta o avanço tecnológico.

Os indicadores sociais são usados para identificar os problemas sociais que exigem ação, para desenvolver prioridades e metas de ação e de gastos, e para avaliar a eficácia dos programas e políticas" (Nações Unidas, 1994 in Noll, 2004:4).

No que diz respeito, especificamente, à emergência do conceito de qualidade de vida urbana, esta deve-se ao crescimento urbano massivo e desordenado, à consciência pública sobre os efeitos desse crescimento - "*mal de vivre en ville*" - e à preocupação dos Estados na definição de políticas públicas para melhorar a qualidade de vida nas cidades. Por outro lado, a qualidade de vida surge como efeito de consciência, devido ao incremento do nível de vida, à crescente uniformidade dos estilos de vida e ao alargamento dos níveis de formação, alterando a natureza das aspirações. Encontramos então, um apelo à qualidade. " (...) da contradição entre a elevação do nível de vida e os problemas colocados pela vida urbana, nasce uma nova preocupação: a da qualidade de vida" (Tobelem-Zanim, 1995:37 cit in Pinto, 2005:61-62).

2. Principais fraturas na abordagem do conceito de Qualidade de vida

Podemos equacionar três âmbitos de análise, todos eles fraturantes relativos ao conceito de qualidade de vida. O primeiro tem a ver com a distinção entre aspetos materiais e imateriais. Os aspetos materiais dizem respeito às necessidades básicas humanas, como é o exemplo das condições de habitação, abastecimento de água, sistema de saúde, são essencialmente aspetos de natureza física e infraestrutural. Nas sociedades consideradas menos desenvolvidas, as questões materiais, desempenham um papel de destaque na avaliação da qualidade de vida. No entanto, na atualidade, os aspetos imateriais ganham ênfase, como é o exemplo do ambiente, património, segurança e participação cívica (Santos e Martins, 2002:3).

O segundo aspeto foca-se na distinção entre os aspetos individuais e os coletivos. Relacionadas com a condição económica, a condição pessoal e familiar, as relações pessoais, encontramos os aspetos individuais. Em contrapartida, os serviços básicos e os serviços públicos, surgem como os aspetos coletivos a considerar (Santos e Martins, 2002:4).

O terceiro âmbito de análise reflete-se com algumas divergências em torno do conceito, alguns autores veem a qualidade de vida através de uma abordagem objetiva e outros através de uma abordagem subjetiva. Na abordagem objetiva, verifica-se uma operacionalização de conceitos como condições de vida e níveis de vida auferidos através da utilização de indicadores objetivos (habitação, rendimento, etc), e existe uma preocupação com a quantificação. A abordagem objetiva opta por estas características uma vez que, a necessidade de um conhecimento exato sobre a qualidade de vida, está orientada pela busca de soluções

práticas, juntamente com o resultado das mesmas (Alkire, 2008:12). Contrariamente, a abordagem subjetiva está relacionada com o conceito de bem-estar subjetivo e satisfação, avalia a percepção da qualidade de vida através de indicadores de tipo subjetivo e preocupam-se pelas dimensões qualitativas. Optam por estas características diferentes da abordagem objetiva, já que, os seus principais objetivos são contrariar os desfasamentos entre condições objetivas e níveis de bem-estar, necessidade de avaliar níveis de satisfação com os vários domínios da vida e avaliar prioridades e valores (Pinto, 2004:102 e Martins, 2011:21).

Contudo, julgamos nós, numa investigação sobre qualidade de vida, dificilmente poderemos optar por uma ou por outra abordagem. A qualidade de vida não pode ser apreendida independentemente das percepções e avaliações individuais, é multidimensional, e existe uma relação nem sempre linear entre circunstâncias objetivas e níveis de satisfação. *“We may indeed be doing better but feeling worse”* (Trevor, 2000:2 in Pinto, 2005:89). Não devemos, portanto, utilizar apenas indicadores subjetivos ou indicadores objetivos, devemos ter sempre em conta os dois indicadores, tentando interliga-los (Veenhoven, 2002:2).

Os autores defensores de uma abordagem subjetiva definiram algumas potencialidades na utilização de indicadores subjetivos. Considerando que os indicadores objetivos não estão, muitas vezes, correlacionados com a avaliação subjetiva (Veenhoven, 2002:2), o grau de satisfação reflete a interação entre satisfação pessoal e nível de expectativas sendo, por isso, as medidas subjetivas um indicador da discrepância entre expectativas e realidades. A avaliação das condições objetivas faz-se por comparação com pontos de referência: comparações sociais, temporais ou de equidade (Michalos, 1985:363). As apreciações subjetivas envolvem processos de adaptação a situações quer vantajosas quer desfavoráveis (Cummins, 2000:57). Para os defensores de uma abordagem subjetiva, o conceito de bem-estar objetivo é um conceito normativo, uma vez que, os indicadores objetivos implicam sempre um conjunto de valores (apenas se mede o que é proposto como valor, seja através de indicadores positivos ou negativos), e aquilo que se define como importante ou bom poderá não o ser para outras pessoas ou não ter em conta as mudanças nos valores ou nas preferências (Pinto, 2004:105).

3. Avaliar a qualidade de vida da(s)/na(s) cidade(s)

A partir dos anos noventa intensificam-se os estudos sobre a qualidade de vida nas cidades. “Crescentemente, os países, por todo o mundo, quer desenvolvidos quer em desenvolvimento, descobriram que não podem ignorar os efeitos da rápida urbanização nos seus cidadãos, sobretudo no que diz respeito à forma como o ambiente e o crescimento afetam a saúde e o

bem-estar das pessoas ou, o que é geralmente referido, como qualidade de vida” (Yuan, Yuen e Low, 1999⁵: 2-4). Existe uma consciência das profundas transformações com impactos nas condições de vida e de bem-estar dos cidadãos que habitam as cidades, o que conduz à necessidade de aprofundar o conhecimento das condições de vida e bem-estar nas cidades contemporâneas que tem alimentado inúmeros projetos e investigações com o objetivo de recolher informação, divulgar e monitorizar os processos e dinâmicas de transformação nas cidades e apoiar o planeamento estratégico e a gestão local (Pinto, 2005:111).

Mas o que é realmente Qualidade de Vida Urbana? “De facto, a qualidade de vida está a tornar-se, no século XXI, numa das questões nucleares dos governos dos povos e das cidades. Nas sociedades contemporâneas começa-se a interiorizar e a avaliar o progresso social em termos de qualidade de vida e não só em termos de nível de vida. Hoje – e no futuro – coloca-se aos cidadãos uma dupla reflexão: de que serve termos um salário mais elevado se não podemos com segurança passear nos parques ou nas cidades, tomar banho nas praias ou respirar ar puro nos bairros em que vivemos? Contudo, sem emprego e sem possibilidades financeiras também existem poucas possibilidades de desfrutar a vida e os tempos livres. Daí que um dos maiores desafios do presente e do futuro seja a compatibilização entre o progresso económico, a justiça social e o equilíbrio ecológico. E isto com particular incidência nas cidades (...) (Fonseca Ferreira, 2007:29). Os estudos académicos sobre a importância da avaliação da qualidade de vida dos habitantes das cidades passam a ser um aspeto muito importante na atualidade. Começa a existir uma consciencialização para a melhoria da qualidade de vida, uma vez que é nas cidades que se acumulam inúmeras transformações positivas e negativas atrás referidas.

Os principais efeitos da disseminação dos estudos sobre qualidade de vida nas cidades e no debate público são dois.

O primeiro centra-se na reorientação da agenda social e política europeia em torno da “qualidade” das sociedades (combater a exclusão social e promover a coesão social, aumentar a igualdade de oportunidades, diminuir as assimetrias, garantir a sustentabilidade e alargar os padrões de qualidade de vida dos cidadãos) e o segundo na proliferação de programas de informação social (*social reporting*) e atividades de monitorização da qualidade de vida (Pinto, 2005:111).

⁵ Primeira conferência internacional sobre qualidade de vida, Singapura.

No estudo da qualidade de vida nas cidades - análises comparadas entre cidades -, começam a ser elaborados e divulgados alguns rankings, que têm como principal objetivo identificar e compreender as diferenças entre as cidades. Existem índices compósitos que retratam os desempenhos das cidades em matéria de condições de vida e bem-estar. Tal facto deve-se ao protagonismo crescente das cidades enquanto lugares de produção, distribuição e inovação e crescente competitividade entre elas (Garhammer, 2008 in Martins, 2011:144) e à necessidade de atrair recursos humanos qualificados e capitais; qualidade vida – condições materiais e as “qualidades” do quadro de vida local “*lifestyle amenities*”- emerge como vantagem competitiva importante para captar e fixar o capital humano mais qualificado e criativo.

Estes rankings surgem como ferramenta de apoio ao planeamento estratégico e de marketing territorial como é o exemplo Places Rated Almanac; Mercer; Quality of life group; Richard Florida e *Urban Audit*.⁶

Na década de oitenta, Dowell Myers (1987), um autor cético em relação aos rankings propõe novas formas para medir a qualidade de vida nas cidades, através de projetos à escala local, assim, sugere:

1. A necessidade de dar importância à auscultação dos diferentes atores urbanos na definição dos domínios e dos indicadores da qualidade de vida; 2. Obter uma perspetiva longitudinal:

⁶ Places Rated Almanac (desde 1981) - Consiste num guia que oferece informações de áreas metropolitanas americanas e sobre o que estas podem oferecer, como: ambiente, habitação, emprego, crime, transporte, educação, cuidados de saúde e clima.

- Mercer - Uma empresa que auxilia os países de todo o mundo a desenvolver dados relativos à saúde, riqueza, entre outros, proporcionando um conhecimento sobre a qualidade de vida. Encontra-se disponível no site, www.mercer.com/articles/quality-lof-living-survey-report2010.

- Quality of life group, (Findlay, Morrison, Rogerson, 1988) – ranking das melhores cidades para se viver no Reino Unido, consiste na identificação das desigualdades espaciais e fatores que deveriam ser melhorados pelas políticas urbanas em várias cidades do Reino Unido.

- Richard Florida (2004,2008) - relação entre qualidade de vida, consumo e política urbana no contexto da cidade contemporânea, identificando fatores que influenciam as opções locativas dos jovens mais qualificados: amenidades urbanas, qualidade ambiental e tolerância social.

- “*Urban Audit*”, lançado pela Comissão Europeia em 1998 e atualmente coordenado pelo Eurostat consiste numa infraestrutura de dados estatísticos harmonizados sobre a realidade urbana da Europa. Analisam aprofundadamente as mudanças com impactos nas cidades de modo a poder apoiar a política urbana, admitindo de que um bom diagnóstico dos problemas e potencialidades das cidades é um suporte fundamental no reforço da política de coesão e nas condições de competitividade e atratividade das metrópoles. Em 1998 foram analisadas 50 cidades. Nos dias de hoje, já estão incluídas 350 cidades, e são avaliados e contemplados tanto indicadores objetivos como subjetivos.

sentido de evolução dos indicadores; 3. Perspetiva dos cidadãos na avaliação dessas tendências; 4. Multiplicação de painéis de indicadores para conhecer e avaliar as condições de vida e de bem-estar das comunidades (avaliar e monitorizar a qualidade de vida), apoiar as decisões políticas e avaliar o desempenho das cidades em relação aos desafios.

Também nos Estados Unidos da América, algumas organizações optam por avaliar a qualidade de vida a nível local, como fundações, municípios e associações locais, como é o exemplo do “Jacksonville Indicators for Progress” (1985)⁷.

Existem exemplos também na Europa, impulsionado por organizações internacionais: Programa “Cidades Saudáveis” (OMS); “European Common Indicators” (CE); Reino Unido (Bristol); Milão (MeglioMilano);

No nosso país, existe uma cidade a avaliar a qualidade de vida a nível local, é a cidade do Porto. Um estudo pioneiro da Câmara Municipal do Porto elaborou um projeto/programa de monitorização da qualidade de vida na Cidade do Porto⁸. A intensificação das análises das disparidades intraurbanas e da equidade social e espacial levaram a que Michael Pacione (1997), do departamento Geografia da Universidade de Strachclyde (Escócia), elaborasse um trabalho pioneiro. Este caracteriza a estrutura e a distribuição espacial da qualidade de vida em Glasgow com base em análise macro, meso e micro. Outro exemplo é o “Charlotte Neighbourhood Quality of Life” (desde 1997 e com realização bianual) representa um instrumento de monitorização da qualidade de vida ao nível dos bairros sobretudo nos domínios da sustentabilidade, vitalidade das áreas residenciais, capital social e infraestruturas físicas.⁹

Os modelos atrás referidos sobre os diversos modos de avaliar a qualidade de vida intraurbana e ranking entre cidades apenas servem de exemplo e de reflexão para futuras intervenções nas cidades.

No que se refere à presente investigação para avaliar a perceção da qualidade de vida dos habitantes do centro histórico, acompanhou-se a lógica da avaliação à escala local, seguindo a abordagem das necessidades de Allardt.

⁷ Disponível no seguinte link, www.jcci.org/.

⁸ Disponível no seguinte link, http://www.cm-porto.pt/users/0/56/SMQVU_2011_393cc9ed52644f2578eb56597432aa71.pdf.

⁹ Tal como o Instituto de Urbanismo e Agência de Urbanismo local - “UrbaLyon” a metodologia utilizada trata indicadores objetivos e subjetivos e a seleção de domínios e indicadores é feita através de inquéritos a grupos de atores locais e aos habitantes.

O estudo de Allardt contempla tanto indicadores objetivos como subjetivos, sendo os primeiros mais usados no trabalho inicial “*Comparative Scandinavian Welfare Study*”. No respeitante aos indicadores subjetivos, estes foram sendo contemplados sem que se tenha obedecido a um esquema de recurso sistemático. A justificação de Allardt para a complementaridade não deixa de ser surpreendentemente simples, “(...) *the reason for including subjective indicators at all was a hunch that well-being cannot be studied without considering subjective indicators also.*” (Allardt, 1976 in Martins, 2011:43). Revela, pois, um interesse pela complementaridade das análises.

A proposta de Allardt consiste em realizar um novo sistema de indicadores que tem por base a abordagem das “necessidades básicas”¹⁰, 1) Nível material – *Having*, relacionada com as condições materiais necessárias para assegurar a sobrevivência e evitar a privação (recursos económicos, condições da habitação, emprego, condições de trabalho, saúde, educação, qualidade do ar, água e solos). Trata-se de indicadores relacionados com um padrão de vida das condições básicas e com as condições ambientais; 2) Nível socioafetivo – *Loving*, remete para um conjunto de necessidades de tipo socioafetivo, abarcando os relacionamentos sociais, constituição de identidades pessoais e sociais. Os indicadores usados são de natureza diversa como: tipo de relações de amizade, de trabalho e parentesco, níveis de vida de participação na comunidade local, importância da família, sentimentos de pertença e participação em associações e organizações; 3) Nível de desenvolvimento pessoal – *Being*, associada à necessidade de integração na sociedade e com uma relação equilibrada com a natureza, podendo ser medida pelo grau de participação versus grau de isolamento. Este sistema de indicadores consiste numa tipologia de necessidades que, de forma integrada e a partir de indicadores subjetivos (grau de satisfação pessoal) e de indicadores objetivos (baseados em observações externas), aponta uma tipologia das necessidades, tidas como fundamentais para a existência humana – *Having, Loving e Being* (Allardt, 1993; Ferrão e Guerra, 2004:13; Martins, 2011:43).

Nesta investigação encontra-se inerente esta abordagem mais precisamente a nível material, como as questões relacionadas com as condições residenciais e recursos económicos, a nível afetivo, avaliando as vivências sociais entre os habitantes do centro histórico e quais são as principais relações entre os residentes, participação em comunidades locais, importância da família e nível de vida. E, por último, o nível de desenvolvimento pessoal, mais dirigido ao indivíduo, perceção da qualidade de vida. Para melhor compreender

¹⁰ Desenvolvida por Johan Galtung, 1975,1980.

as condições de bem-estar dos indivíduos deve ser analisado o grau de satisfação das necessidades humanas.

Capítulo IV - Requalificação urbana e qualidade de vida no Centro Histórico de Trancoso

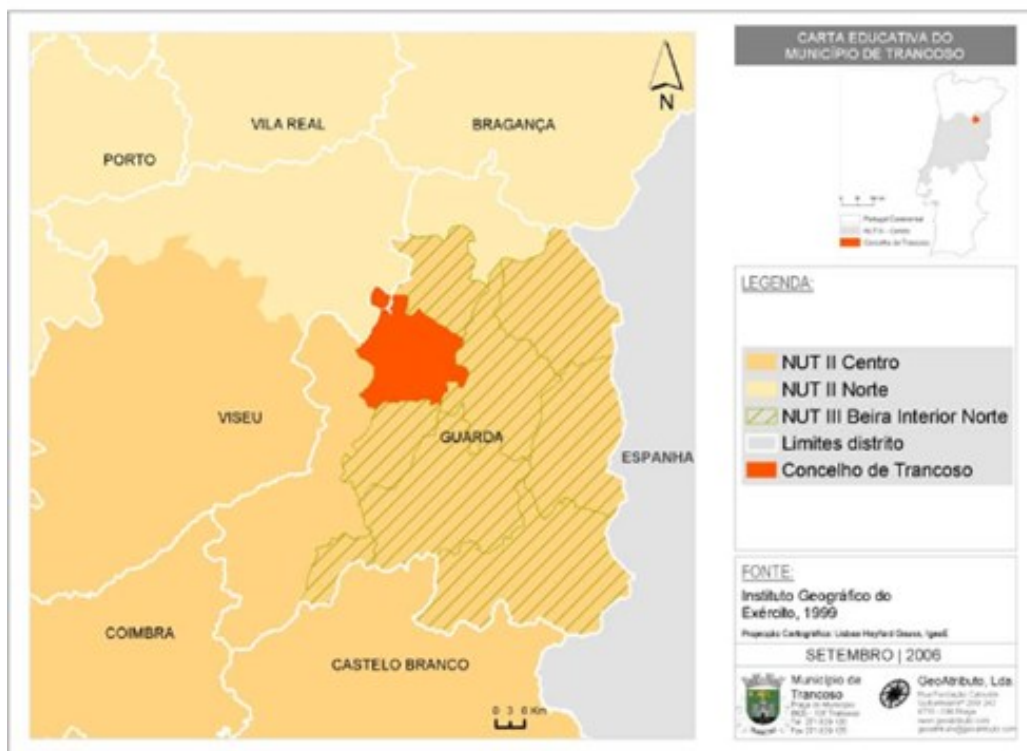
1. Enquadramento geográfico do Concelho de Trancoso

O concelho de Trancoso insere-se numa zona caracterizada pela interioridade, com uma baixa densidade populacional e muito marcada pela perda e crescente envelhecimento demográfico. Torna-se, deste modo, importante e necessário intervir neste tipo de cidades tentando inverter estas tendências, através da implementação de políticas urbanas adequadas às necessidades destas cidades.

O concelho de Trancoso é um dos 14 municípios que integram o distrito da Guarda, e insere-se na NUT III da Beira Interior Norte.

Do ponto de vista geográfico, faz fronteira a Norte com os concelhos de Mêda e Penedono (Distrito de Viseu), a Sul com os de Fornos de Algodres e Celorico da Beira, a Oeste com os de Aguiar da Beira e Sernancelhe (Distrito de Viseu) e a Este com o Concelho de Pinhel.

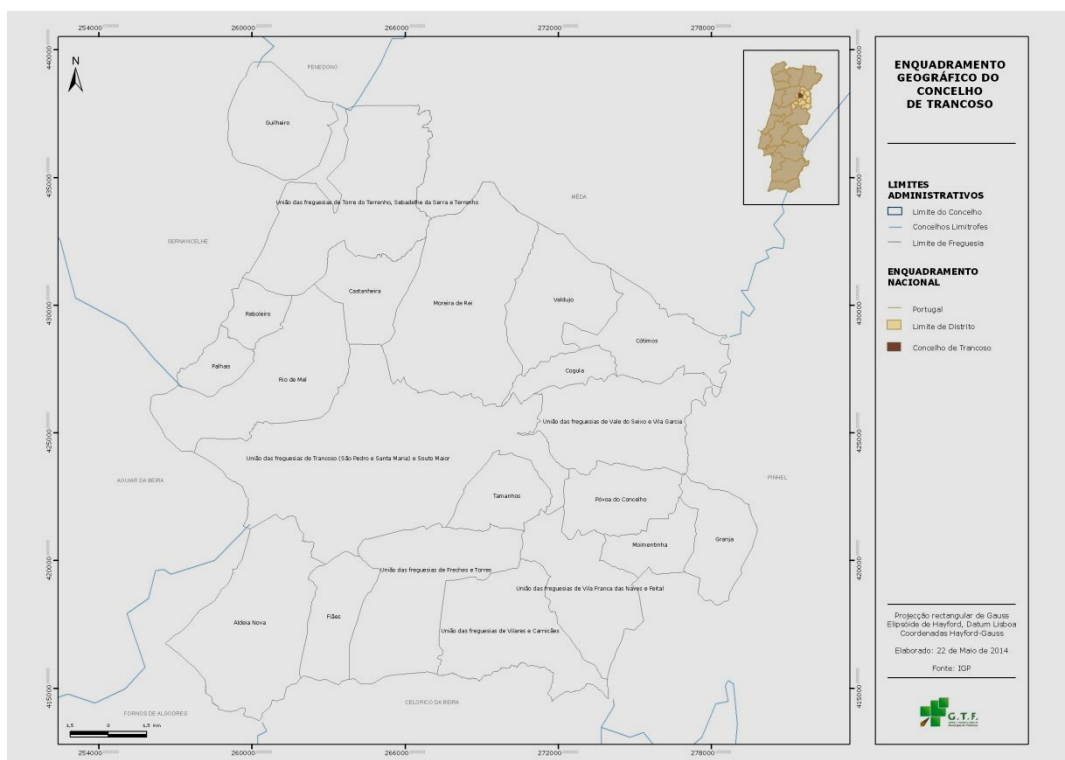
Figura 4.1 - *Enquadramento geográfico do Concelho de Trancoso*



Fonte: Carta Educativa do Município de Trancoso – CMT, 2007

Trancoso, elevado a cidade no ano de 2004, é sede de um concelho com 361,5km² que se subdivide em 21 freguesias e uniões de freguesias, União das Freguesias de Freches e Torres, União das Freguesias de Torre do Terrenho, Sebadelhe da Serra e Terrenho, União das Freguesias de Trancoso (São Pedro e Santa Maria) e Souto Maior, União das Freguesias de Vale do Seixo e Vila Garcia, União das Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital, União das Freguesias de Vilares e Carnicães, Aldeia Nova, Castanheira, Cogula, Cótimos, Fiães, Granja, Guilherme, Moimentinha, Moreira de Rei, Palhais, Póvoa do Concelho, Reboleiro, Rio de Mel, Tamanhos e Valdujo.

Figura 4.2 - *Freguesias e Uniões de freguesias do Concelho de Trancoso*



Fonte: GTF – CMT, 2013

A cidade de Trancoso encontra-se situada numa posição estratégica. Localiza-se no ponto mais alto do planalto, conferindo-lhe não só poder defensivo, como também um grande domínio visual sobre a vasta extensão de território que se alarga quase até terras de Espanha. Estes aspetos geográficos singulares da cidade de Trancoso são fatores determinantes para a remota fixação humana verificada neste território.

A área envolvente à zona histórica de Trancoso consiste numa área aplanada, o que permitiu o crescimento das freguesias que constituem este núcleo urbano – freguesias de Santa Maria e São Pedro, pertencentes agora à União de Freguesias de Trancoso (Santa Maria e São Pedro) e Souto Maior – dando-lhe uma configuração alongada, decorrente da expansão urbana ao longo das vias de comunicação que atravessam este território. Verificou-se, assim um elevado crescimento da cidade na horizontal, que se foi espraiando pelo planalto em que se localiza.¹¹

A cidade insere-se na zona raiana, o que, para além de o aproximar da fronteira com Espanha, aproxima-se também de uma importante cidade espanhola, Salamanca, que constitui um pólo cultural e turístico de elevada importância (Gregório, 2009:61-62).

¹¹ Consultar anexo C.

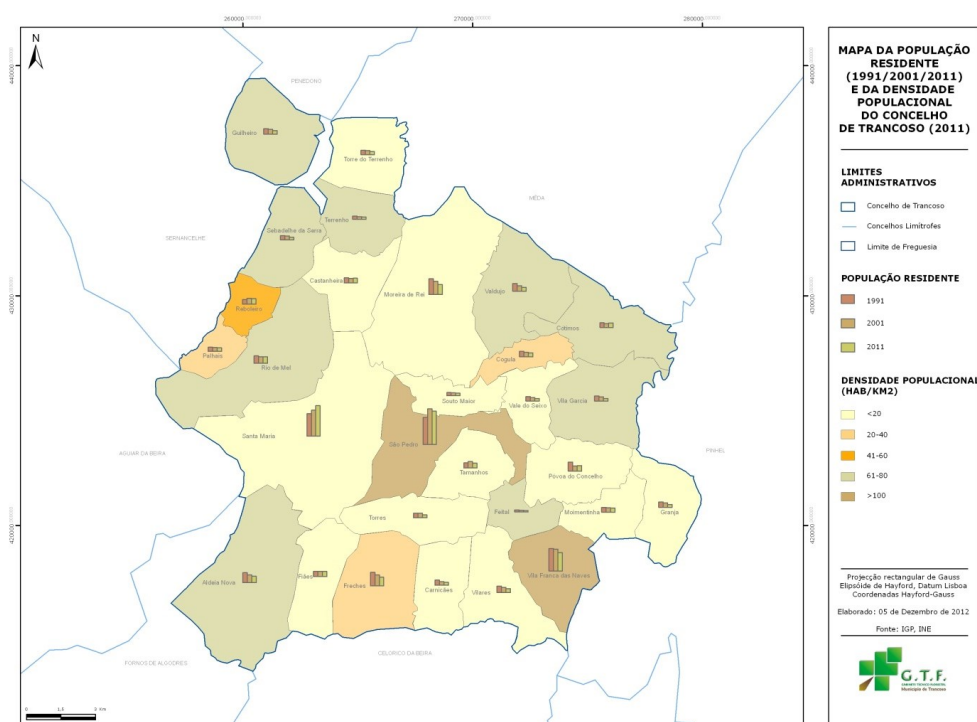
Assim, na prossecução deste trabalho, vamos enumerar diversos aspetos que caracterizam o concelho e a cidade de Trancoso, com vista à elaboração de um diagnóstico relativo às ameaças e constrangimentos para os quais posteriormente se procurará resolução.

2. Enquadramento sociodemográfico do Concelho de Trancoso

2.1 Evolução demográfica e estrutura etária: perda e envelhecimentos da população

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística, a população residente no concelho de Trancoso decresceu ao longo das últimas décadas, contabilizando no ano de 1991 um total de 11.484 habitantes, cujo valor decresceu para 10.889 habitantes no ano de 2001 e para 9.878 habitantes no ano de 2011, correspondendo a uma taxa de variação do ano de 2001 para 2011 de 9,28 ¹².

Figura 4.3 - *População residente e densidade populacional (1991/2001/2011)*



Fonte: Plano municipal de defesa da floresta contra incêndios 2013-2017 (versão preliminar) – CMDFCI

CMT | GTF

Falando um pouco sobre a população residente, revela-se importante analisar a evolução deste grupo no município de Trancoso. É possível verificar que na transição da década de 1940 para a seguinte, se registou um aumento de efetivos em todos os concelhos vizinhos de Trancoso. As décadas seguintes foram marcadas, por sua vez, marcadas pelo inverter desta

¹² Os dados expostos de seguida ainda não estão de acordo com a nova reorganização de freguesias, uma vez que, ainda não existem dados relativos às mesmas.

tendência, registando-se um decréscimo populacional em todos os concelhos. Na década de 60 o decréscimo atingiu essencialmente o concelho de Trancoso, que perdeu 2.522 efetivos. É, no entanto, na passagem para a década de 70 que se assinala a maior perda de população residente, quer no concelho de Trancoso, quer nos concelhos vizinhos. Importa referir que esta perda populacional está intimamente relacionada com as elevadas taxas de emigração que se verificaram nesta região.

Atendendo à variação da população residente em cada uma das freguesias, pode-se observar um registo generalizado da diminuição do número de efetivos, sendo que 25 freguesias perderam população durante o momento censitário considerado. Destaca-se a freguesia de Póvoa do Concelho como aquela em que se registou a perda mais acentuada, seguida da freguesia de Valdujo. Por sua vez, verifica-se o registo de um aumento populacional em quatro das freguesias do concelho, concretamente na freguesia de São Pedro e Santa Maria as quais constituem a sede de concelho e se caracterizam por ser destacadamente as mais populosas e as freguesias de Reboleiro e Tamanhos.

No que refere à análise da densidade populacional, para o ano de 2011, o concelho registou um valor de 27,3 hab/km², sendo a Freguesia de S. Pedro conjuntamente com a de Vila Franca das Naves, aquelas que apresentam densidades populacionais mais elevadas. Da totalidade das freguesias, 19 apresentam densidades populacionais inferiores à média do concelho, sendo que destas, 17 registam valores inferiores a 20 hab/km².

Ao analisarmos a variação populacional entre 2001 e 2011, por grupos etários (quadro 4.1) podemos concluir que a classe entre os 14-25 anos sofreu um decréscimo bastante acentuado, constituindo a classe etária com maior perda populacional. Concluiu-se que existem cada vez menos jovens e cada vez mais idosos, uma vez que, a classe de mais de 65 anos foi única que registou uma variação positiva.

Quadro 4.1 – *Variação da população residente 2001-2011, por grupos etários*

GRUPOS ETÁRIOS	VARIAÇÃO POPULAÇÃO RESIDENTE 2001-2011
0-14 Anos	-27,21 %
14-25 Anos	-29,50 %
25-65 Anos	-4,74 %
+ 65 Anos	2,38 %

Fonte: Carta Educativa do Município de Trancoso – CMT, 2007

Quanto à taxa de natalidade¹³, verifica-se que o concelho de Trancoso apresenta um menor número de nascimentos relativamente ao ano de 2001. Os valores não se alteraram muito, mas a expectativa é que a taxa de natalidade seja cada vez menor, uma vez que, a taxa de fertilidade está também em queda, devido a inúmeros aspetos como a redução da nupcialidade, a emancipação da mulher e a sua maior participação no mercado de trabalho, a generalização dos métodos contracetivos e os encargos sociais acrescidos resultantes de uma família numerosa.

No que respeita à taxa de mortalidade¹⁴, segundo os censos 2001, o concelho de Trancoso atinge níveis bastante elevados, com 14,8 óbitos por mil habitantes, que permanecem quase inalterados para o ano de 2011, em que se registaram 14,7 óbitos por mil habitantes. Verificamos através da análise destes dados que existe um aumento da população idosa, razão que determina uma taxa de mortalidade tão considerável.

Tendo em conta a pirâmide etária relativa ao concelho de Trancoso nos anos de 1991 e 2001 e 2011, podemos verificar que a base da pirâmide padeceu de um estreitamento, ao passo que o topo alargou ligeiramente, ou seja, a população mais jovem diminuiu, enquanto, a mais envelhecida tem vindo a aumentar, refletindo assim a tendência para a diminuição da natalidade e da mortalidade, tendência que se tem verificado um pouco por todo o território nacional, resultando num envelhecimento populacional.

A estrutura etária do município de Trancoso reflete um envelhecimento da população que se tem vindo a acentuar nas últimas décadas, como consequência da redução da natalidade, aumento da esperança média de vida e também devido aos fluxos migratórios que se registaram ao longo das décadas e que conduziram um grande número de habitantes jovens para fora do concelho. Assim, o índice de envelhecimento, o índice de dependência de idosos, o índice de longevidade e o índice de dependência de jovens são particularmente importantes.

¹³ Taxa bruta de Natalidade: Número de nados vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10³) habitantes). $TBN = [NV(0,t) / [(P(0) + P(t)) / 2]] * 10^n$; (Metainformação – INE)

¹⁴ Taxa bruta de mortalidade: Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 (10³) habitantes). $TBM = [Ob(0,t) / [(P(0) + P(t)) / 2]] * 10^n$; (Metainformação-INE)

Quadro 4.2 – *Índice de envelhecimento (N°); Índice de dependência de idosos (N°); Índice de longevidade (N°); Índice de dependência de jovens (N°) (2011)*

Local de residência		Período de referência dos dados	Índice de envelhecimento (N.º) por Local de residência; Anual (1)		Índice de dependência de idosos (N.º) por Local de residência; Anual (1)		Índice de longevidade (N.º) por Local de residência; Anual (1)		Índice de dependência de jovens (N.º) por Local de residência; Anual (1)	
			N.º		N.º		N.º		N.º	
Trancoso	1680913	2011	275,4		48,5		53,7		17,6	
		2001	196,7		45,7		48,4		23,2	

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística, CENSOS 2011

No que respeita ao índice de envelhecimento¹⁵, observa-se um aumento significativo desde o ano 2001 até 2011, o que implica, naturalmente um aumento do número de idosos, que neste caso particular, é consideravelmente superior ao número de jovens.

Um indicador também menos animador é o índice de dependência de idosos¹⁶, que tem vindo a aumentar e tende seguir esta tendência a cada ano, devido às características já enunciadas relativas ao concelho.

De forma a sustentar o aumento dos dois indicadores atrás referidos, também o índice de longevidade¹⁷ tem registado um aumento. Uma vez que, há cada vez mais idosos face ao número de jovens, conduzido a um envelhecimento progressivo da população do concelho de Trancoso. Menos reconfortante no ano de 2011 o índice de dependência de jovens¹⁸, uma vez que, este indicador mostra um número cada vez menor de população compreendida nesta faixa etária. Em consequência de uma diminuição progressiva do número de jovens, verifica-se, a médio/longo prazo, uma diminuição considerável do número de população em idade

¹⁵ Índice de Envelhecimento: Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas dos 0 aos 14 anos). (Metainformação – INE)

¹⁶ Índice de Dependência de Idosos: Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos). (Metainformação – INE)

¹⁷ Índice de Longevidade: Relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 65 ou mais anos). (Metainformação – INE)

¹⁸ Índice de Dependência de Jovens: Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos). (Metainformação – INE)

ativa. É de salientar que o concelho de Trancoso tem assinalado uma gradual perda de jovens e um acréscimo da população em idades mais avançadas. Em algumas freguesias verifica-se mais população idosa do que jovem, mas as freguesias de São Pedro e Santa Maria (Trancoso), acabam por agregar população mais jovem, conduzindo, naturalmente, a um continuado envelhecimento das restantes freguesias. Todavia, nem mesmo as freguesias mais dinâmicas conseguem travar a tendência para o envelhecimento populacional que afeta todas as freguesias, o que acarretará implicações sociais e económicas para o Município nos tempos vindouros, nomeadamente a perda de efetivos, o que levará ao abandono destas freguesias por indústria e serviços.

2.2 Emprego e estrutura de qualificações: predomínio do setor terciário com uma população pouco qualificada

Os dados relativos ao emprego e estrutura de qualificações são cruciais para entender a especificidade desta população e dos recursos que possui, entendendo-os como oportunidades ou constrangimentos num processo de revitalização económica, social e urbana.

De forma a elaborar uma análise mais cuidada ao nível da população ativa e desempregada, utilizaram-se os seguintes indicadores: setor de atividade e taxa de desemprego.

Quadro 4.3 – *População empregada por setor de atividade (2011)*

UNIDADE TERRITORIAL	SETOR DE ATIVIDADE PRIMÁRIO (%)	SETOR DE ATIVIDADE SECUNDÁRIO (%)	SETOR DE ATIVIDADE TERCIÁRIO (%)
Trancoso	10,19	25,34	64,47
Beira Interior Norte	7,04	22,59	70,37
Zona Centro	3,72	30,08	66,19
Portugal	3,06	26,48	70,46

Fonte: Plano municipal de defesa da floresta contra incêndios 2013-2017 (versão preliminar) – CMDFCI

CMT | GTF

Relativamente aos setores de atividade (quadro 4.3) é de salientar o facto dos empregos ligados ao setor terciário representarem 64,5% do total da população empregada do concelho, tendência que se mantém ao nível distrital e nacional.

A forte representatividade do setor terciário face ao setor primário, justifica-se em grande medida pela debilidade que do setor primário atravessa, justificada, entre outros aspetos, pela dificuldade em tornar a agricultura numa atividade económica rentável, já que a atividade agrícola é encarada não como fonte de rendimento, mas como ocupação parcial, maioritariamente com carácter familiar e para consumo próprio.

No que respeita à temática da situação face ao emprego, os dados do Recenseamento Geral da População (2001) apresentavam um total de 3.789 indivíduos empregados, e 213 indivíduos desempregados, no concelho de Trancoso. Mais recentemente, nos dados correspondentes dos Censos 2011, verificamos uma alteração no número de desempregados, correspondente a 319 indivíduos desempregados, e portanto, o número de indivíduos empregados diminuiu para 3.705.

A taxa de desemprego¹⁹ aumentou significativamente nos períodos censitários de 1991 a 2011. No ano de 1991, a taxa era de 3,4%, aumentando para 5,4%, no ano de 2001 e em 2011 aumenta drasticamente para 8,6% (INE-Censos, 2011). Ainda no que se refere à população desempregada, é importante analisar a distribuição da população segundo situação perante a procura de emprego. Como já anteriormente foi referido, o número de indivíduos desempregados é de 319, sendo que, 226 destes indivíduos estão à procura de novo emprego, e os restantes 93 encontram-se à procura do 1º emprego (INE-Censos, 2011).

Vamos de seguida observar os dados sobre o nível de instrução da população residente no concelho e na cidade de Trancoso. Para se proceder à caracterização do nível de qualificação dos recursos humanos, recorreu-se à análise do nível de analfabetismo e do grau de instrução da população. Esta análise é essencial para conhecer a população, de modo a saber se o grau de instrução e o nível de analfabetismo é elevado, ou não, e de que modo estes dados podem influenciar as necessidades e expectativas da população em estudo.

A taxa de analfabetismo traduz a relação existente entre a população com 10 ou mais anos que não sabe ler ou escrever, e a população total com 10 ou mais anos.

De referir que todas as freguesias do concelho averbam um decréscimo dos valores de taxa de analfabetismo entre os anos de 1981 e 2001. Numa perspetiva global do concelho, registou-se, no ano de 1991 uma taxa de analfabetismo com valores de 21,8%, taxa essa que sofreu um decréscimo para 17,9% no ano de 2001, e para 10,91% no ano de 2011. Trata-se, no entanto, de valores bastante elevados quando comparados com dados nacionais (INE - Censos, 2011).

No que concerne ao grau de qualificação dos recursos humanos, em 2011, é possível verificar, o claro predomínio assumido pelo 1º ciclo do Ensino Básico, que representava, no concelho de Trancoso, 4083 indivíduos da população residente (9878) -41,3%- sendo que

¹⁹ Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população ativa. (Metainformação – INE)

muitos dos efetivos com este grau de ensino estão associados à população idosa, com grande expressão no concelho.

O 2º ciclo do Ensino Básico completo regista valores mais baixos, 776 indivíduos do concelho de Trancoso (7,9%). O 3º ciclo do Ensino Básico com 1317 indivíduos (13,3%) e o Ensino Secundário 1329 indivíduos (13,5%), tendendo a aumentar, uma vez que o grau de escolaridade obrigatória tende a ser cada vez mais elevado. Quando ao número de indivíduos com o grau de Ensino Superior, esse é de 922 indivíduos, (9,3%)

Pela análise do nível de instrução da população residente no ano de 2011, podemos constatar que o nível de escolaridade com mais representatividade no concelho é o equivalente ao 1º Ciclo de Ensino Básico (cerca de 41,3% da população total, 4083 indivíduos), por sua vez, 1204 indivíduos não possuem qualquer nível de ensino -12,2% (sendo 711 do sexo feminino), contrapondo com 922 indivíduos (sendo 606 do sexo feminino) com habilitações equivalentes ao ensino superior.

Quadro 4.4 – *População residente/Nível de escolaridade (2011)*

População Residente/Nível de Escolaridade (2011)								
	Sem nível de ensino	Ensino Pré-escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Ensino Secundário	Ensino pós-secundário	Ensino Superior
Mulheres	711 (59,1%)	96 (52,5%)	2082 (51%)	355 (45,7%)	622 (47,2%)	694 (52,2%)	26 (40,6%)	606 (65,7%)
Homens	493 (40,9%)	87 (47,5%)	2001 (49%)	421 (54,3%)	695 (52,8%)	635 (47,8%)	38 (59,4%)	316 (34,3%)
Total	1204 (12,2%)	183 (1,9%)	4083 (41,3%)	776 (7,9%)	1317 (13,3%)	1329 (13,5%)	64 (0,6%)	922 (9,3%)

Fonte: Plano municipal de defesa da floresta contra incêndios 2013-2017 (versão preliminar) –

CMDFCI CMT | GTF

Relativamente à dependência de indivíduos com apoios sociais demonstra as fragilidades da população do concelho de Trancoso, podemos dizer que existe uma grande fatia que é beneficiária da segurança social, nomeadamente pensionistas. No ano de 2011, 3.774 pessoas eram pensionistas da segurança social (INE,2011). Ora, se o universo de população no concelho de Trancoso é de 9.878, 3.774 são pensionistas, significa que aproximadamente 38% da população é pensionista. O que vem confirmar o que anteriormente foi referido, relativamente ao envelhecimento da população concelhia.

No que toca ao número de beneficiários do rendimento social de inserção (RSI), existem 223 indivíduos (4,23%) que necessitam do RSI para responder as necessidades do seu dia a dia (INE, 2011). Tal significa que, para além deste concelho comportar um número muito elevado de pensionistas, como resultado do envelhecimento da sua população, verifica-se,

paralelamente, um considerável número de habitantes com carências supráveis, atualmente, através do RSI. Uma das causas que poderá estar na base deste facto prende-se com o baixo nível de qualificação profissional da população em causa.

2.3. Mobilidade

A rede viária do concelho de Trancoso organiza-se em três níveis hierárquicos: a nacional (através da rede nacional e rede regional) designada por Estradas Nacionais (EN) e Regionais (ER), as anteriores estradas nacionais e, por fim, a rede municipal, constituída por Estradas Municipais (EM) e caminhos municipais (CM). (IMTT)²⁰ Visto que não existem dados vetoriais classificados sobre a rede viária do concelho de Trancoso, a sua análise baseou-se na observação das cartas militares e respetiva estrutura em vigor para a cartografia digital da série M888 (escala 1:25 000), realizada pelo Instituto Geográfico do Exército.

Neste contexto observam-se as seguintes estradas²¹:

- Estrada Regional 226 (ER226), com o seguinte trajeto: Trancoso (IP2), Vila Franca das Naves e Pinhel (entroncamento da ER221);
- Itinerário Complementar 26 (IC26), que passa pelas seguintes localidades: Amarante (IP49), Régua, Lamego, Tarouca, Moimenta da Beira, Sernancelhe e Trancoso (IP2);
- Itinerário Principal 2 (IP2), que passa por: Portela, Bragança, Guarda, Covilhã, Castelo Branco, Portalegre, Évora, Beja e Faro;
- Autoestrada 25 (A25), que veio substituir a IP5, com a ligação Aveiro - Vilar Formoso;
- Autoestrada 23 (A23), com ligação a Lisboa.

O município beneficia, ainda, da linha ferroviária da Beira Alta, com ligação à Espanha, e cuja estação se localiza na freguesia de Vila Franca das Naves. A linha travessa as freguesias de Vila Franca das Naves e Vilares, estabelecendo a ligação aos concelhos de Celorico da Beira, a Sul, e Pinhel, a Este.

Muito embora as deslocações quotidianas possam ser asseguradas por variados meios de transportes, no concelho de Trancoso estes resumem-se à utilização de: autocarro, automóvel ligeiro como condutor ou como passageiro, transporte coletivo da empresa ou escola, motociclo ou bicicleta, comboio (que só é passível de ser utilizado para deslocações interconcelhias, uma vez que no concelho existe apenas uma estação ferroviária), ou opcionalmente poderá não ser utilizado nenhum tipo de transporte, optando por ir a pé.

²⁰ IMTT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes terrestres, I.P

²¹ Consultar Anexo D.

Ao nível concelhio, é possível constatar que a maioria da população opta por utilizar o automóvel ligeiro (43,1%) ou deslocar-se a pé (37,6%). Ao invés, o comboio e o motociclo ou bicicleta são os modos de transporte menos utilizados (0,2% e 1,5%, respetivamente).²²

As deslocações quotidianas – casa/trabalho e trabalho/casa, estão associadas a diferentes tempos de deslocação, consequência das diferentes distâncias a percorrer, dos meios de transporte utilizados e das condições dos eixos viários a transitar.

No concelho de Trancoso, 59,1% dos ativos ou estudantes demoram até 15 minutos no trajeto desde o local de residência, até o local de trabalho ou estudo (só ida). Pelo contrário, os tempos de deslocação de 61 a 90 minutos e mais de 90 minutos não ultrapassam os 1,2% e os 1,3%, respetivamente. Podemos concluir que, as deslocações diárias dos habitantes do concelho de Trancoso são relativamente próximas. As deslocações de 61 a 90 minutos não são significativas, o que revela benefícios para os seus habitantes, contribuindo, assim, para a sua qualidade de vida. Se, por um lado, a população residente deste concelho beneficia destas deslocações quotidianas, tornam-se, por outro lado, uma ameaça à revitalização do concelho. O facto de existirem algumas ligações entre grandes cidades e a cidade de Trancoso, não significa que se fixem mais indivíduos neste concelho, uma vez que, devido às características atrás enunciadas, este concelho carece de população jovem, empresas, serviços e acessos.

3. A cidade de Trancoso e o seu Centro Histórico

A cidade de Trancoso foi uma das mais importantes vilas medievais portuguesas, já que, devido à sua posição estratégica, constitui um dos pontos mais avançados da reconquista cristã para sul. A posição dominante do castelo atual, com os seus quase novecentos metros de altitude, faz-nos crer que, desde sempre, essa situação foi considerada pelos povoadores de todas as épocas. Ergue-se sobre um planalto na região Nordeste da Beira, vizinho à nascente do rio Távora, afluente do rio Douro, e ao Castelo de Penedono, do qual cerca de cinco léguas, com o qual compartilha características comuns, o Castelo de Trancoso. Desde o século XII, época da constituição da nacionalidade portuguesa, a povoação e seu castelo adquiriram importância estratégica na raia com o Reino de Leão, a par de outras localidades como a Guarda e a Covilhã. O conjunto do castelo e das muralhas de Trancoso está classificado como Monumento Nacional por Decreto de 8 de julho de 1921. Na década de 1930 fez-se sentir a intervenção do poder público, através da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que levou à recriação de diversos trechos destruídos, como troços de muralhas. A antiga Vila de Trancoso foi elevada à categoria de Cidade em dezembro de 2004.

²² Consultar anexo E.

Naturalmente que Trancoso seria um pequeno povoado e não devia ultrapassar o espaço amuralhado, que se circunscreveria certamente no espaço ocupado hoje pelo castelo e pouco mais. Após a invasão de povos como os romanos e os godos, a povoação terá evoluído, mas nenhum documento nos permite concluir, quer a dimensão dessa evolução, quer o seu processamento.

A ocupação humana na Vila antiga de Trancoso é muito remota. Segundo Teixeira, as primeiras ocupações ocorreram no século XIX, a.C., com os Iberos (Teixeira, 1982:11). A concessão de foral, por D. Afonso Henriques, confirmado mais tarde em 1217, por D. Afonso II, permite a reconstrução do perímetro muralhado e acaba por o conduzir Trancoso a uma época de maior desenvolvimento. Como pudemos observar na seguinte imagem.

Figura 4.4 - *Centro histórico de Trancoso - Perímetro muralhado*



Fonte: <http://trancoso-fotos.blogspot.pt/>

Após a construção do perímetro muralhado de Trancoso, no séc. XIII a vila, passa a ter uma grande importância. Tornara-se um local de intensa atividade comercial, por força da periódica reunião de feirantes, de que iria resultar, ainda nesse século, por decisão de D. Afonso III, a criação da sua feira franca, ainda hoje existente, e uma das maiores de Portugal, que decorre todas as Sextas-Feiras (Teixeira, 1982:9).

É, porém com a escolha de Trancoso para lugar do seu casamento com D. Isabel de Aragão que D. Dinis confirmará a importância assumida por esta terra na era de Duzentos.

A vila, até 1297, circunscrever-se-ia a uma área de, no máximo, cem metros em redor do seu castelo. Verificando, todavia, que a população se expandia extramuros, D. Dinis decide ampliar-lhe as muralhas, abrigando a nova cerca, casas e terras que rodeavam a fortificação. Essa preocupação de redimensionar Trancoso, transparece na importante medida tomada em relação à sua feira franca anual que, por diretiva de D. Dinis, em 1306, é usada como modelo para a criação de uma segunda-feira, desta vez mensal, fixando a sua duração em três dias.

Esta ampliação, bastante importante e necessária, permite-lhe ainda conseguir duas contribuições fundamentais para o seu futuro dimensionamento: o da formação do vasto bairro judaico (que contribuiu ao longo de vários séculos para o progresso económico da região), e o traçado da famosa via - rua Direita e presentemente rua da Corredoura, - que há de demarcar e até dividir todo o característico traçado do burgo medieval no final de Quatrocentos e mesmo nos séculos seguintes (Teixeira, 1982:9).

Figura 4.5- *Rua da Corredoura (Rua direita)*



Fonte: <http://trancoso-fotos.blogspot.pt/>

A partir do final do séc. XIX, Trancoso extravasa as muralhas e começa a ocupar os terrenos adjacentes, atraindo pelo seu maior desenvolvimento comercial e de serviços, parte das populações das suas freguesias (Teixeira, 1982:10). De referir no entanto que é só apenas em meados do séc. XX é que a construção extramuros assumiu um grande desenvolvimento.

3.1 Presença Judaica no Centro Histórico de Trancoso

O património judaico na Vila/Cidade de Trancoso exprime-se de forma muito significativa. Encontra-se documentada do ponto de vista da informação escrita, desde o reinado de D.Pedro I (1357-67). A chancelaria de D.Pedro I permite, entre outros elementos, recolher alguns indícios no que diz respeito à localização geográfica da comuna judaica e da judiaria. Esta localizava-se na rua que fica situada na metade da vila, ocupando, a partir de então, o mesmo espaço onde os judeus sempre tinham vivido.

No que se refere à sinagoga medieval da vila, não existem certezas quanto à sua localização ainda que, a tradição oral e alguns autores apontem como sítio mais provável da sua implantação, a denominada Casa do Gato Preto, situada no Largo Luís de Albuquerque (Correia, 1989: 137 in Balesteros; Santos, 2004:15).

Não parece razoável para Balesteros e Santos localizar um bairro judaico ou uma judiaria num eixo fundamental de uma qualquer Vila ou Cidade Medieval, muito menos nos parece razoável identificar uma judiaria ou uma casa judaica pela existência de uma porta larga e

uma porta estreita. A existência deste género de portas é sim característica de qualquer bairro de origem medieval quer ele tenha sido ocupado por judeus ou cristãos. Na verdade, esta realidade arquitetónica é fruto de uma organização familiar e social onde o tecido produtivo encontra na unidade familiar o seu núcleo fundamental de estruturação, quer económica, quer social (Balesteros; Santos, 2004:16).

No núcleo urbano antigo de Trancoso, encontramos, efetivamente, um número significativo de cruces gravadas nas ombreiras de porta e janela, sobretudo, na Rua da Alegria. No entanto, podemos identificar cruciformes noutras ruas, panos e portas de muralha e ainda locais de culto. Assim, como já afirmámos noutros locais a existência de cruciformes deve ser interpretada com alguma cautela, podendo estes não só apontar pistas para a localização de uma antiga judiaria mas, também, sendo possível considerar que estes marquem zonas de habitação de cristãos-novos que, por questões de segurança não só abandonaram o antigo bairro mas, também procuraram ostentar sinais evidentes de adesão ao cristianismo. Também é verdade que a gravação de uma cruz, como acontece nos panos de muralha ou nos silhares graníticos das portas das muralhas pode resultar de um simples ato de Fé, procurando-se deste modo, recolher a proteção divina para o espaço (Balesteros; Santos, 2004:18).

3.2 Breve caracterização do Centro Histórico de Trancoso

O centro histórico de Trancoso caracteriza-se, sobretudo, por aí se concentrarem a grande maioria dos serviços da cidade, todavia, também a grande maioria dos edifícios deste espaço não acolhe a função residencial. A este facto estão inerentes alguns problemas comuns à generalidade dos centros históricos, nomeadamente o envelhecimento do parque habitacional, o envelhecimento considerável da população residente e problemas da circulação automóvel.

Os locais de troca comercial realizam-se predominantemente no centro, mas atualmente e já há muito que o mercado na cidade de Trancoso se efetua fora das muralhas. Realiza-se num recinto bastante próximo do centro histórico que, por um lado, traz medidas higienistas para a cidade consolidada e, por outro, afasta o buliço social tão característico das feiras e mercados que durante séculos fez parte da identidade deste local (Gregório, 2009:70).

O centro histórico caracteriza-se por ser um pólo atrativo para comércio e serviços e, mais recentemente, para bares. O surgimento de novos tipos de estabelecimentos geram alguns conflitos entre os moradores. Como se trata de uma zona residencial, a existência de bares, nomeadamente o barulho provocado pelo constante movimento de pessoas, música elevada, e circulação automóvel interfere com a vida social existente (Gregório, 2009:71).

Segundo Gregório, as atividades culturais e os espaços culturais têm vindo a distanciar-se do centro histórico. Como o expressa a construção do centro cultural, cinema, biblioteca e centro de exposições fora do centro histórico, justificando que “se por um lado, há que compreender que no centro histórico poderiam não existir as melhores condições para a realização de parte destes eventos, por outro lado, há que ter em conta que a opção de realizar determinadas atividades fora do centro histórico termina afastando a vida cultural do centro, o que pode vir a ser pernicioso, pois deixará de se conotar o centro a um espaço atrativo culturalmente, uma vez que se tende a dispersar as atividades de índole cultural.” (Gregório, 2009:71-72).

O ensino desempenha um papel deveras importante para a atividade cultural de uma cidade. A existência da Escola Profissional de Trancoso atrai jovens e promove o multiculturalismo e o intercâmbio cultural, uma vez que grande parte os alunos são cabo-verdianos e residem na residência de estudantes pertencente à Escola Profissional. Esta localiza-se no centro histórico num edifício reabilitado, um excelente exemplo de reabilitação urbana, é sabido que os edifícios que faziam parte deste novo edifício reabilitado se encontravam em mau estado de conservação (Gregório, 2009:72).

Figura 4.6 - *Edifício reabilitado | Residência de estudantes da Escola Profissional de Trancoso*



Fonte: <http://trancoso-fotos.blogspot.pt/>

Outra questão importante na construção de potenciais recursos de revitalização é o turismo. Segundo a página do Município de Trancoso, “O Turismo em Trancoso tem registado nos últimos anos um forte desenvolvimento, que se explica não só pela integração do concelho na rede das “Aldeias Históricas de Portugal”, mas também pela existência de novos equipamentos urbanos e unidades hoteleiras. Com os seus numerosos monumentos, de

arquitetura civil, militar e religiosa, a cidade de Trancoso constitui um dos mais expressivos Centros Históricos do país, visitado anualmente por muitos milhares de pessoas”.²³

A adesão da cidade de Trancoso ao Programa das Aldeias Históricas no ano de 2003, como acima mencionado, constitui um marco importante para a dinamização turística do território e valorização do seu património, que confere à cidade um grande interesse sobretudo no que respeita ao turismo cultural. Torna-se desta forma crucial aproveitar as características patrimoniais para a promoção da atividade turística, “(...) uma vez que, no respeitante a outras atividades económicas, nomeadamente no que respeita a atividade industrial, é um município com elevadas deficiências.” (Gregório, 2009:74).

Capítulo V – Modelo de análise e Metodologia

1. Modelo de análise



O modelo de análise desta investigação centra-se em dois conceitos essenciais: a requalificação urbana e a qualidade de vida. No que concerne à requalificação urbana, esta compreende uma intervenção física e patrimonial, uma dimensão de revitalização socioeconómica e a salvaguarda do património histórico/arquitetónico. No que respeita à qualidade de vida, esta encontra-se centrada na abordagem das necessidades, de modo a avaliar a perceção da qualidade de vida em geral, a perceção de qualidade de vida que os residentes detêm do centro histórico e, por último, de que forma a requalificação urbana é perspectivada como tendo influência na qualidade de vida dos habitantes do centro histórico.

²³ www.cm-trancoso.pt

Pretende-se, deste modo, apontar formas de intervenção urbana no centro histórico, através da deteção das necessidades e expectativas dos habitantes deste lugar.

O abandono do centro histórico de Trancoso pressupõe uma intervenção a nível da requalificação urbana, deste modo, é necessário intervir não só a nível arquitetónico, mas também a nível social, dando voz aos habitantes destes lugares. Estando os habitantes incluídos nos processos de requalificação urbana, estes deverão ser adequados às necessidades específicas da população residente. Ao avaliar a perceção da qualidade de vida, através da abordagem das necessidades, e à luz da teoria de Allardt, permite-nos detetar quais as necessidades da população, a sua noção de qualidade de vida, a perceção da qualidade de vida oferecida pelo centro histórico (fatores mais positivos e mais negativos) e, assim, informar as intervenções no sentido do aumento da qualidade de vida dos habitantes do centro histórico de Trancoso.

2. A metodologia do Estudo

Sendo o objeto de estudo nesta investigação o de perceber qual a avaliação da qualidade de vida dos habitantes do centro histórico de Trancoso, qual a perceção da qualidade de vida pessoal e aquela que o centro histórico oferece aos seus habitantes, realizaram-se junto dos habitantes deste território, inquéritos por questionário – método quantitativo – com o intuito de avaliar e caracterizar as suas expectativas e necessidades. A população do centro histórico de Trancoso foi inquirida através de um inquérito por questionário de administração indireta, conseguido através de um trabalho de campo realizado “porta a porta”. Foram realizados 112 inquéritos à população residente no centro histórico, um inquérito por questionário por alojamento habitado e 10 inquéritos à população não residente. Foram também inquiridos 6 indivíduos que habitam apenas temporariamente. No entanto, pressupomos que a população com residência temporária no centro histórico seja superior, não havendo registo relativo a esta população específica.

3. Plano de ação da investigação ²⁴

O meio de observação consiste na construção e na escolha de um instrumento capaz de recolher a informação necessária. Para esta investigação, optou-se pela recolha de informação segundo observação indireta, uma vez que, a recolha foi feita através de inquéritos realizados à população por forma a obter a informação desejada. Ao responder às perguntas colocadas, o indivíduo tem voz ativa na produção da informação. A observação indireta torna-se menos

²⁴ Para uma análise mais detalhada da forma das perguntas e pré-teste do inquérito por questionário, consultar anexo F.

objetiva, uma vez que, não é recolhida diretamente. O instrumento de observação é o inquérito por questionário, cujo objetivo é a produção ou registo de informações (Quivy e Campenhoudt, 2008:164).

A técnica de investigação social mais vocacionada para estudos de grande escala é o inquérito por questionário. Aparentemente fácil e simples de aplicar, relativamente rápido, padronizado e rotinizado, prodiga dados comparáveis, generalizáveis e passíveis de análises quantitativas.

O inquérito por questionário consiste numa interpelação sistemática de um conjunto de indivíduos, normalmente representativos de uma população global, com o objetivo de proceder a inferências e generalizações. Grosso modo, as questões podem incidir sobre factos ou sobre opiniões. O inquérito permite-nos aceder a um elevado volume de informação sobre a população alvo. Acerca do passado, da privacidade, de práticas atuais dificilmente abertas, por exemplo, à observação. Possibilita o estudo sistemático de atitudes, de opiniões, de preferências, de representações, do sentido subjetivo das ações.

O inquérito depende das respostas das pessoas, cuja veracidade não é nem evidente nem garantida. Este facto introduz um contínuo coeficiente de incerteza quanto à validade dos resultados, por mais sofisticados que se asseverem a recolha, o processamento e a análise. Pressupõe ainda, amiúde, capacidades que os inquiridos de facto não têm, ou então que delas dispõem de um modo muito desigual, tais como as competências de verbalização e de autoanálise.

Esta técnica adequa-se aos estudos extensivos de universos muito grandes pois pode ser aplicado a uma amostra representativa do universo em estudo e porque os dados obtidos podem ser tratados quantitativamente, possibilitando uma generalização para o universo em estudo (Foddy, 1996).

“A elaboração do questionário e a formulação das questões constituem (...) uma fase crucial no desenvolvimento de um inquérito. Não se pode deixar certos aspetos pairando na incerteza, adiando a sua solução para depois das respostas. Qualquer erro, qualquer inépcia, qualquer ambiguidade, repercutir-se-ão no conjunto das operações ulteriores, incluindo as próprias conclusões finais” (Ghiglione e Matalon, 1978). A elaboração do questionário representa a atividade mais rigorosa e delicada do inquérito. Comporta desafios e compromissos de difícil e problemática resolução. Um bom questionário é, antes de tudo, o que se adapta, pertinentemente, tanto aos objetivos do inquérito, e à problemática que o suscitou, como às características e particularidades da população a que vai ser aplicado.

Na redação de um questionário para inquérito sociológico sobressaem cinco dimensões nevrálgicas, exigindo todas uma eficiente combinação de imaginação e rigor: a forma; a linguagem; as reações e os efeitos suscitados; a disposição das perguntas; a economia, ou estruturação, do conjunto (Gonçalves, 2004).

3.1. A administração dos questionários

Existem várias possibilidades de administração dos inquéritos por questionário conforme o tipo, os recursos e os objetivos do inquérito e a população recetora. A administração pode ser direta ou indireta, consoante é o inquirido ou o inquiridor quem lê as perguntas e anota as respostas. Nesta investigação a administração do inquérito é realizada no domicílio do inquirido, “porta-a-porta”. A amostragem é acidental, o contacto faz-se no momento, normalmente mediante “porta-a-porta”. O modo de administração é indireto, já que, é o investigador a colocar as questões à população inquirida.²⁵

4. Técnicas de Recolha/Produção de dados

O inquérito por questionário tem como principal função recolher dados sobre populações numerosas, através de um conjunto normalizado de perguntas. Um questionário é uma lista de perguntas que recolhe informações necessárias ao estudo. Normaliza as informações recolhidas no inquérito.²⁶

O SPSS é um software apropriado para a elaboração de análises estatísticas de matrizes de dados. O seu uso permite gerar relatórios tabulados, gráficos e dispersões de distribuições utilizados na realização de análises descritivas e de correlação entre variáveis.

É um programa crucial para análise de informações de tipo quantitativo. Através deste programa destinado maioritariamente às ciências sociais, podemos realizar diversas análises estatísticas, como testes de correlação e de hipóteses; pode também fornecer ao investigador contagens de frequência, ordenar dados, reorganizar a informação, e para além de servir também como um mecanismo de entrada dos dados, com rótulos para pequenas entradas. Os dados dos inquéritos por questionário foram tratados na base de dados do SPSS, constituindo gráficos e tabelas por eles produzidos.

²⁵ Consultar anexo G - Reações e efeitos indesejados da investigação.

²⁶ Ver inquérito por questionário a residentes e inquérito por questionário anexo H e a não residentes no anexo I.

Capítulo VI – Apresentação, análise e discussão dos resultados da investigação

Neste penúltimo capítulo iremos apresentar, analisar e discutir os dados da investigação.

Em primeiro lugar, e tendo em conta a inexistência de dados relativos à população do centro histórico na Câmara Municipal de Trancoso, era premente a necessidade de realizar um levantamento exaustivo. Como referido, o inquérito realizado à população do centro histórico de Trancoso caracterizam-se pela administração de um inquérito por questionário por alojamento habitado, em cada edifício do centro histórico, sendo que apenas dois habitantes não aceitaram responder ao inquérito. Ficamos a saber que habitam permanentemente no centro histórico 258 indivíduos.

A caracterização dos residentes inquiridos incidiu sobre a distribuição dos inquiridos segundo os escalões etários, sexo, estado civil, tipo de família, grau de escolaridade, condição perante o trabalho, local de trabalho/estudo, rendimento mensal do agregado familiar e situação económica.²⁷

Esta análise é também importante para os objetivos do Plano de Salvaguarda do centro histórico de Trancoso, uma vez que nos revelam o perfil desta população, podendo inferir a especificidade das suas necessidades.

1. Caracterização sociográfica

1.1 Distribuição dos inquiridos por estrutura etária: envelhecimento da população

A caracterização e discussão destes dados são cruciais para conhecer a população do centro histórico, identificando a sua estrutura etária, situação conjugal, tipos de família, entre outros.

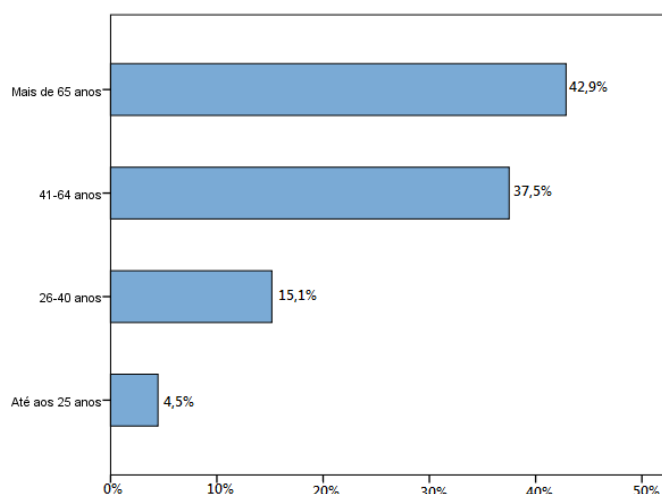
Neste sentido, e como pode ser comprovado na (figura 6.1), 42,9% dos inquiridos enquadra-se na classe etária de mais de 65 anos, sendo a classe dos 41 aos 64 anos a segunda mais representativa com -37,5%-. Segue-se a classe etária dos 26 aos 40 anos (15,1%). É de salientar o pouco peso da classe etária até aos 25 anos (4,5%) em relação ao total da população estudada. Significa que o número de jovens até aos 25 anos de idade é quase inexistente, o que demonstra um envelhecimento da população habitante no centro histórico de Trancoso, de acordo com o que acontece no resto do concelho. Em conformidade com os dados relativos ao concelho, a classe etária que mais diminuiu foi a classe dos 14 aos 25 anos. Este envelhecimento afeta negativamente a economia, a perda e efetivos e a perda de indústria e serviços neste núcleo urbano.

²⁷ Foram definidos quatro escalões etários, o primeiro até aos 25 anos, o segundo dos 26 aos 40 anos, o terceiro dos 41 aos 64 anos e o último mais de 65 anos.

Quanto à distribuição por género da população em estudo 68,8% é do sexo feminino e 31,3% do sexo masculino. Verifica-se um acréscimo do número de indivíduos do sexo masculino inquiridos entre as classes etárias dos 41-64 anos e mais de 65 anos, (figura 6.2).

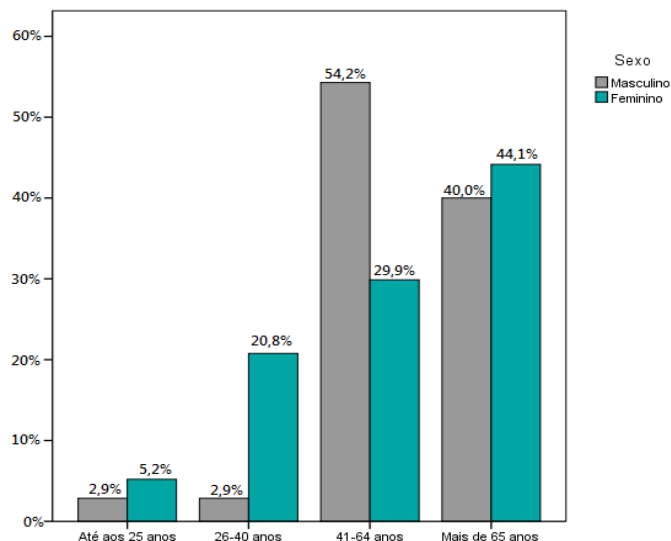
No que respeita ao estado civil dos inquiridos (figura 6.3), 44,6% é casado/a, seguidos de 20,5% dos solteiros. Deparamos com uma percentagem um pouco elevada de indivíduos viúvos/as (16,1%), já que se trata de uma população envelhecida.

Figura 6.1 - *Distribuição dos inquiridos segundo o escalão etário (%)*



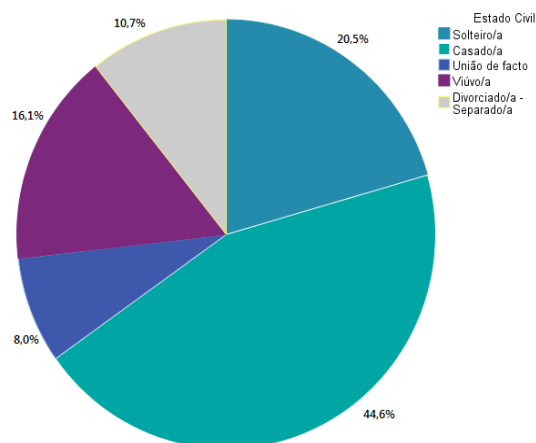
Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

Figura 6.2 - *Sexo dos inquiridos segundo o escalão etário (%)*



Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

Figura 6.3 - *Estado civil dos inquiridos (%)*



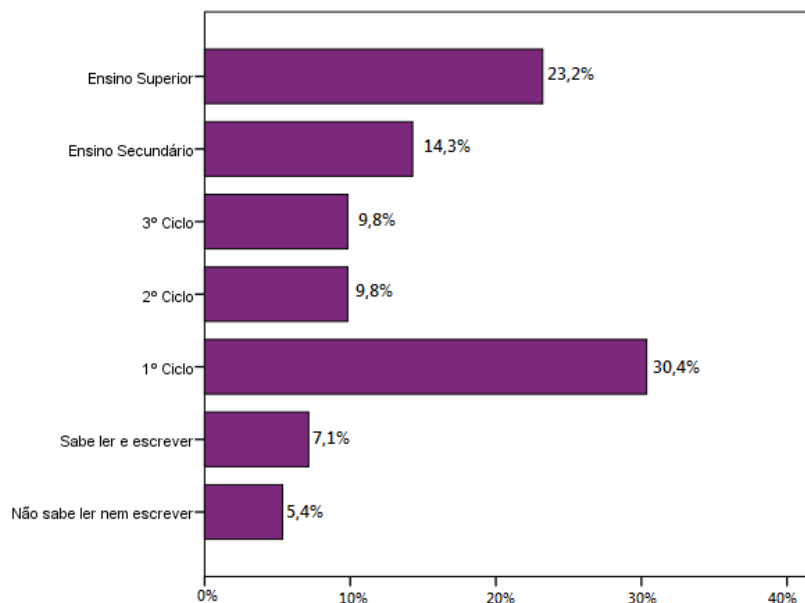
Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

1.2 Emprego e estrutura de qualificações: predomínio dos reformados e população com baixos rendimentos

Neste subponto, refletem-se os dados relativos a aspetos mais socioeconómicos dos inquiridos do centro histórico.

Quanto ao nível de escolaridade, (figura 6.4) o 1ºciclo é o nível atingido em maior percentagem pelos inquiridos (30,4%), segue-se o ensino superior para 23,2% dos indivíduos. Por último, o ensino secundário, 14,3%. De salientar, ainda, os 5,4% que não sabem ler nem escrever. Estes dados são coerentes com os relativos ao resto do concelho, nomeadamente quanto à percentagem de indivíduos que detêm o 1ºciclo de ensino (41,3%). Contrariamente, os dados relativos ao ensino superior mostram uma população bastante mais qualificada no centro histórico do que no concelho, 23,2%, 9,3% respetivamente detêm o ensino superior. De notar que o somatório das percentagens de residentes inquiridos com o ensino secundário e com o ensino superior, é superior à percentagem da indivíduos apenas com o 1ºciclo de ensino, 37,5% e 30,4%, respetivamente. Estes dados refletem que os habitantes do centro histórico têm qualificações mais elevadas do que o resto do concelho.

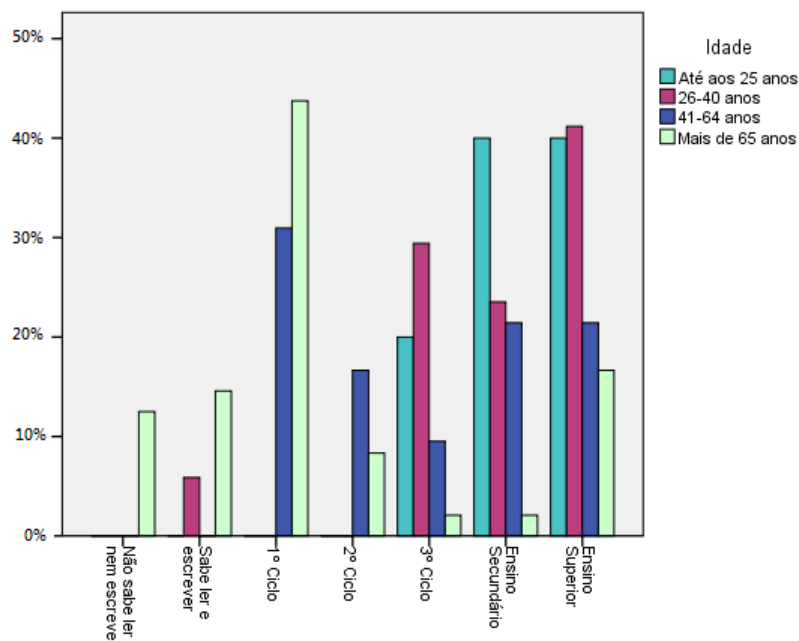
Figura 6.4 - *Grau de escolaridade dos inquiridos (%)*



Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

O nível de escolaridade dos inquiridos, segundo o escalão etário, evidencia a supremacia do 1º ciclo nos indivíduos com mais de 65 anos (43,8%). Segue-se o ensino superior com as classes mais representadas até aos 25 anos (40%) e 26 – 40 anos de idade (41%). A classe etária que mais está representada o ensino secundário é até aos 25 anos (40%).

Figura 6.5 - *Grau de escolaridade dos inquiridos segundo o escalão etário (%)*



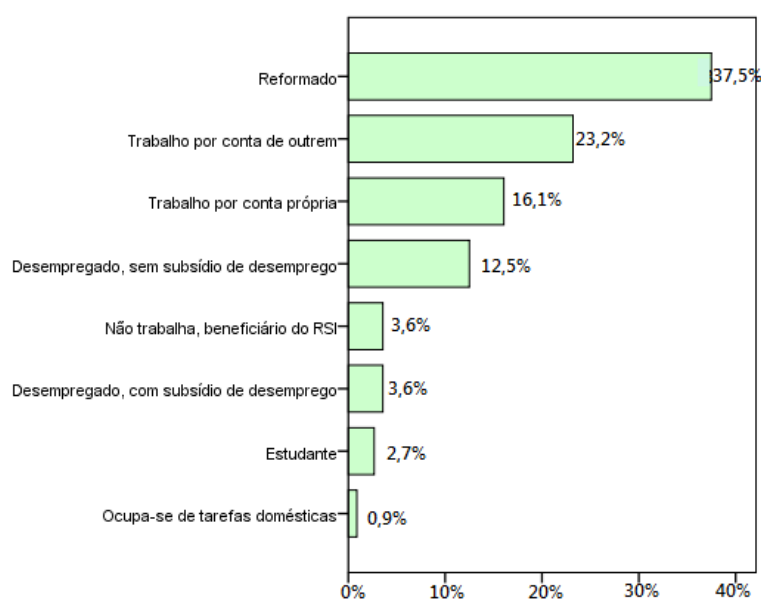
Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

Em relação à condição perante o emprego, há uma clara maioria de indivíduos reformados, que vivem da reforma (37,5%), seguido do trabalho por conta de outrem (23,2%) e trabalho por conta própria (16%). Estes dados refletem a estrutura etária da população do centro

histórico, tendencialmente envelhecida. De notar a percentagem de indivíduos desempregados (16,1%), sendo a taxa de desemprego um pouco mais alta do que a percentagem a nível nacional, 13,6%. De salientar a discrepância da percentagem de indivíduos sem subsídio de desemprego 12,5% e 3,6% com subsídio de desemprego.

É de destacar a baixa percentagem de indivíduos que vivem do rendimento social de inserção (3,6%). O facto da percentagem de residentes beneficiários do rendimento social de inserção ser baixa, evidencia que, apesar dos baixos rendimentos e qualificações, não se encontram em carências significativas, tal como acontece com os dados relativos ao concelho de Trancoso.

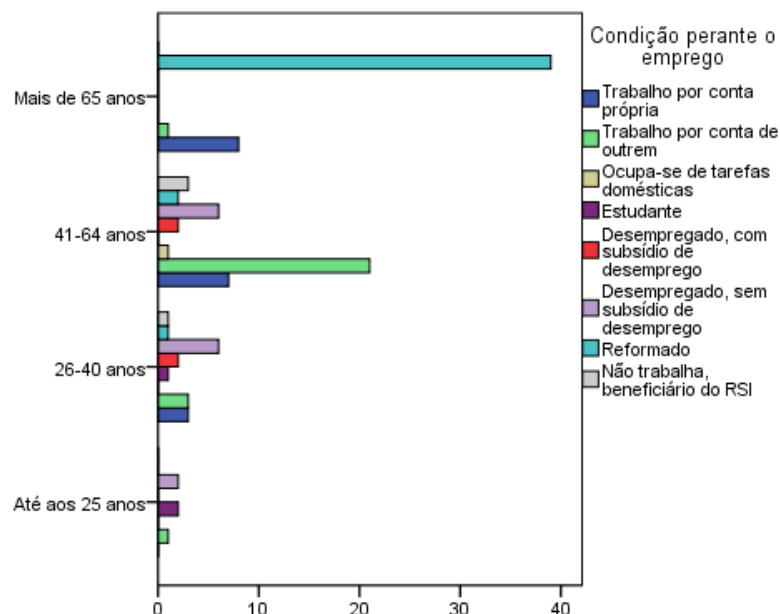
Figura 6.6 - *Condição perante o emprego (%)*



Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

No cruzamento da variável da condição perante o emprego com o escalão etário (figura 6.7), o que se destaca é o escalão etário com mais de 65 anos em situação de reforma. No escalão com idade até aos 25 anos, denotamos que um trabalha por contra de outrem, dois são estudantes e dois se encontram desempregados sem subsídio de desemprego. No escalão etário relativo aos 26 - 40 anos seis residentes está desempregada sem subsídio de desemprego. Na classe etária dos 41 aos 64 anos, o que predomina maioritariamente é o trabalho por contra de outrem, seguindo-se o trabalho por conta própria.

Figura 6.7 - *Condição perante o emprego segundo o escalão etário (freq)*

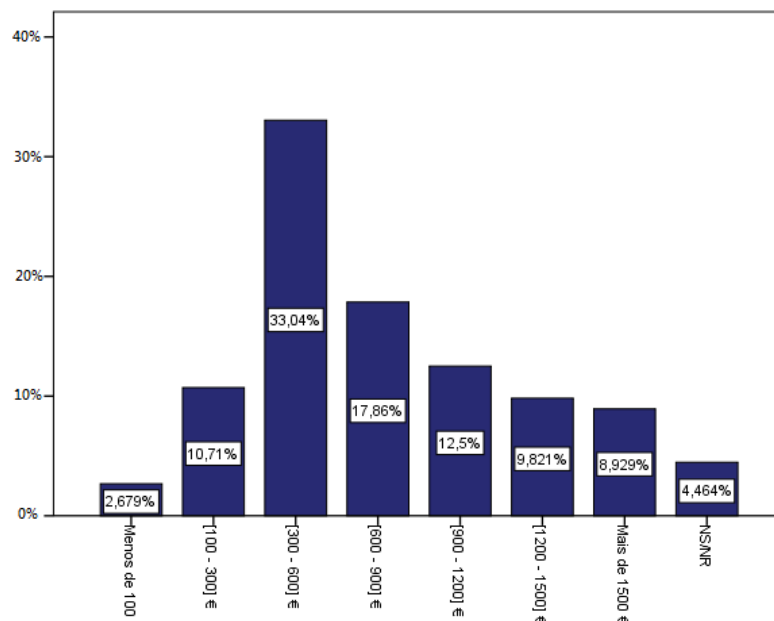


Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

Relativamente à análise dos rendimentos do agregado familiar, podemos concluir que 33% se situam no intervalo [300-600] euros, intervalo onde se insere o ordenado mínimo nacional, 485 euros. Seguindo-se com 17,9% os indivíduos que se posicionam no intervalo [600-900] euros (figura 6.8). A percentagem de indivíduos que se situam acima do intervalo [300-600] euros é ligeiramente mais alta do que os indivíduos que se situam abaixo do mesmo intervalo, 49,1% e 46,4%, respetivamente. Significa que grande parte dos inquiridos, estando esta questão dirigida ao agregado familiar, não tem grandes posses económicas, apesar de 49,1% se situar nos intervalos acima do intervalo [300-600] euros.

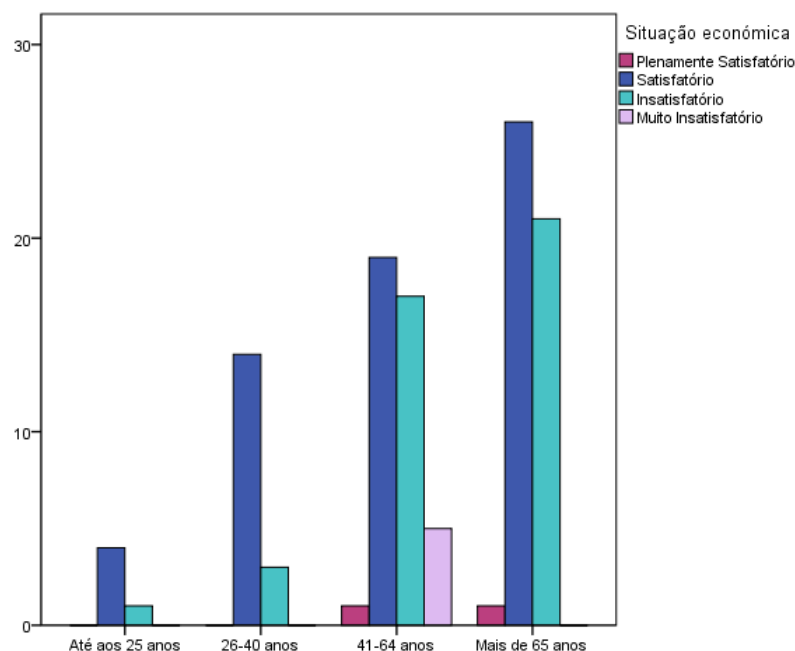
É de notar que a questão retratada na figura 6.10, (situação económica segundo a idade), todos os escalões etários se sentem mais satisfeitos do que insatisfeitos. Sendo os mais insatisfeitos com a sua situação económica os indivíduos com mais idade, devido ao suporte económico/financeiro dos mais jovens, filhos e netos desempregados.

Figura 6.8 – *Rendimento mensal do agregado familiar (%)*



Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

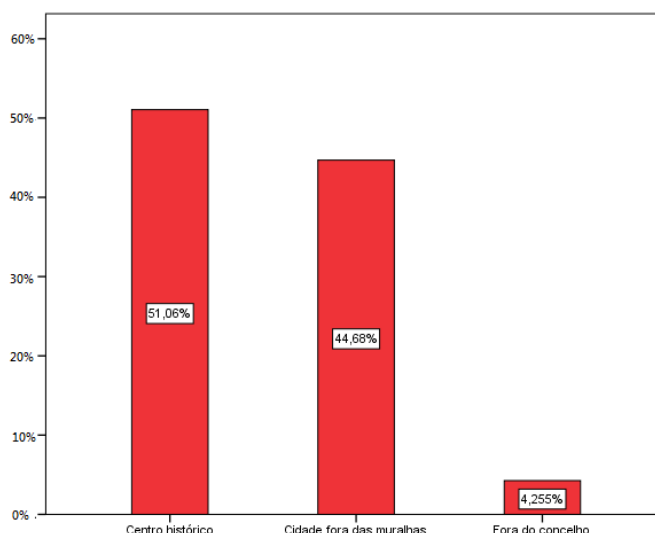
Figura 6.9 – *Situação económica segundo o escalão etário (freq)*



Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

A maioria dos habitantes do centro histórico trabalha/estuda no mesmo local onde habita 51,1%, mas 44,7% trabalha/estuda fora do centro histórico. Estes dados refletem que não existem grande diferença em relação ao local de trabalho/estudo, a percentagem de indivíduos que habitam no centro histórico e que trabalham no mesmo local é próxima à percentagem de indivíduos que habitam no centro histórico mas que trabalham/estudam fora do centro histórico.

Figura 6.10 – Local de trabalho/estudo (%)



Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

2. Situação habitacional e condições residenciais

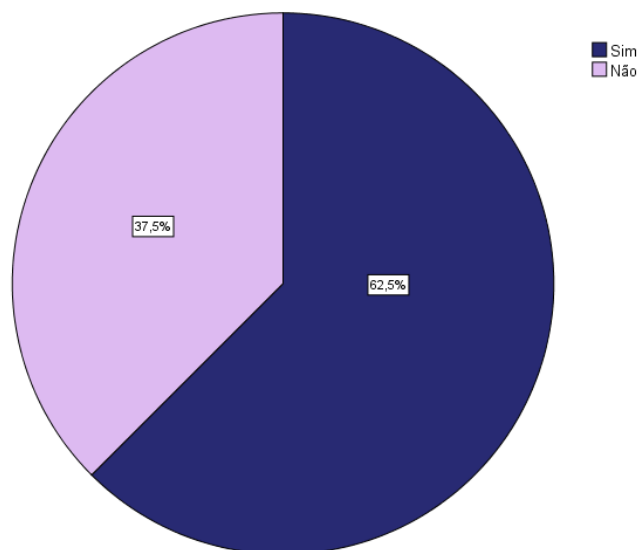
Ao avaliar a qualidade de vida torna-se crucial avaliar a situação habitacional e as condições residenciais do agregado familiar, por contemplar aspetos que influenciam a qualidade de vida dos habitantes deste local, por exemplo, a razão pela qual mora no centro histórico; vínculo legal com o imóvel; encargos com a habitação; satisfação com diversos domínios relativos à habitação, como conforto, espaço, etc.

Como podemos observar na seguinte (figura 6.11), 62,5% das pessoas inquiridas sempre viveram no centro histórico de Trancoso. Certamente que nasceram, viveram e constituíram agregado familiar neste local e ainda cá permanecem. Entre os habitantes que sempre residiram neste lugar, apesar de existirem mudanças de casa, a maioria mora na mesma rua, ou no centro histórico. Estes dados revelam potencialmente um forte enraizamento no local de residência.

Relativamente às razões pelas quais se optou por este local de residência, uma percentagem significativa -31,3%- (figura 6.12), afirma que é devido à proximidade do local de trabalho, usufruindo, desta forma, de um bem-estar em termos de tempo (casa-trabalho, trabalho-casa), sem necessidade de grandes deslocações, beneficiando também de um bem-estar económico/financeiro. 25% revelam estar neste local por terem familiares ou amigos por perto, sentindo-se mais confortáveis com o aconchego e apoio dos seus mais chegados. Seguindo-se 14,6% dos inquiridos a habitar aqui por estar perto de tudo. Os residentes do centro histórico dão muito valor à centralidade do lugar e a facilidade em chegar a serviços públicos. Apesar de se encontrarem fora da cidade muralhada, é fácil chegar até eles, já que ficam muito próximos da muralha. No discurso dos residentes, reflete-se a importância da história do local. A identidade do centro histórico é importante para os seus residentes. 10,4%,

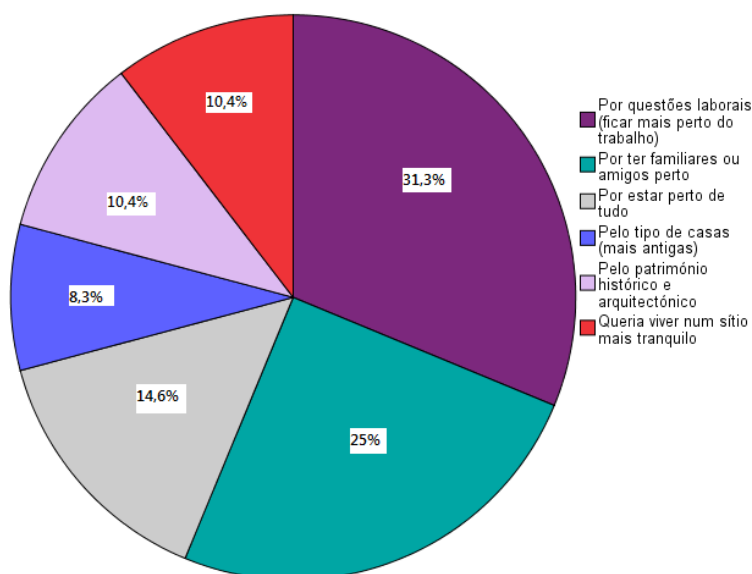
vivem no centro histórico pelo gosto do património histórico/arquitetónico, 8,3% pelo tipo de casas, mais antigas. Ainda com 10,4% os que apreciam a calma e a tranquilidade.

Figura 6.11 – *Sempre viveu no centro histórico (%)*



Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

Figura 6.12 - *Razão pela qual mora no centro histórico (%)*



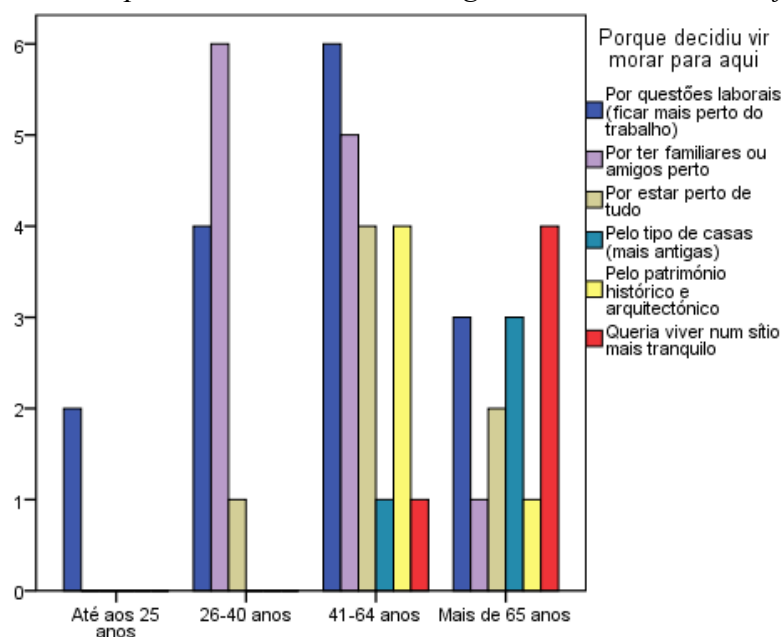
Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

Cruzando a razão por ter mudado de casa²⁸ com o escalão etário, notamos que a população inquirida mais idosa mudou de casa porque queriam viver num sítio mais tranquilo, pelo património histórico e arquitetónico e pelo tipo de casa (mais antigas). As classes etárias mais jovens mudaram por outras razões, por estar mais perto de tudo, por ter familiares ou amigos

²⁸ Estes dados são relativos aos habitantes que não residiam no CH.

mais perto e por questões laborais (ficar mais perto do local de trabalho). A fase do ciclo de vida pode determinar a diversidade nas motivações de escolha do local de residência.

Figura 6.13 - Razão por ter mudado de casa segundo o escalão etário (freq)

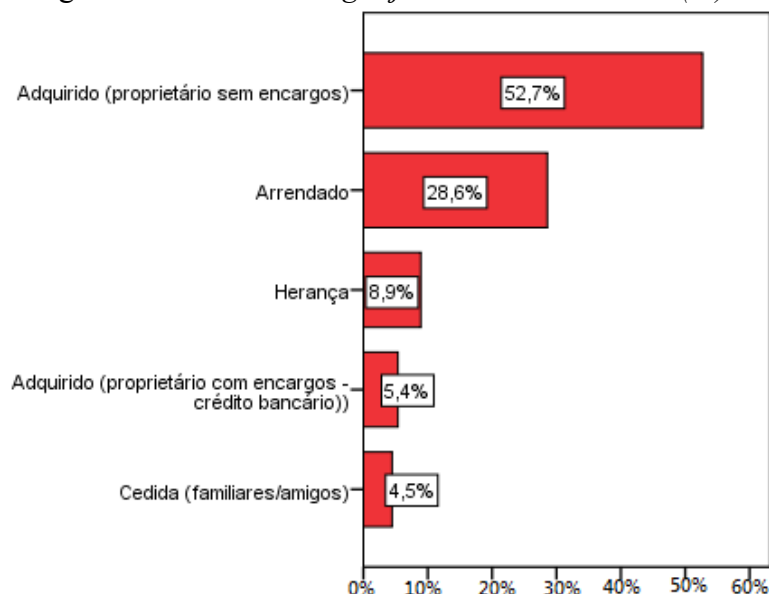


Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

A maioria das habitações – 52,7% - foi adquirida, embora 42,9% não tenha encargos mensais com as mesmas, como por exemplo crédito à habitação, (figura 6.14). Estes dados justificam parcialmente o grau relativamente elevado de satisfação dos habitantes deste local com a sua situação económica apesar dos rendimentos não serem, como vimos, elevados. De notar também a percentagem importante de habitações que são arrendadas -28,6%.

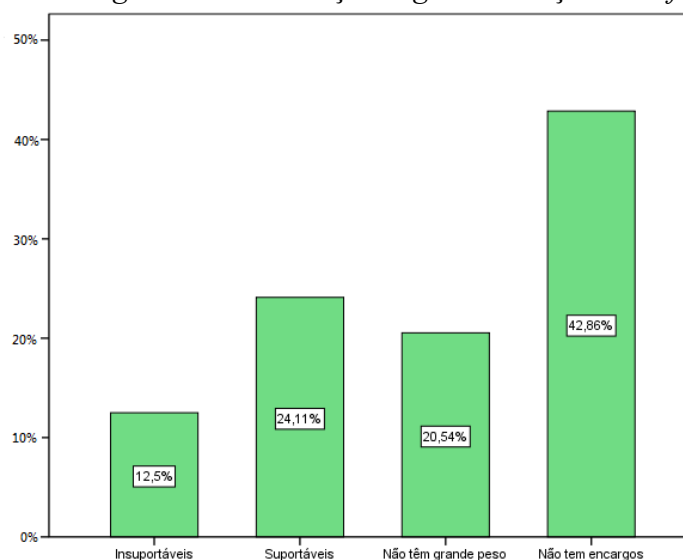
Os dados relativos aos encargos com a habitação segundo o orçamento familiares tornam-se curiosos, uma vez que grande parte dos inquiridos não tem encargos com a habitação (empréstimos, seguros, etc), e 24,1% considera os encargos (água, luz, gás, etc) suportáveis. Estes dados revelam-nos que a maioria dos residentes não tem encargos acrescidos com a habitação. Esta é uma variável relevante na sua contribuição para a qualidade de vida já que, quanto mais elevados forem estes encargos, menor será a parte do rendimento para fazer face às despesas do agregado.

Figura 6.14 – *Vínculo legal/jurídico com o imóvel (%)*



Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

Figura 6.15 – *Encargos com a habitação segundo o orçamento familiar (%)*



Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

Os dados que se seguem revelam o grau de satisfação dos residentes do centro histórico com as suas habitações, de modo a avaliar a qualidade das suas habitações e o modo de vida destes residentes.

No que respeita à satisfação com a quantidade de espaço que dispõe na sua residência, 47,3% está muito satisfeito e 37,5%, afirma estar relativamente satisfeito, o que significa que as habitações têm espaço suficiente para as necessidades dos habitantes deste lugar. Apesar de algumas casas terem poucas divisões, os indivíduos sentem-se mesmo assim satisfeitos com o espaço da sua residência. Apenas 11,6% estão pouco satisfeitos e 3,6% nada satisfeitos, indica-nos que poucos indivíduos inquiridos não se encontram satisfeitos com o espaço que dispõe.

Na apreciação face ao conforto - 42,9% - encontra-se muito satisfeito e com uma percentagem muito próxima, 41,9%, os residentes relativamente satisfeitos. São poucos os indivíduos que não sentem conforto em sua casa. Estes dados revelam-nos que as residências no centro histórico, apesar dos invernos rigorosos e dos verões quentes, possuem conforto para os habitantes.

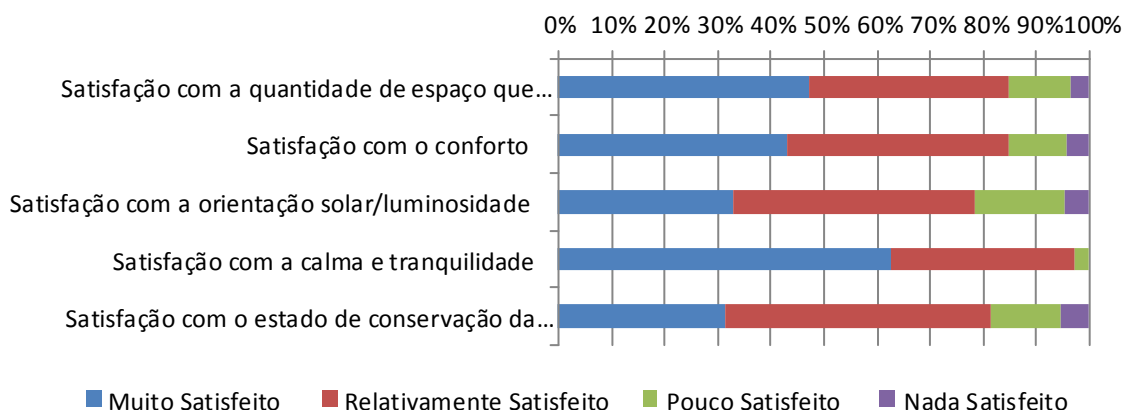
O facto de o centro histórico ser ainda amuralhado e manter ainda o traçado irregular de ruas estreitas conduz a que as casas "não sejam soalheiras", o que desagrada um pouco aos habitantes. Ainda que 45,5% dos residentes se encontrem relativamente satisfeitos com a orientação da sua casa, afirmam que ou só dá o sol de manhã ou à tarde, devido às características urbanísticas do lugar. A arquitetura das casas é bastante antiga, pelo que existem poucas intervenções a projetar para melhorar esta situação. Mas, mesmo assim, seria proveitoso a abertura de janelas e aproveitamento de terraços, de modo a que o sol permanecesse mais tempo nas habitações.

No que respeita à opinião dos residentes sobre tranquilidade do centro histórico, estes afirmam que este é um local bastante tranquilo e calmo, segundo a classificação atribuída por 62,5% dos seus habitantes. De notar que nenhum dos residentes afirmou estar nada satisfeito com a tranquilidade do local. Estes dados ajudam a caracterização deste lugar como sendo um local tranquilo para habitar e os habitantes sentem que é um sítio bom para viver, longe do *stress* da vida urbana "tradicional", significa que os habitantes deste lugar sentem-se enraizados ao centro histórico. Os inquiridos referem também que beneficiam de bastante privacidade, pese embora as características físicas do lugar.

Um outro dado a ponderar é o facto de, apesar de existirem muitas casas em mau estado de conservação neste espaço, devido ao abandono de muitos edifícios no centro histórico, 50% afirma estar relativamente satisfeito com o estado de conservação da sua casa.

O centro histórico carece de algumas obras de requalificação, sobretudo de casas que se encontram abandonadas e devolutas. Todavia, os residentes sentem-se, de um modo geral, satisfeitos com o estado de conservação de sua casa, sendo mesmo que - 31,3% - dizem estar muito satisfeitos. Como vimos anteriormente, grande parte dos residentes no centro histórico tem mais de 65 anos, os recursos económicos são escassos, deste modo, não têm recursos nem recetividade para realizar obras ou remodelações nas suas habitações, deixando-as degradar. Este facto não incentiva à fixação de novos habitantes nestes locais.

Figura 6.16 – *Satisfação com diversos aspetos da residência*



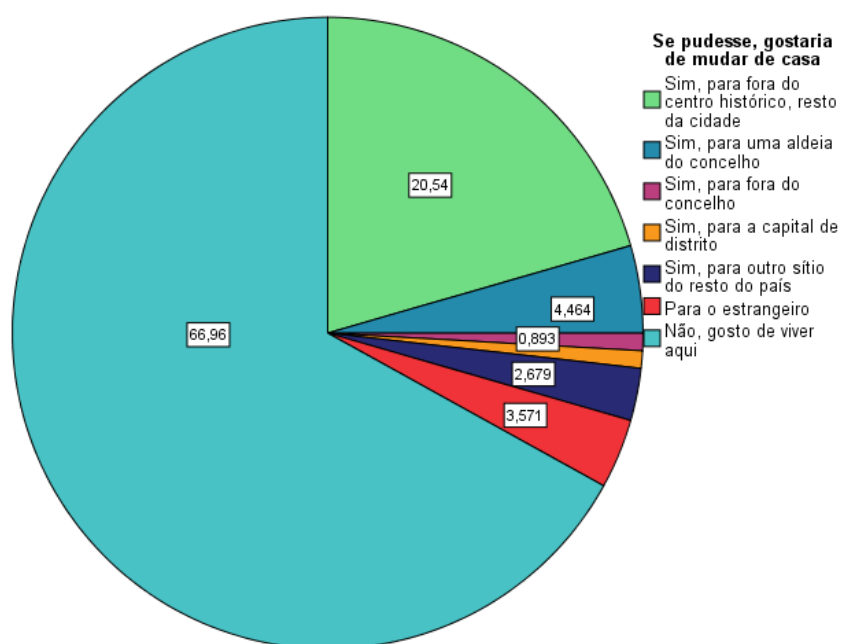
Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

A satisfação com os domínios relativos à residência afeta a perceção de qualidade de vida dos residentes.

Quando se questionam os residentes deste local sobre a possibilidade de mudar de casa, a maioria afirmou não ter essa intenção, porque gostam de viver no centro histórico - 67%. Estes dados retratam a satisfação dos habitantes em permanecerem neste lugar, derivado ao bem-estar sentido, às facilidades referidas anteriormente e sobretudo, à tranquilidade sentida, o facto de a população já ter as suas origens neste lugar, e a maioria já com alguma idade não se encontra disponível para ir viver para outro lugar, uma vez que já tem casa própria no centro histórico. O centro histórico é eleito o lugar de preferência para residir, o que revela a afetividade e o enraizamento dos inquiridos pelo local em estudo.

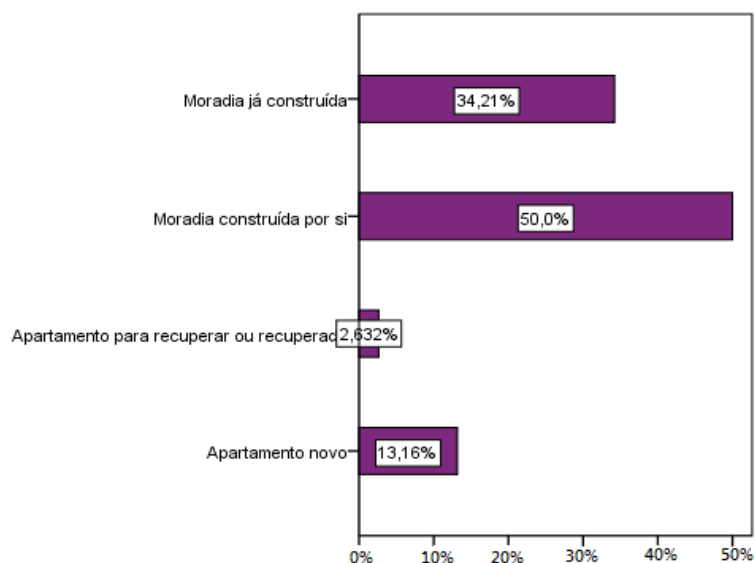
Contrariamente à opinião anterior, -21%- mostraram vontade, se tivessem possibilidade, de mudar de habitação para fora do centro histórico, indo viver para o resto da cidade, a fim de usufruírem melhores condições de habitabilidade. Os que demonstraram vontade em sair do centro histórico, gostariam de viver numa moradia construída por si (50%) (figura 6.18). Estes residentes, na altura em que decidiram viver no centro histórico, sujeitaram-se à construção existente, e se tivessem oportunidade, gostariam de viver numa casa construída ao seu gosto.

Figura 6.17 – Possibilidade de mudar de residência (%)



Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

Figura 6.18 – Tipo de casa (%)

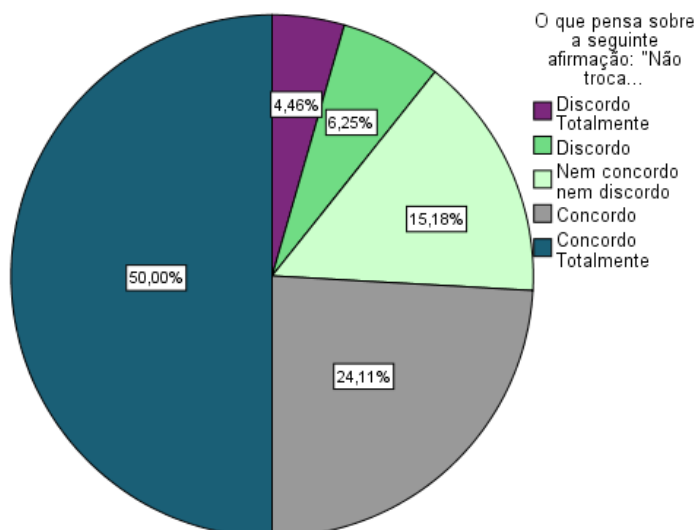


Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

Para termos uma opinião geral dos residentes sobre o centro histórico, decidimos realizar uma questão sobre o que pensava sobre a afirmação “ Não trocava o centro histórico por nenhum outro local da cidade”. Podemos verificar que a maioria dos inquiridos concorda totalmente com a afirmação e 24,1% concorda com a mesma. Isto significa que 74,1% dos inquiridos não deixava o centro histórico para ir viver para outro sítio da cidade e que os habitantes deste lugar se sentem bem no sítio onde habitam, apesar de todos os inconvenientes

já referidos anteriormente. Os residentes do centro histórico consideram importante viver neste local, identificam-se com o mesmo.

Figura 6.19 – *Opinião dos inquiridos segundo a afirmação: “Não trocaria o centro histórico por nenhum outro local da cidade” (%)*



Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

No que concerne aos bens materiais dos habitantes do centro histórico, 34,8% não detém nenhum automóvel, e 36,6% apenas possui um carro, por agregado familiar, (figura 6.20). No que se refere à existência de garagem, foi possível perceber que na sua maioria - 66,1% - não possui garagem, o que contribui para a dificuldade de estacionamento dentro do centro histórico, (figura 6.21).

Figura 6.20 – *Percentagem de habitações com garagem*

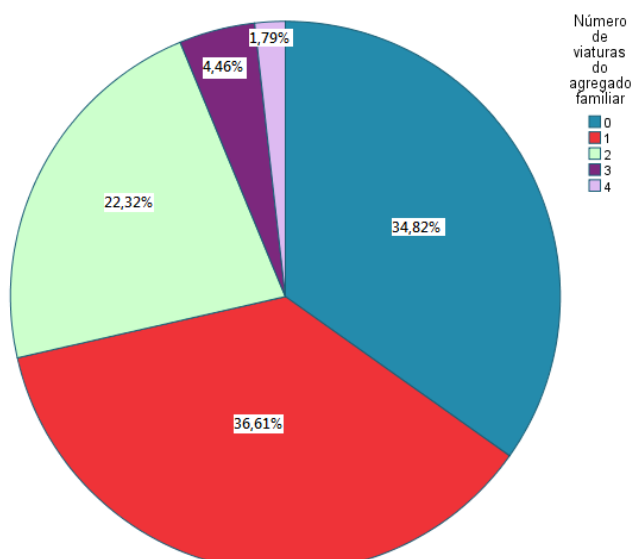
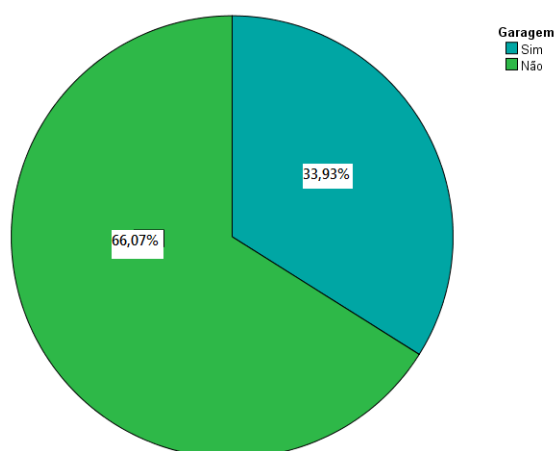


Figura 6.21 – *Número de viaturas/automóveis do agregado familiar (%)*

Número de viaturas do agregado familiar

0
1
2
3
4



Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

Estes dados dão-nos conta da apreciação das condições habitacionais dos residentes do centro histórico, permitindo-nos definir o grau de satisfação com vários elementos da sua habitação, as expectativas futuras, sendo aspetos que condicionam a perceção da qualidade de vida. Concluímos, assim, que a maioria dos habitantes não gostaria de mudar de casa, gosta de viver neste local, demonstrando, assim, um forte apego ao seu local de residência, o que pode ser um recurso importante na revitalização do centro histórico.

3. Modos de vida e redes de relações sociais

Em relação ao modo de vida e às redes de relações sociais estabelecidas no local de residência, tentou conhecer-se o tipo de relação com os vizinhos, perceber-se o grau de frequência de determinados espaços, a identidade sentida com o centro histórico, a necessidade que a população inquirida tem da existência de determinados serviços ou equipamentos na sua área de residência e a facilidade de chegar a esses mesmos serviços. Estes dados são importantes para a investigação em questão, uma vez que nos demonstra possíveis medidas de intervenção no espaço público. A opinião dos residentes do centro histórico é determinante para definir estratégias de intervenção e de requalificação urbana.

Como podemos constatar na figura 6.22, os habitantes do centro histórico não têm o costume de frequentar equipamentos desportivos, -76,8%- nem equipamentos culturais, 47% e 60,7% também não frequentam coletividades ou associações.

Devido à estrutura envelhecida da população residente deste local, a maioria não costuma frequentar equipamentos desportivos, mas também não os frequentam porque o centro histórico não dispõe de nenhum equipamento.

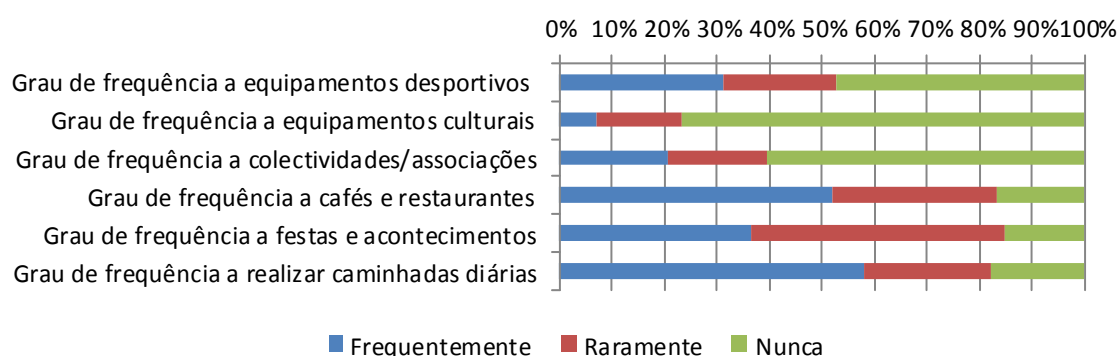
Devido à reduzida mobilidade espacial, aliada à idade, aos baixos rendimentos e ao baixo nível de escolaridade da população, a utilização de equipamentos culturais, tais como teatro, cinema, museu, exposições, colóquios, biblioteca é muito reduzida ou quase nula. Os habitantes que frequentam estes equipamentos pertencem às classes etárias mais baixas, ou seja, são uma população mais jovem. Tal como a frequência a coletividades/associações, 60,7%, não frequenta, pelos mesmos motivos atrás enumerados.

Trata-se de uma população idosa mas que não deixa de ir ao café e restaurantes, que frequenta diariamente (51,8%), sendo através do comércio quotidiano e das relações de vizinhança, que se constituem dominantemente as redes de relações sociais desta população. As diversas mercearias e cafés existentes no centro histórico servem de local de encontro, lazer e convívio, de interação social e de rede de comunicação, locais onde, ao mesmo tempo, realizam pequenas compras.

A população inquirida refere que raramente frequenta festas e acontecimentos (48%), participa, apenas, nos acontecimentos que se desenrolam na sua área de residência, nomeadamente a Procissão de Nossa Senhora da Fresta em agosto e a Feira Medieval, realizada em todo o centro histórico em julho.

As sociabilidades e a vida social dos habitantes deste lugar caracterizam-se por ser ativas. Embora seja uma população envelhecida, tem o hábito de frequentar jardins e parques, apesar de serem escassos dentro da vila muralhada. Têm gosto em sair de casa para passear com vizinhos ou amigos para fazerem a sua caminhada diária -58%

Figura 6.22 – Grau de frequência a locais e serviços (%)



Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

Tendo em consideração as características da população em estudo, sobretudo o envelhecimento da população, pode afirmar-se que é uma população relativamente autónoma que prescinde dos serviços de apoio à terceira idade prestados por instituições sociais existentes na zona (Santa Casa da Misericórdia de Trancoso).

Quanto aos dados relativos ao acesso a alguns serviços, os inquiridos revelam ser muito fácil ter acesso a um comércio de primeira necessidade, como mercearias e padarias (86,6%), tal como cafés, restaurantes e pastelarias (71,4%), quiosques e papelarias (50%), bancos e caixas de multibanco (58,9%), e farmácias (64,3%). Para os residentes, torna-se mais difícil ter acesso ao comércio menos quotidiano, como pronto-a-vestir (13,4%), jardins e parques infantis (25,9%), piscinas e recintos desportivos (58%), centro de saúde (21,4%).²⁹ Verificamos que, apesar de não existirem alguns serviços dentro do centro histórico, os residentes consideram ser tudo relativamente próximo do centro histórico, exceto as piscinas, equipamentos desportivos e parques infantis. Daí não sentirem necessidade de utilizarem automóvel, relatam que é tudo muito próximo da sua casa.

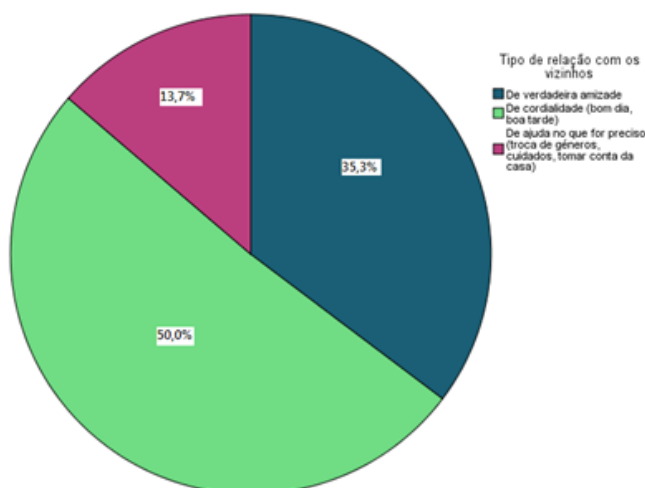
²⁹ Estes dados podem ser consultados no anexo J.

Os residentes inquiridos não dão qualquer importância à existência de equipamentos ligados à educação. Contudo, consideram importante a sua existência na área de forma a atrair nova população para a zona.

Os habitantes consideram-se “filhos do Castelo”, uns porque nasceram e ainda aí residem e outros porque vivem na zona há muitos anos. Nota-se uma proximidade afetiva entre todos os moradores da zona, explicada pela proximidade geográfica das casas entre si, das ruas e das relações estabelecidas entre as diferentes famílias, situações de convívio diário e de lazer. Provavelmente, também pelo tempo de residência.

O tipo de relação com os vizinhos é de cordialidade para 50% dos residentes e de verdadeira amizade para 35,3%. Apenas 13,7% recorre aos seus vizinhos para ajudar em tudo o que é necessário, como troca de géneros, cuidados, tomar conta da casa, etc. Contudo, a relação entre os habitantes é predominantemente de cordialidade.

Figura 6.23 - *Tipo de relação com os vizinhos (%)*



Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

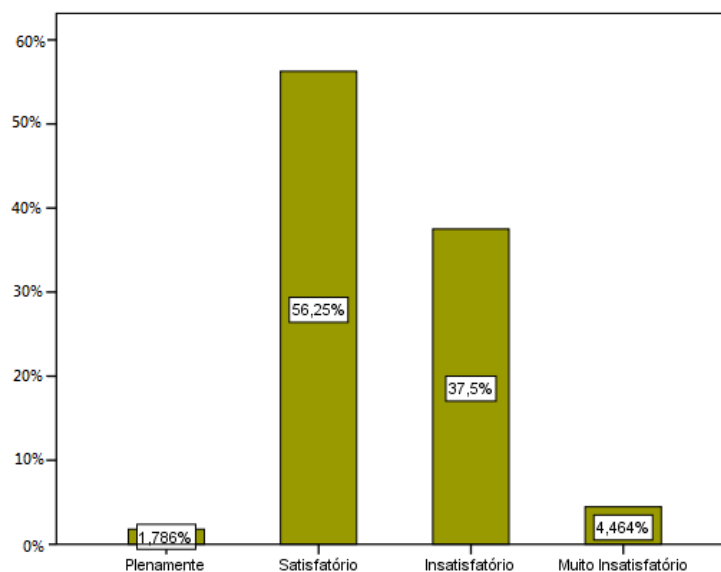
4. Perceção e avaliação da Qualidade de Vida pessoal e no Centro Histórico

Este capítulo destina-se à análise da perceção e avaliação da qualidade de vida pessoal e no centro histórico. Neste capítulo, exploram-se dimensões como a apreciação sobre o nível de vida, o autoposicionamento na qualidade de vida, e também a qualidade de vida que os habitantes do centro histórico atribuem a este espaço. Estas dimensões de análise apontam-nos a perceção individual da qualidade de vida bem como daquela que lhes é oferecida pelo seu contexto residencial, percebendo se sentem qualidade de vida, segundo as suas necessidades, nível de vida e expectativas.³⁰

³⁰ Consultar anexo K, dimensões e indicadores para a construção do inquérito por questionário.

Relativamente ao nível de vida dos inquiridos, mais de metade da população residente no centro histórico – 56% - diz estar satisfeita com o seu nível de vida, apesar do baixo nível de rendimentos. Denotamos uma percentagem bastante baixa nos indivíduos que consideram o seu nível de vida plenamente satisfatória (1,8%) e muito insatisfatória (4,5%). Mas, a percentagem de indivíduos que se sentem insatisfeitos com o seu nível de vida é, ainda assim, elevada 37,5%.

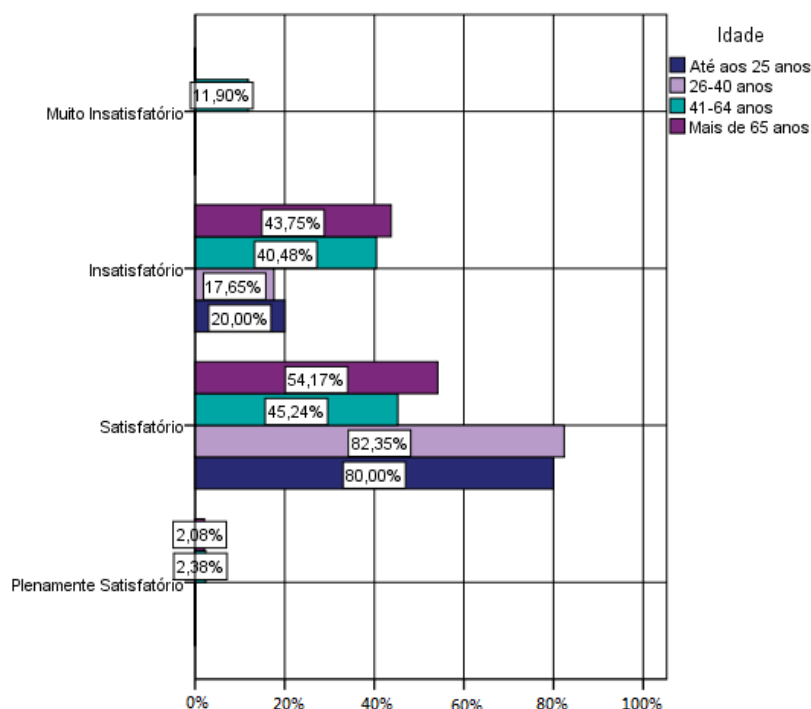
Figura 6.24 – *Satisfação com o nível de vida (%)*



Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

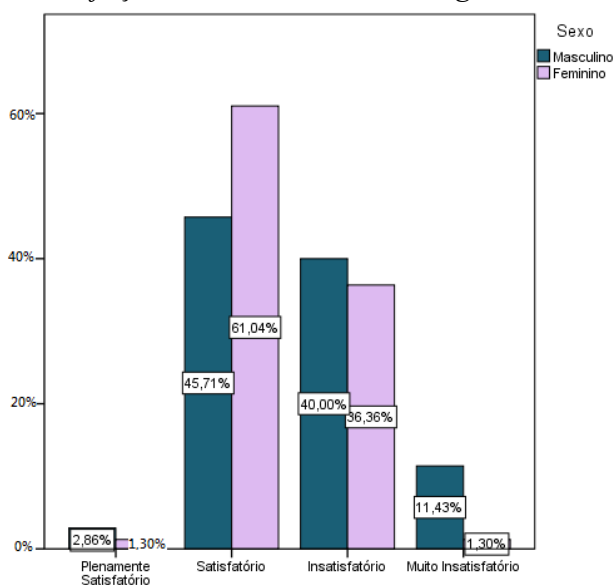
Cruzando o nível de vida com o escalão etário, (figura 6.25) observamos que o grupo que considera estar mais satisfeito com nível de vida é o escalão etário dos 26 aos 40 anos de idade -82%- e até aos 25 anos com 80%. O que se consideram mais insatisfeito com o seu nível de vida é o escalão com mais de 65 anos -43,6%-, seguindo-se o escalão entre 41 e 64 anos (40,5%). À medida que aumenta a idade, diminui a satisfação com o nível de vida, o que pode estar relacionado com características atrás referidas: baixo nível de rendimentos e agregados unipessoais.

Figura 6.25 – Satisfação com o nível de vida segundo o escalão etário (%)



Quando a variável nível de vida é cruzado com o sexo dos inquiridos, (figura 6.26), podemos chegar às seguintes conclusões: os inquiridos do sexo feminino sentem-se mais satisfeitos com o seu nível de vida do que os inquiridos do sexo masculino. 61% de indivíduos do sexo feminino dizem estar satisfeitos com o seu nível de vida, e 36,4% sentem-se insatisfeitos com o seu nível de vida. Dos inquiridos do sexo masculino, 45,7% está satisfeito com o nível de vida, e 40% diz estar insatisfeito com o seu nível de vida.

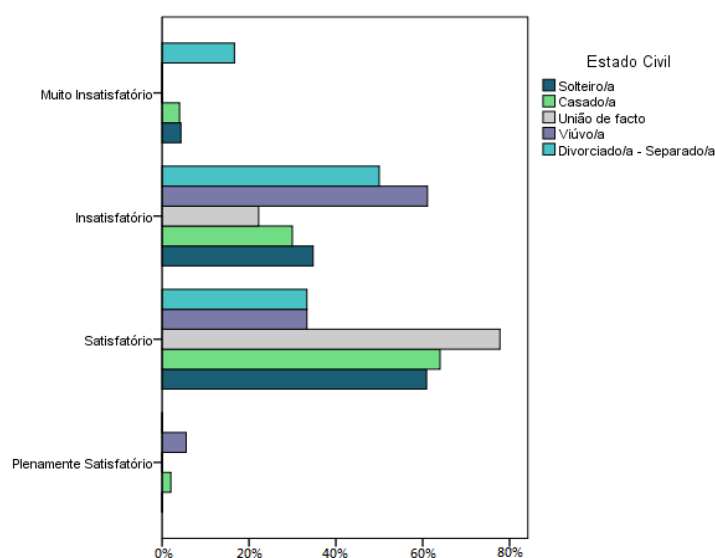
Figura 6.26 – Satisfação com o nível de vida segundo o sexo (%)



Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

Cruzando a variável nível de vida com o estado civil, denotamos que os indivíduos mais satisfeitos com o nível de vida são quem vive em união de facto, 77,8%; casado(a), 64%; solteiro(a), 60,9%; divorciado(a) - separado(a), 33,3% e viúvo(a), 33,3%. Os mais insatisfeitos são os/as viúvos(as), 61,1%, seguindo-se os divorciados(as) – separados(as), 50%, solteiros(as), 34,8%, casados(as), 30%, e união de facto, 22,2%. Os indivíduos mais insatisfeitos são os divorciados(as) – separados(as), 16,7%. O estudo de Donavan e Halpern (2002) refletem estas conclusões, mostram que o casamento é um aspeto preponderante na qualidade de vida, ao provar que são os indivíduos casados a demonstrarem maior satisfação com o nível de vida, contrariamente à situação como divórcio/separação ou a viuvez, que originam uma perceção mais negativa da qualidade de vida.

Figura 6.27 – Satisfação com o nível de vida, segundo o estado civil (%)



Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

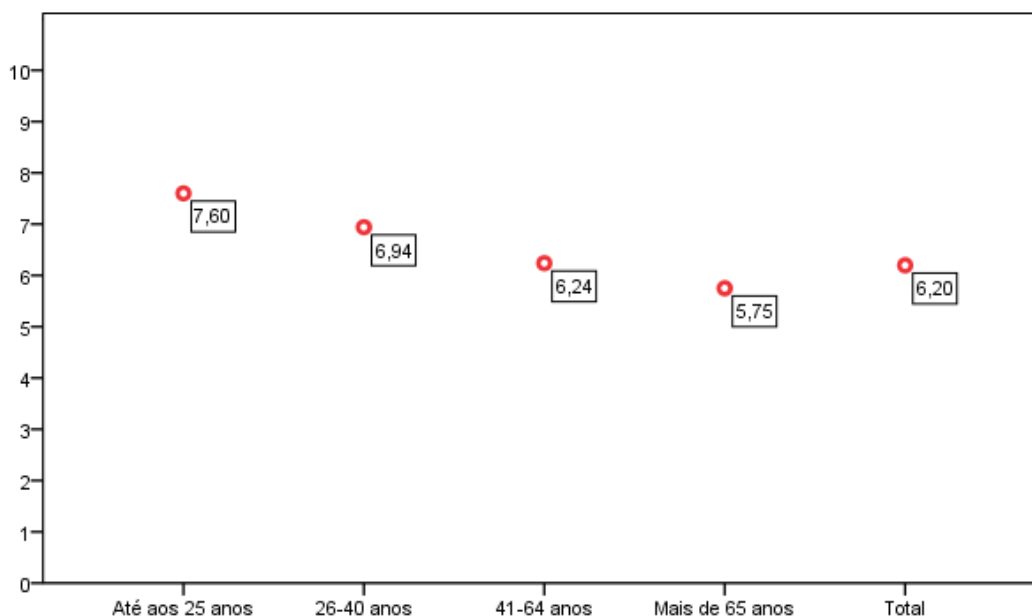
Segue-se a análise de algumas variáveis tendo em conta o autoperceção (segundo uma escala de 0 a 10) no sentido de avaliar a perceção da qualidade de vida dos habitantes do centro histórico.

A média obtida no autoperceção na qualidade de vida dos residentes do centro histórico, usando a escala referida é de 6,20. Os inquiridos posicionam-se acima de 5,5 (ponto médio da escala) significa que a média não é baixa nem alta tendo em conta a caracterização sociodemográfica da população inquirida.

Analisando o cruzamento entre o autoperceção da qualidade de vida com o escalão etário, (figura 6.28) podemos concluir que os grupos etários mais jovens (até aos 25 anos e dos 26 – 40 anos) sentem mais qualidade de vida do que os restantes grupos. Conforme vai aumentando o escalão etário, decresce o nível de qualidade de vida autoatribuído, sendo os

inquiridos com idade até aos 25 anos que referem ter mais qualidade de vida, com uma média de 7,60. Contrariamente, os indivíduos com mais de 65 anos apresentam uma média de 5,75. A idade parece ser, assim, um fator determinante para o auto posicionamento na qualidade de vida.

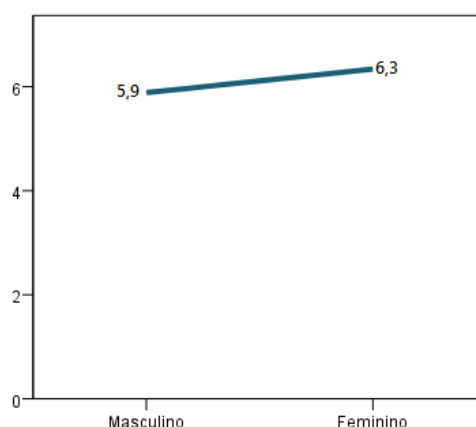
Figura 6.28 – Autoposicionamento na qualidade de vida por escalões etários (média)



Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

Na figura seguinte, vemos que os indivíduos do sexo feminino têm uma representação mais elevada da sua qualidade de vida em relação aos do sexo masculino. A média para o sexo feminino é de 6,3 e para o sexo masculino de 5,9.

Figura 6.29 – Autoposicionamento na qualidade de vida por sexo (média)



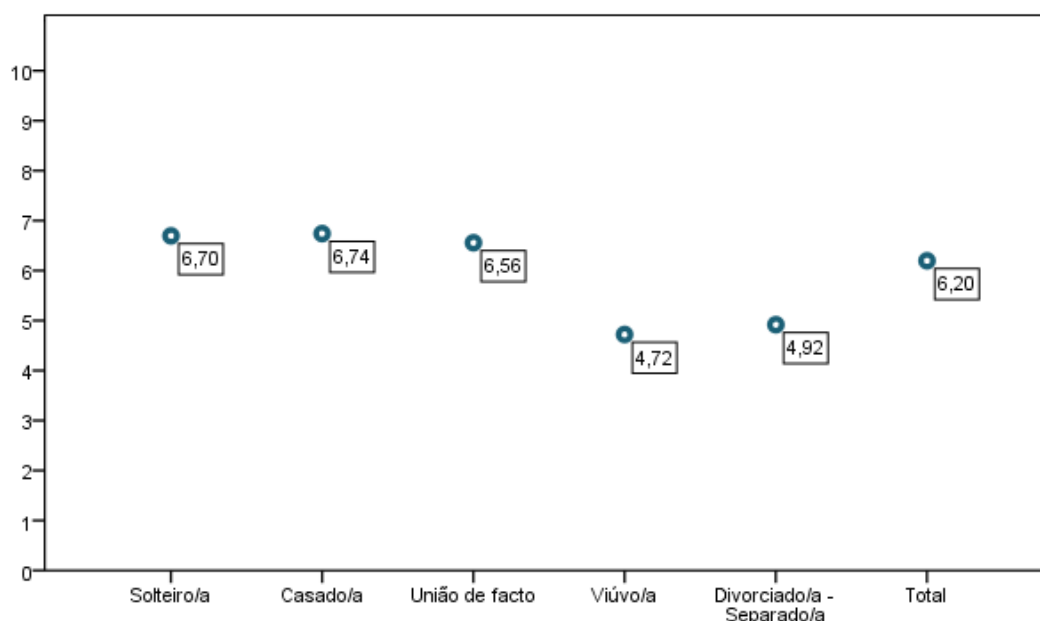
Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

Cruzando a variável do posicionamento da qualidade de vida com o estado civil dos inquiridos (figura 6.30), podemos chegar a algumas conclusões interessantes. Os inquiridos

solteiros autoposicionam-se com uma média de 6,70, próximo dos inquiridos casados, com 6,74, e também dos que vivem em união de facto 6,56. São estes três grupos que se sentem maior qualidade de vida. Curiosamente, o estado civil que se posiciona com menos qualidade de vida, 4,72 (média) são os viúvos, seguindo-se os residentes divorciados/separados (as), posicionando-se com uma média de 4,92.

Também são as famílias complexas e as pessoas que vivem sozinhas se autoposicionam abaixo da média, devido às características anteriormente enumeradas.

Figura 6.30 - *Autoposicionamento na qualidade de vida segundo o estado civil (média)*



Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

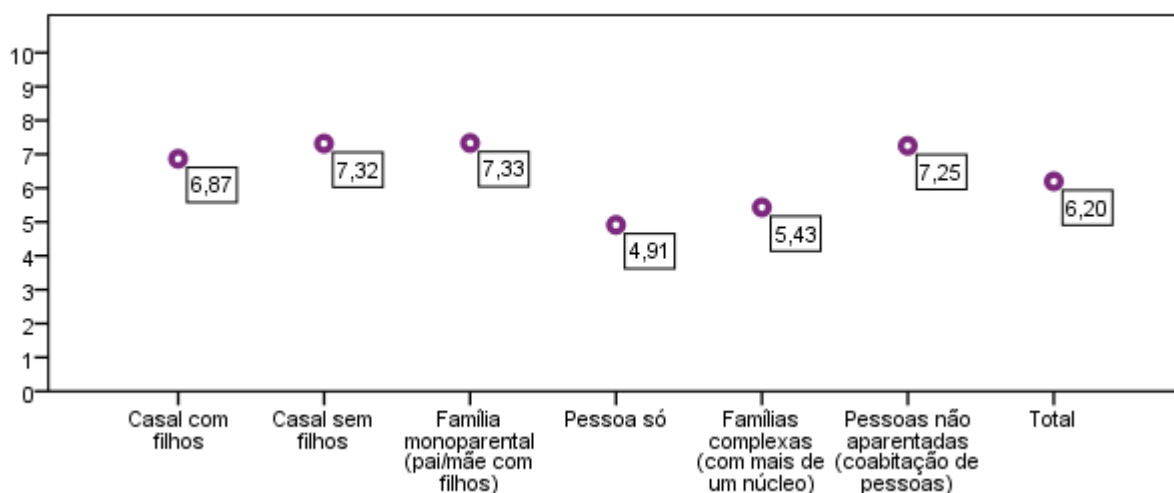
Os tipos de família que se autoposicionam com mais qualidade de vida são o casal sem filhos, seguindo-se as famílias monoparentais³¹ e as famílias com pessoas não aparentadas³² e, por último os casais com filhos.

Estes dados revelam que as famílias com mais de um elemento tendem a sentir todas elas mais qualidade de vida, do que as pessoas que residem sozinhas. As famílias complexas, isto é, com mais de um núcleo familiar, são também as menos satisfeitas com a sua qualidade de vida, devido a diversas questões, como a conhecida diminuição de recursos financeiros e do nível de vida associados a este tipo de famílias. Tais conclusões reforçam o peso que os laços familiares assumem na perceção da qualidade de vida.

³¹ De notar, que apenas 3 famílias monoparentais foram inquiridas.

³² De notar, que apenas 4 famílias com pessoas não aparentadas foram inquiridas.

Figura 6.31 – Autoposicionamento na qualidade de vida segundo o tipo de família (média)

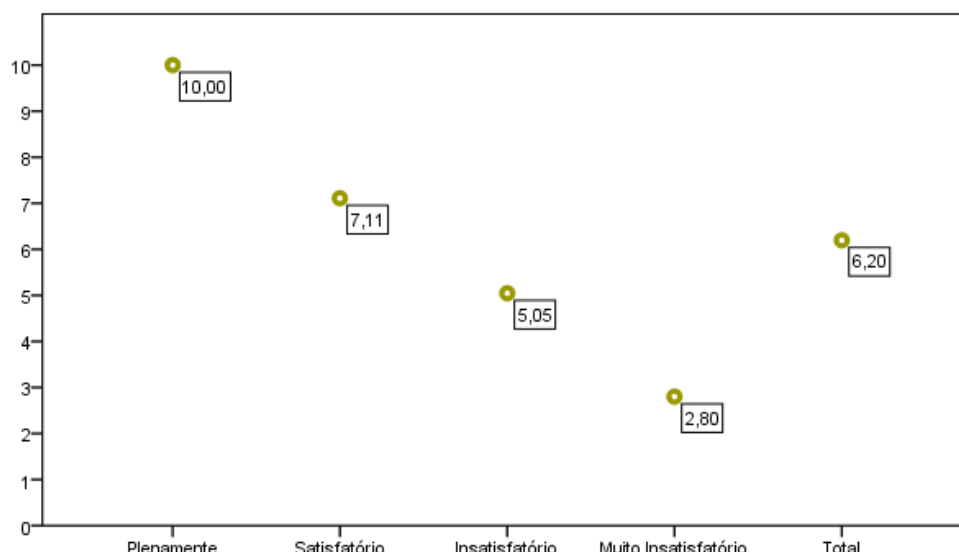


Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

Ao cruzarmos o autoposicionamento da qualidade de vida com a situação económica, (figura 6.32), denotamos que à medida que aumenta a satisfação com a situação económica, aumenta também o autoposicionamento da qualidade de vida. Existe uma linearidade na medida em que quem se sente plenamente satisfeito com a sua situação económica, se posiciona numa escala de 0 a 10, no valor mais elevado desta escala. E os que se sentem muito insatisfeitos com a sua situação económica posicionam-se muito abaixo da média, 2,80. Com esta discrepância tão grande entre o posicionamento dos plenamente satisfeitos e os muito insatisfeitos, é curioso verificar as discrepâncias exatas entre a situação económica e o posicionamento da qualidade de vida.³³

³³ Um baixo desvio padrão indica que os dados tendem a estar próximos da média; um desvio padrão alto indica que os dados estão espalhados por uma gama de valores. Neste caso, podemos concluir que existem mais indivíduos a posicionarem-se entre o plenamente satisfatório e o satisfatório do que o insatisfeito e muito insatisfeito. Desvio padrão (Plenamente satisfatório=0,000; Satisfatório=1,919; Insatisfatório=2,585; Muito insatisfatório=3,564; Total=2,595).

Figura 6.32- Autoposicionamento na qualidade de vida segundo a satisfação económica (média)

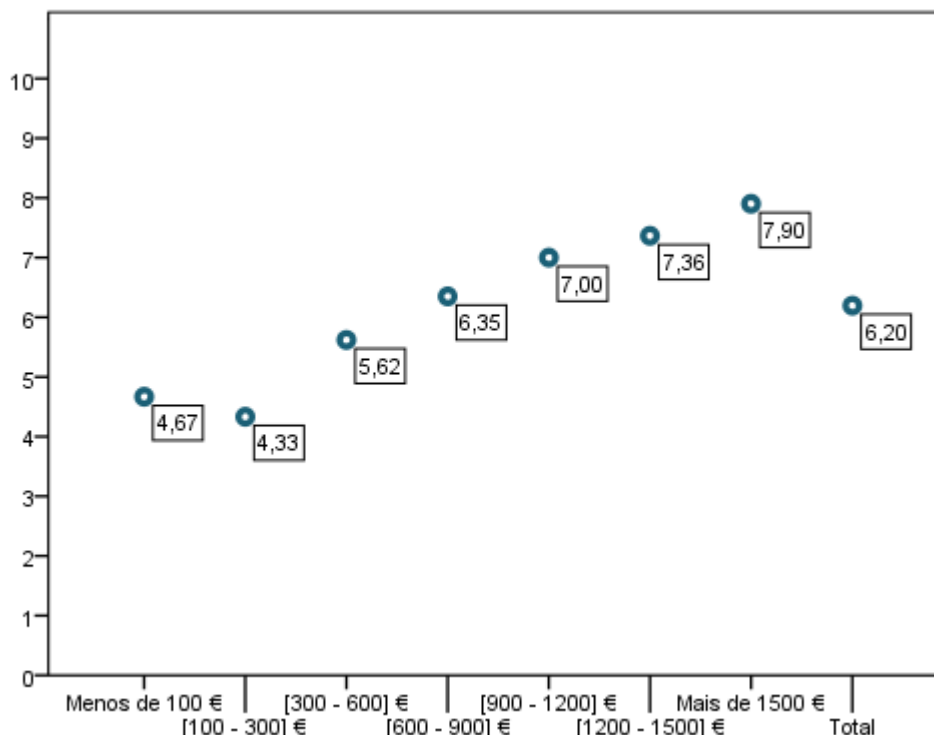


Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

O cruzamento entre o autoposicionamento na qualidade de vida com os rendimentos do agregado familiar, (figura 6.33) confirma o referido anteriormente, ou seja, uma relação direta entre a situação económica e a perceção da qualidade de vida já que à medida que aumenta o rendimento do agregado familiar, aumenta também o autoposicionamento na qualidade de vida. De notar que, a partir dos [600-900] euros de rendimento do agregado familiar, ultrapassa a média (6,20), subindo progressivamente até à média 7,90, no rendimento, mais de 1500 euros.

Estes dados permitem-nos concluir que o rendimento do agregado familiar influencia claramente a perceção da qualidade de vida, fazendo elevar o valor da escala do autoposicionamento na qualidade de vida, sendo que, quanto maior é o rendimento, maior qualidade de vida exprimem estes residentes.

Figura 6.33- Autoposicionamento na qualidade de vida segundo o rendimento familiar (média)

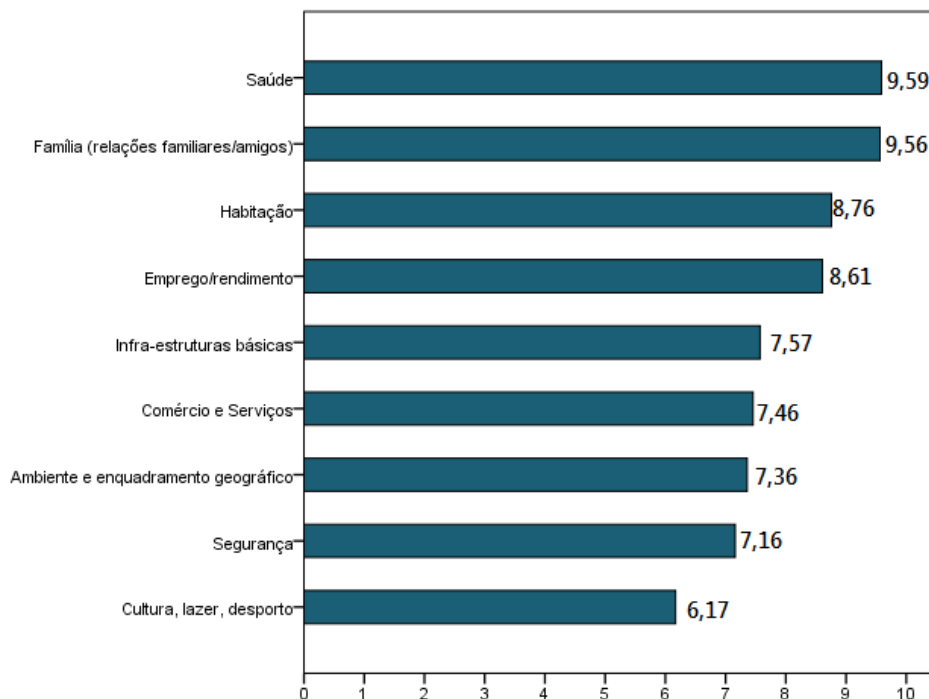


Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

Os aspetos que mais contribuem para a qualidade de vida dos habitantes do centro histórico são, em primeiro lugar, a saúde, com 9,59 de média numa escala de 0 a 10, sendo esta a mais importante para obter qualidade de vida, seguindo-se a família –9,56-. São estes dois domínios os mais importantes para ter qualidade de vida. Seguem-se os domínios da habitação -8,76-, do emprego/rendimento -8,61, as infraestruturas básicas -7,57-, comércios e serviços -7,46- e ambiente e enquadramento geográfico -7,36. Os domínios referenciados como menos importantes são a cultura, lazer e desporto e a segurança.

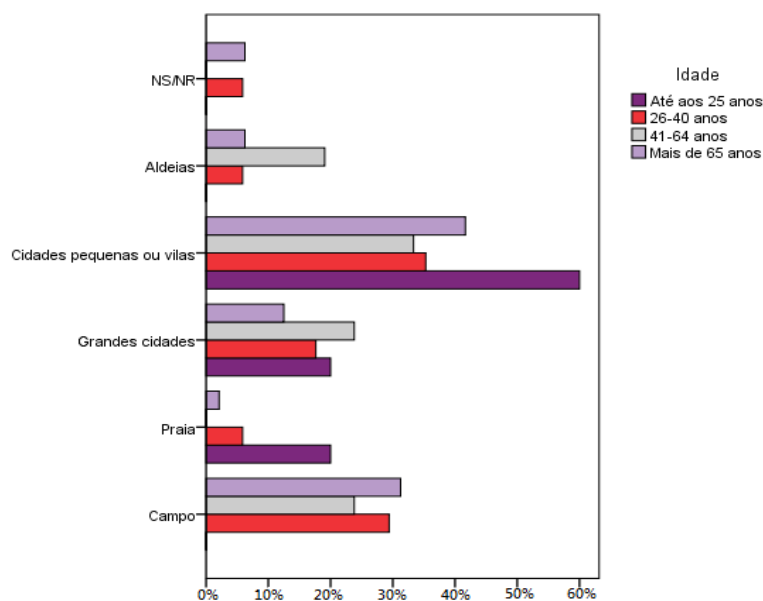
Como já foi referido anteriormente, o desporto e o lazer não têm muita importância para os habitantes do centro histórico, devido à idade avançada dos residentes, não existindo nenhum atrativo que mova estas pessoas a sentirem que este domínio é importante para a sua qualidade de vida. A segurança tem pouca importância para a qualidade de vida, uma vez que o centro histórico é um lugar com baixos níveis de criminalidade, tal como os habitantes o caracterizam, é um lugar tranquilo.

Tendo em conta a tipologia de Allardt, avaliando a qualidade de vida segundo os níveis *Having (Ter)*, *Loving (Amar)* e *Being (Ser)*, os habitantes do centro histórico de Trancoso dão mais importância ao *Having* e *Loving* ao atribuírem mais importância à saúde, a aspetos mais materiais, como as questões habitacionais e a aspetos mais privados, como a família, do que ao *Being*, desvalorizando aspetos como cultura e lazer.

Figura 6.34 - *Domínios mais importantes para a QV (média)*


Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

Na opinião dos habitantes deste local, as pessoas têm maior qualidade de vida nas cidades pequenas ou vilas, 38,4%, tal como a cidade de Trancoso. Significa, portanto, que sentem qualidade de vida ao viver numa cidade pequena. Todos os escalões etários consideram que é nas cidades pequenas ou vilas que se vive com maior qualidade de vida. O grupo etário até aos 25 anos, 60% considera que viver em cidades pequenas ou vilas significa ter mais qualidade de vida. Seguindo-se o escalão etário mais de 65 anos, 41,7%, dos 26 aos 40 anos, 35,3% e por último o dos 41 aos 64 anos, 33,3%.

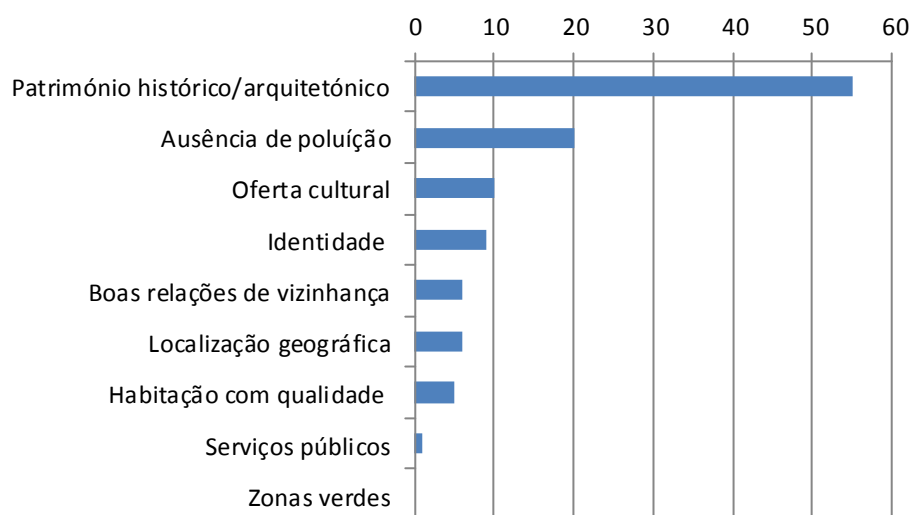
Figura 6.35 - *Locais de maior qualidade de vida em Portugal (%)*


Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

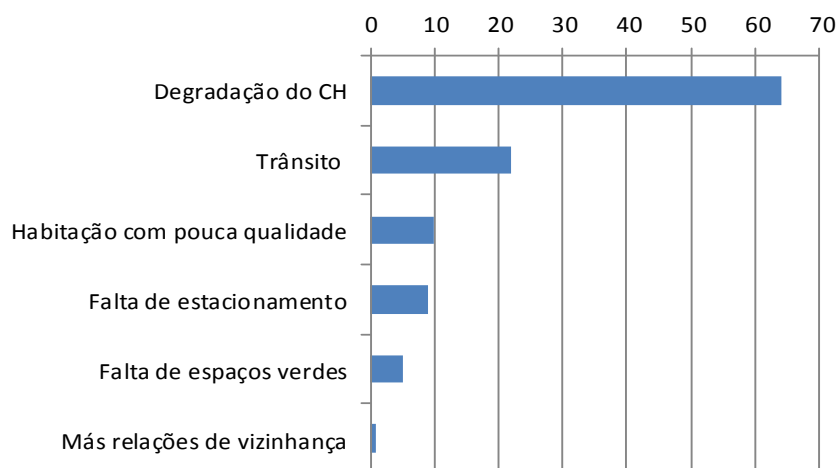
5. Perceção da qualidade de vida no Centro Histórico: Aspetos positivos e negativos

Falando agora um pouco dos aspetos mais positivos e negativos que o centro histórico oferece aos seus habitantes, (figura 6.36 e 6.37), podemos dizer que grande parte dos residentes considera que o centro histórico tem como aspetos mais positivos o património histórico/arquitetónico, a ausência de poluição e a oferta cultural. No que respeita aos aspetos menos positivos, os residentes identificaram a degradação do centro histórico, o trânsito e a habitação com pouca qualidade. O descontentamento com a degradação do CH é o aspeto mais referido como negativo do centro histórico. Denota-se também um descontentamento com a falta de espaços verdes, o trânsito, a habitação com pouca qualidade e a falta de estacionamento. Estes factos indicam que é necessário intervir em conjunto com os residentes do centro histórico para melhorar a sua qualidade de vida, nomeadamente na criação de espaços verdes, sendo difícil criá-los neste local, uma vez que são escassos dentro do centro histórico, e parques de estacionamento, sendo este mais difícil, uma vez que, é um centro histórico de pequena dimensão e existem poucos espaços libertos para a realização de estacionamento, podendo recorrer a espaços subterrâneos. Contudo, o trânsito também é referido como sendo um elemento que é menos positivo, seria crucial controlar melhor o trânsito dentro do centro histórico, condicionando-o, proporcionando assim, uma melhor qualidade de vida aos residentes.

Figura 6.36 – *Aspetos mais positivos que o CH oferece aos seus habitantes (freq)*



Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

Figura 6.37 – *Aspetos menos positivos que o CH oferece aos seus habitantes (freq)*


Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

Figura 6.38- *Aspetos mais positivos que o CH oferece por ordem de prioridade*

	Prioridade
Património histórico/arquitetónico	1º
Ausência de poluição	2º
Oferta cultural	3º
Identidade	4º
Boas relações de vizinhança	5º
Localização geográfica	5º
Habitação com qualidade	6º
Serviços públicos	7º
Zonas verdes	8º

Figura 6.39- *Aspetos menos positivos que o CH oferece por ordem de prioridade*

	Prioridade
Degradação do CH	1º
Trânsito	2º
Habitação com pouca qualidade	3º
Falta de estacionamento	4º
Falta de espaços verdes	5º
Más relações de vizinhança	6º

Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

Todos os intervenientes neste estudo reconheceram com facilidade um conjunto de elementos que consideram dissonantes, e que avaliam como prejudiciais para a imagem do centro histórico. Entre estes destacam-se, o trânsito, os edifícios em mau estado de conservação, fachadas dos edifícios e as intervenções realizadas em vários edifícios que não obedecem às medidas de salvaguarda definidas para o centro histórico, quer no que respeita aos materiais utilizados, quer às alterações nas fachadas que descaracterizam todo este território, nomeadamente o Centro de interpretação Judaico.³⁴

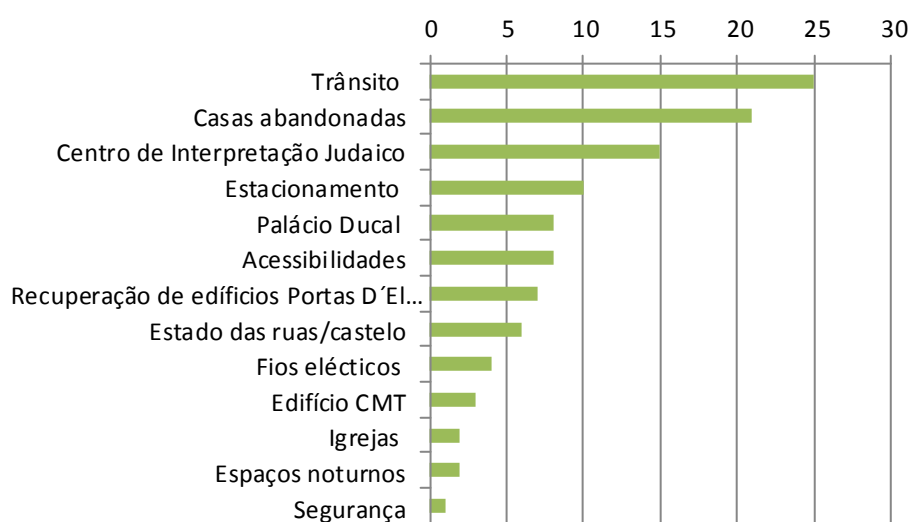
Existe um consenso generalizado relativamente à necessidade de limitar a circulação automóvel no centro histórico, nomeadamente na Rua da Corredoura. Alguns inquiridos afirmam que o trânsito e o estacionamento afetam negativamente o espaço existente no centro

³⁴ Consultar anexo L, planta do centro histórico (prioridade de intervenção).

histórico. E outros afirmam que não há necessidade de haver carros neste local, por razões de proximidade e de não promover a cidade turisticamente.

A maioria dos inquiridos demonstra uma preocupação acrescida com os aspetos materiais do centro histórico, como os edifícios, os estacionamento em algumas zonas e sobretudo o trânsito. Como exemplo de espaços outrora identificados pela sua função social e de ponto de encontro, surge com frequência a menção ao Palácio Ducal, que atualmente se encontra completamente devoluto. Foram também apresentando ao longo do inquérito algumas propostas de intervenção que poderiam contribuir para melhorar este lugar. Esta atitude demonstra um interesse pelo espaço construído, pela representatividade que ele encerra, assim como a identificação deste lugar como parte da identidade coletiva de Trancoso.

Figura 6.40 – *Aspetos dissonantes existentes no CH (freq)*



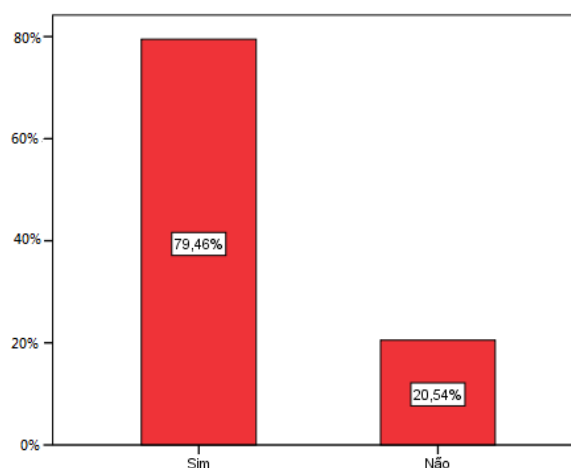
Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

6. Contributos específicos para o Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Trancoso

Os dados a seguir apresentados estão dirigidos para a realização do Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Trancoso, as perguntas no inquérito foram feitas com a equipa de coordenação do plano, de modo a saber quais são as opiniões dos residentes do centro histórico de modo a intervir de forma mais adequada.

Esta questão prende-se com a disposição de efetuar obras na fachada da casa do inquirido, com apoio técnico da câmara municipal, de modo a respeitar as regras e normas específicas para as habitações dos centros históricos, sendo também esse o principal objetivo do plano de salvaguarda do centro histórico. A maioria – 79,5% - encontra-se disposta a efetuar obras na fachada do seu edifício, com a finalidade de todas as casas permanecerem semelhantes entre si.

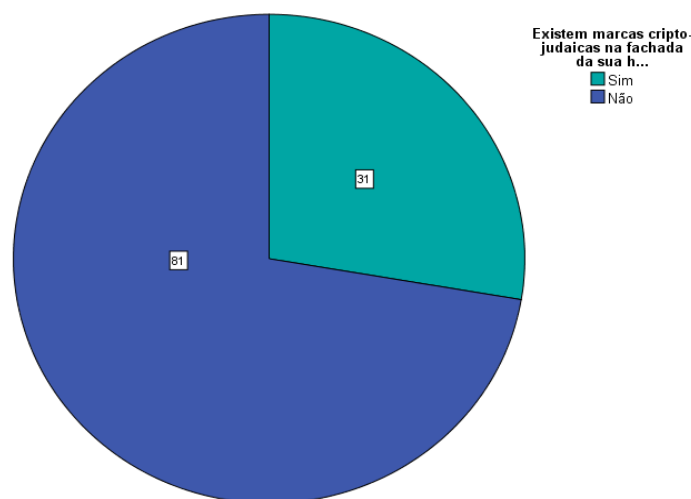
Figura 6.41 - *Disposição de realizar obras na fachada da habitação (%)*



Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

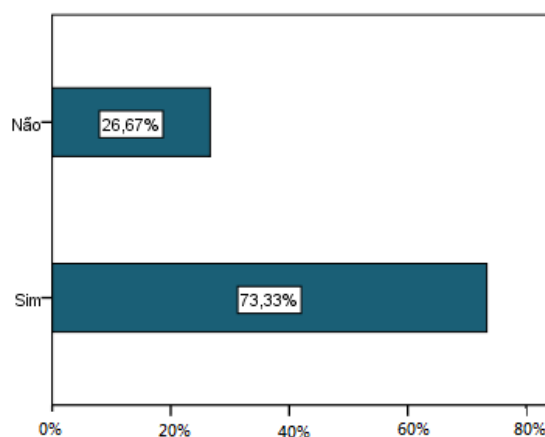
Uma das preocupações dos coordenadores do plano é criar placas identificativas nas diversas marcas criptojudáicas em alojamentos particulares. Sendo alojamentos particulares, a câmara municipal carece desta informação, se os proprietários não se importariam se a câmara identificasse essas marcas, com uma placa, de forma à facilidade da sua localização e da facilidade de os turistas as encontrarem mais rapidamente. Como observamos, existem 31 habitações com marcas criptojudáicas, e 73,3% aceitaria a colocação de placas nas mesmas, apesar de 26,7% não estar de acordo com estas alterações.

Figura 6.42- *Existência de marcas criptojudaicais na fachada do edifício (freq)*



Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

Figura 6.43- *Identificação de placas junto às marcas criptojudaicais (%)*



Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

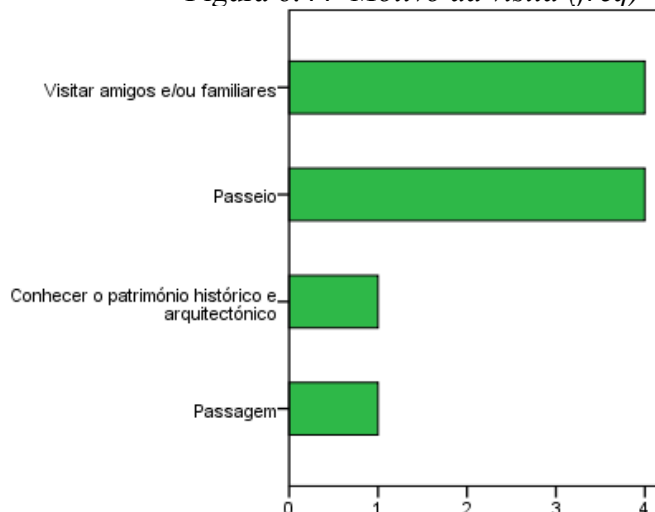
7. Percepção dos não habitantes

Foram realizados 10 inquéritos a indivíduos não habitantes do centro histórico, de modo a contrapor as opiniões os residentes e dos não residentes deste lugar. Apenas foram realizados 10 inquéritos, não sendo os dados apresentados de seguida representativos da população em estudo.

A opinião dos não residentes sobre o espaço que estão/vieram visitar ou permaneceram alguns dias pela cidade de Trancoso refletem um claro contraste com as opiniões dos residentes.

Os visitantes da cidade de Trancoso e do seu centro histórico vêm sobretudo em passeio, vieram a esta localidade porque queriam conhecer e também porque vieram visitar familiares ou amigos que residem na cidade ou nas proximidades. Ainda que alguns inquiridos afirmou ter vindo visitar este local apenas por passagem e porque queria visitar o património arquitetónico existente neste centro histórico.

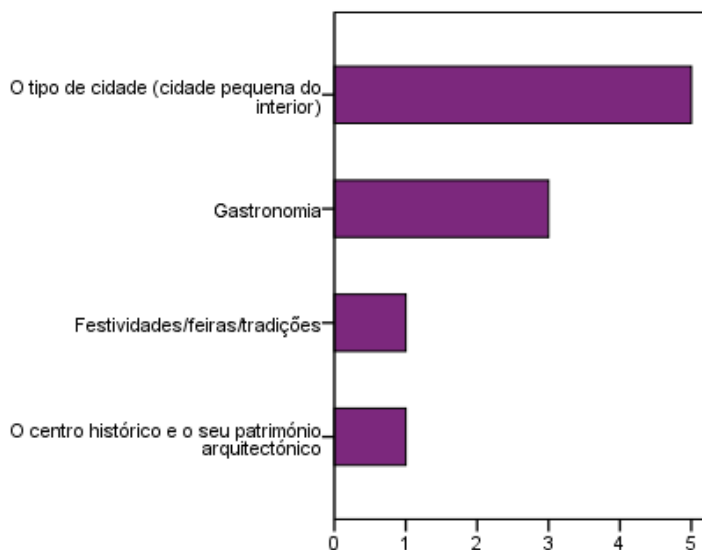
Figura 6.44- *Motivo da visita (freq)*



Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, inquérito a não-residentes, 2014

Os inquiridos referem que o que lhes agradou mais nesta visita foi o tipo de cidade/vila medieval, as características de ser uma cidade tipicamente medieval, fortificada com as suas muralhas e castelo. Relatam que a cidade tanto apresenta situações da vida urbana como da vida rural, dizendo que só observam esta realidade na cidade de Trancoso, devido às suas características tão singulares.

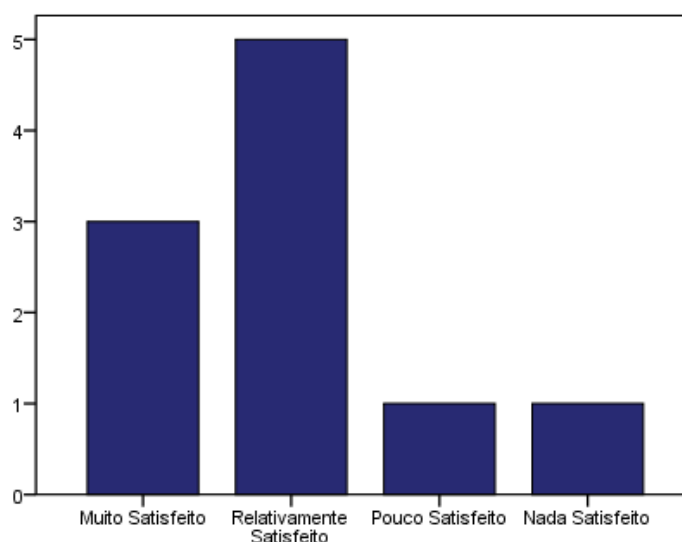
Figura 6.45- *O que lhe agradou mais (freq)*



Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, inquérito a não-residentes, 2014

No que respeita á satisfação com o estado de conservação dos edifícios do centro histórico, metade dos inquiridos revela estar relativamente satisfeito, contudo, questionam os edifícios emblemáticos que caracterizam o espaço, em ruínas, nomeadamente o palácio ducal e algumas casas particulares de grandes dimensões supondo que são propriedade da câmara municipal e que deveriam estar em perfeito estado.

Figura 6.46- *Grau de satisfação com o estado de conservação dos edifícios (freq)*



Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, inquérito a não-residentes, 2014

Capítulo VII – Conclusão e Reflexão final

Após os dados recolhidos da investigação, é importante referir que o facto de ter havido um abandono do centro histórico por parte de um grande número de pessoas, algumas das quais pertencentes a classes mais abastadas, contribuiu para uma progressiva "degradação" de um considerável número de edifícios e uma redução do número de habitantes. No entanto, o centro histórico é ainda um espaço que promove o desenvolvimento das sociabilidades públicas, lugar de enraizamento e identidade para quem lá mora.

O esvaziamento e recolonização dos centros é a melhor prova de que a paisagem urbana muda incessantemente. De facto, falar de esvaziamento dos centros significa a saída de algumas funções da área central o que, em muitas cidades, trouxe graves problemas ao nível da quebra do emprego e de residentes (Barata Salgueiro, 2006:12).

Apesar da ocorrência de um ligeiro aumento da população nas freguesias de São Pedro e Santa Maria, verifica-se uma tendência de abandono do centro histórico de Trancoso. Isto significa que, apesar da população das duas principais freguesias tenham mais população, esta não procura o centro histórico para habitar, mas sim uma habitação nas novas áreas

residenciais, nas novas urbanizações que têm vindo a ser construídas nos últimos anos (Gregório, 2009:69-70).

É importante garantir a salvaguarda do património, de modo a garantir o desenvolvimento sustentável do centro histórico, permitindo que as gerações vindouras possam também usufruir deste magnífico lugar. No entanto, aproxima-se uma tarefa árdua, combinar a proteção do património com a atração e fixação de habitantes jovens. A recuperação funcional dos centros históricos deverá tentar encontrar respostas num equilíbrio entre os valores históricos, urbanísticos e funcionais do passado, as necessidades do nosso tempo e as exigências do futuro. É, por isso, urgente assumir novas posturas a nível das políticas urbanas, mais concretamente, a crescente importância que estas dedicam ao planeamento urbano, ao marketing dos lugares e à promoção da atividade turística.

É talvez nas cidades de pequena e média dimensão e, sobretudo naquelas cujos centros antigos vêm sofrendo alguma desvitalização nas últimas décadas, que o turismo ganha especial apelo no quadro de estratégias de desenvolvimento (Gomes, 2012:40). Contudo, nestas estratégias é necessário dar voz aos indivíduos que habitam nestes lugares, terem voz ativa e participarem em todos processos quer de reabilitação, quer de todos os tipos de políticas relacionadas com o centro histórico, de modo a não esquecer que são estes indivíduos que lá habitam e que conhecem as suas necessidades.

É importante não esquecer que o centro histórico, antes de ser um lugar de atração turística, deve ser um lugar vivido pelos seus residentes.

A qualidade de vida constitui um tema de crescente relevância nas análises e nas políticas de planeamento e de gestão do território, em particular à escala das cidades. (Santos, Martins e Brito, 2005). As condições de vida dos habitantes destes lugares levaram a que exista uma preocupação central das administrações públicas aos diversos níveis, local, regional e nacional. Ao avaliar a qualidade de vida nestes espaços tão peculiares, descobrimos quais são as principais necessidades e expectativas da população residente, de modo a, identificar quais são os problemas sociais, patrimoniais, habitacionais, inerentes ao centro histórico e solucioná-los de forma a melhorar a qualidade de vida dos residentes e tornar o centro histórico apelativo para os seus habitantes.

São destacadas como maiores qualidades da zona a calma e tranquilidade, o sentimento de segurança presente, as relações entre habitantes, a centralidade da área em relação à restante cidade e a importância patrimonial e histórica. Todas as qualidades mencionadas pelos residentes inquiridos são fundamentais preservar num futuro próximo. São elas que conferem a identidade ao centro histórico, sendo este não uma área separada da cidade, mas antes um

espaço integrante do conjunto urbano. Tal como é importante atender às necessidades de intervenção identificadas pelos inquiridos: os edifícios em mau estado de conservação, trânsito, estacionamento, intervenções realizadas em vários edifícios que não obedecem às medidas de salvaguarda, há necessidade de desenvolver novas intervenções urbanas.

Como esta investigação se trata de um relatório de estágio, torna-se necessário refletir sobre a experiência na instituição de acolhimento. O estágio curricular permitiu um trabalho acompanhado de iniciação à atividade profissional, tendo um contacto direto com as práticas profissionais e formas de intervenção, uma vez que, estive ligada ao PSCHT e com profissionais nas áreas da intervenção urbana, como arquitetos, engenheiros civil e ambientais e geógrafos. Ao estar integrada numa equipa multidisciplinar, não se pretendeu realizar um trabalho meramente académico, mas antes com carácter funcional, onde o rigor científico se encontrou sempre presente. O legado que levo comigo após o estágio realizado na Câmara Municipal de Trancoso foi a excelente facilidade de acesso a dados sobre todos os assuntos e documentos que careci. Principalmente, o acesso a documentos relativos ao PSCHT, como plantas, dados e levantamento atualizados em relação ao plano anterior. A proposta para colaborar no PSCHT proporcionou um trabalho em equipa, com outros técnicos em áreas diferentes da minha área de formação, o que foi muito enriquecedor e me deu muito ânimo para continuar a minha investigação. A sensação de ter feito um trabalho satisfatório e pertinente foi reconhecido por todos os técnicos, principalmente do departamento onde decorreu o estágio.

O mestrado em estudos urbanos permitiu-me aquisição de instrumentos teóricos e metodológicos ligados à prática profissional relacionados com as problemáticas urbanas. Permitiu-me, ainda, desenvolver competências de decisão e proposição de soluções de modo autónomo e cientificamente informado.

Relativamente ao legado deixado por mim e pelo trabalho realizado durante 9 meses na Câmara Municipal de Trancoso foi sobretudo uma caracterização social dos habitantes do centro histórico de Trancoso, nunca realizado anteriormente nesta instituição. A instituição beneficiou e ficou a conhecer o número de habitantes deste local, estrutura etária, nível de habilitações, nível de rendimento do agregado familiar por alojamento, número de edifícios em ruínas e em abandono e algumas questões cruciais que os coordenadores do Plano de Salvaguarda do centro histórico necessitavam de saber. A pesquisa efetuada serviu o propósito de apoiar o PSCHT do ponto de vista das questões sociais, já que na equipa de técnicos não existe nenhum sociólogo. O conhecimento sociológico de uma população auxilia a detetar problemas, necessidades e expectativas, podendo, com esta informação, desenhar

políticas de intervenção urbanas mais adequadas, com conhecimento real da população que lá habita.

Seguem-se algumas recomendações/soluções que devem ser tomadas em consideração com vista a melhorar a qualidade de vida dos residentes do centro histórico, e como inverter a situação de envelhecimento e desertificação que ameaça este local.

- Intervenção social e dotação e equipamentos e serviços:
 - Promover a fixação de instituições dentro do centro histórico, nomeadamente creches, jardins infantis e equipamentos desportivos, de forma a fixar a população mais jovem aumentando o número de pessoas residentes na cidade, além de retificar a falta destes serviços no resto da cidade, seria uma força de atração para fixar população para o local.
 - Criação de um espaço de atendimento médico/enfermagem para que os residentes do centro histórico com idade mais avançada se sintam mais próximos dos serviços médicos.
- Intervenção física (património, reabilitação e espaço público):
 - Promover a qualidade de vida da população sénior residente no centro histórico, combatendo-o o isolamento, intervindo ao nível das condições habitacionais (habitação adequada), melhorar o acesso aos serviços de saúde, maior apoio domiciliário.
 - Contactar urgentemente os proprietários dos imóveis que se encontram devolutos, sensibilizando-os para a reabilitação
 - Promoção de um mercado de arrendamento com rendas acessíveis, dirigido às famílias mais jovens visando o rejuvenescimento da população residente e sua revitalização.
 - Ter em atenção em todas e quaisquer intervenções tanto privadas como públicas, devem ter sempre em consideração as necessidades dos atuais moradores e as necessidades das populações vindouras, sendo necessário favorecer o centro histórico de equipamentos e estruturas capazes de satisfazer as necessidades daqueles que lá habitam e daqueles que poderão lá habitar, bem como dos que poderão visitar o centro histórico.
- Divulgação e promoção, captação de população:
 - Promover a importância do centro histórico, a diversos níveis como, social, histórico, arquitetónico e cultural, junto às escolas, grupos de turistas, e a própria população quer do centro histórico, quer no resto da cidade, através de debates, workshops e visitas guiadas, cruzando opiniões de forma a obter meios de intervenção urbana mais adequados às necessidades dos habitantes e não habitantes. A população da cidade deve ter oportunidade de se pronunciar ao longo de todo o processo que envolve a reabilitação urbana e empenhar-se na concretização da mesma. A população constitui, pois, um elemento chave para o desenvolvimento local.

- Informar a população da biografia do centro histórico, de modo a que os seus habitantes o preservem, conservem e compreendam a necessidade do plano de salvaguarda deste espaço.
- Criar um arquivo disponível a todos os residentes da cidade e visitantes dos estudos executados sobre o centro histórico, uma vez que existem inúmeros artigos, teses de mestrado e doutoramento sobre este lugar simbólico.
- Sensibilizar a população residente para a prevenção da identidade do centro histórico, de forma a atrair e fixar novas gentes.

Referências Bibliográficas

- Alkire, Sabina (2008), “The Capability Approach to the Quality of Life” in background paper to the *Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*
- Allardt, Erik (1993), “Having, loving, being: an alternative to the Swedish model of welfare research” in Nussbaum, Martha; Sen, Amartya (1993) *The quality of life*, Oxford, Clarendon press
- Allardt, Erik e Uusitalo, Hannu (1972), “Dimensions of Welfare in a Comparative Study of the Scandinavian Societies” in *Scandinavian Political Studies*, vol.7, pp.9-27
- Ascher, François (1998), *Metapolis acerca do futuro da cidade*, Oeiras, Celta Editora
- Audit Commission (2005), Local quality of life indicators – supporting local communities to become sustainable, a guide to local monitoring to complement the indicators in the UK Government Sustainable Development Strategy, London
- Balesteros, Carmen e Santos, Carla (2004), “Arqueologia Judaica no Concelho de Trancoso (Novos Elementos)” in *Cadernos de Estudos Sefarditas*, nº 4, pp. 9-40
- Barata Salgueiro, Teresa (1999), *A cidade em Portugal – Uma geografia urbana*, Porto, Edições Afrontamento, 3ª edição
- Barata Salgueiro, Teresa (2005), “Paisagens Urbanas” in Medeiros, Carlos Alberto (coord./vol.2), *Geografia de Portugal - Sociedade, Paisagens e Cidades*, Lisboa, Círculo de Leitores
- Barata Salgueiro, Teresa (2006), “Oportunidades e transformação na cidade centro” in *Finisterra*, XLI, nº81, pp. 9-32
- Berger - Schmitt, Regina e Noll, Heinz - Herbert (2000), “conceptual Framework and Structure of a European System of Social Indicators” in *Centre for Survey Research and Methodology (ZUMA) – Social Indicators Department*.

- Blomquist, Glenn; Berger, Mark e Hoenh, John (1998), “New estimates of Quality of Life in urban areas” in *The American Economic Review*, vol.78 pp.89-107
- Bohigas, Oriol (1999), “Valorización de la periferia y recuperación del centro. Recuperación del frente marítimo” in Maragall, Pasqual (1999), *Europa, Regiones y Ciudades*, Edições da Universidade de Barcelona, pp. 199-214
- Brundtland, Gro Harlem (1987), “In World Commission on Environment and Development (UN)” in *Our Common Future*, Oxford, University Press Oxford
- Calvino, Italo (2006), *As Cidades Invisíveis*, Lisboa, Editorial Teorema, 10ª edição
- Carmelo, Amado (2003), *Monografia de Trancoso*, Câmara Municipal de Trancoso, Coimbra
- Cávem, Mara (2007), Centros históricos contemporâneos: mudanças de perspectiva na gestão – caso de estudo de Lisboa e Bruxelas, Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Planeamento Regional e Local, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de Geografia, Lisboa
- Chueca Goitia, Fernando (2003), *Breve história do Urbanismo*, Lisboa, Editorial Presença, 5ª edição
- CMP - Câmara Municipal do Porto (2011), Sistema de monitorização da Qualidade de Vida Urbana do Porto
- Cummins, Robert (2000), “Objective and Subjective Quality of Life: an interactive model”, in *Social Indicators Research*, vol. 0, pp. 55-72
- DGOTDU - Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2005), Vocabulário de Termos e Conceitos do Ordenamento do Território - Coleção Informação, Direção de Estudos e Planeamento Estratégico, Lisboa
- Donovan, Nick e Halpern, David (2002), *Life Satisfaction: The state of knowledge and implications of government*, University Harvard.
- European Commission (2007b), Survey on perception of quality of life in 75 European cities, Brussels
- European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions (2003), *Monitoring quality of life in Europe*, disponível em www.eurofound.eu.int, acedido em 31 de outubro de 2013
- Ferrão, João e Guerra, João (2004), *Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de Vida. Contributos para a construção de um sistema de indicadores de monitorização da qualidade devida nos municípios portugueses (Continente)*, Lisboa, OBSERVA
- Fleurbaey, Marc (2008), “Beyond GDP: Is There Progress in the Measurement of Individual Well-Being and Social Welfare?” in *Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*

- Florida, Richard (2004), *Cities and the creative class*, Taylor e francis LTD
- Florida, Richard (2008), *Who's your city?*, The perseus books group
- Foddy, William, (1996) *Como Perguntar: Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*, Oeiras, Celta
- Fonseca, Ferreira António (2007), *Gestão estratégica de cidades e regiões*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- Gabinete Técnico Florestal – CMT (2013), *Comissão Municipal de defesa da floresta contra incêndios*
- Ghiglione, Rodolphe e Matalon, Benjamin, (1987) *Les enquêtes sociologiques: théories et pratiques*, Paris
- Gomes, Carina Sousa (2012), “Novas imagens para velhas cidades? Coimbra, Salamanca e o turismo nas cidades históricas” in *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. XXIII, pp.37-49
- Gomes, Rita Costa (1996), *Castelos da Raia I. Beira*, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Ministério da Cultura
- Gregório, Maria João (2009), *Perceção do Centro Histórico de Trancoso: Cenários de intervenção Urbana*, Dissertação de Mestrado em Ordenamento da Cidade, Universidade de Aveiro
- Hicks, Stephen (2011), “Spotlight on: Subjective Well-being”, Office for National Statistics, disponível em http://www.statistics.gov.uk/articles/social_trends/spotlight-on-subjective-wellbeing.pdf acedido em 17 de outubro de 2013
- Javeau, Claude (1982) *L'enquête par questionnaire. Manuel à l'usage du praticien*, Bruxelas, Éditions de l'Université de Bruxelles
- Lopes, Flávio e Correia, Miguel Brito (2004), *Património Arquitectónico e Arqueológico: Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*, Lisboa, Livros Horizonte
- Martins, Isabel (2011), *Os Territórios da Qualidade de Vida no Porto. Uma avaliação das disparidades intraurbanas*, Dissertação de Doutoramento, Porto, FLUP
- Meadows, Donella; Meadows, Dennis; Randers, Jørgen, et al (1973), *Limites do crescimento*, Editora Perspetiva AS
- Michalos, Alex (1985), “Multiple discrepancies theory (MDT)” in *Social Indicators Research*, vol. 16, pp.347-413
- Milão, Susana (2006), *A cidade criativa e os modelos de regeneração urbana, para uma análise crítica das Sociedades de Reabilitação Urbana*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Engenharia, Porto

- Município de Trancoso (2007), Carta Educativa do Concelho de Trancoso, in *GeoAtributo – Consultadoria e Informação para o Planeamento e Ordenamento do Território*
- Myers, Dowell (1987), “Community-Relevant Measurement of Quality of Life: A Focus on Local Trends” in *Urban Affairs Review*, vol.23, pp.108-125
- Noll, Heinz-Herbert (2004), “Social indicators and quality of life research: Background, achievements and current trends” in Genov, Nicolai Ed. (2002) *Advances in Sociological Knowledge over Half a Century*, Paris, International Social Science Council
- Pacione, Michael (1997), *Britain's Cities: Geographies of Division in Urban Britain*, Routledge, First Edition
- Peixoto, Paulo (2003), "Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades", in *Sociologia*, vol. 13, pp.211 - 226
- Pinho, Ana (2009), *Conceitos e Políticas Europeias de Reabilitação Urbana. Análise da Experiência Portuguesa dos Gabinetes Técnicos Locais*, Lisboa, LNEC
- Pinto, Teresa Costa (2004), “Qualidade de vida – Reflexões e Debates em Torno de um Conceito” in *Cidades – Comunidades e Territórios*, nº 9, pp.99-120
- Pinto, Teresa Costa (2005), Perceção e Avaliação da Qualidade de Vida na AML: recursos, aspirações e necessidades na construção da noção de qualidade de vida, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, ISCTE
- Pinto, Teresa Costa (2008), "Centro, Periferia e Qualidade de Vida: Reflexões e contributos para a operacionalização do conceito de QV" in *Sociedade e Território*, nº42, pp. 118-129
- Portas, Nuno (1985), *Interrogações sobre as especificidades das fundações urbanas portuguesas*, Porto
- Portas, Nuno; Domingues, Álvaro; Cabral, João (2003), *Políticas Urbanas. Tendências, Estratégias, Oportunidades*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- Quivy, Raymond e Luc Van Champenhoudt (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva
- Ramalhete, Ana Filipa Ribeiro (2006), Centros Históricos e ordenamento do território em áreas metropolitanas, Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa (disponível em www.pluridoc.com), acedido em 10 de outubro de 2013
- Rémy, Jean e Voyé, Liliane (1997), *A cidade: rumo a uma nova definição?*, Porto, Edições Afrontamento
- Ribeiro, Diogo Manuel (2011), Qualidade de Vida em contexto urbano, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto

- Rodrigues, Eduardo; Barroso, Margarida e Caetano, Ana (2010), “Trabalho, família e bem-estar: fatores e padrões de qualidade de vida na Europa” in *CIES e-Working Papers* nº 93
- Rodrigues, Walter (2010), *Cidade em Transição. Nobilitação Urbana, Estilos de Vida e Reurbanização em Lisboa*, Lisboa, Ceuta
- Santos, Carla (2008), “Memórias gravadas na pedra – Um património a conhecer no concelho de Trancoso” in *Atas das Primeiras Jornadas do Património Judaico da Beira Interior* pp.108-130
- Santos, Luís e Martins, Isabel (2002), “A Qualidade de Vida Urbana. O caso da cidade do Porto” in *Working Papers da FEP*, Universidade do Porto
- Santos, Luís; Martins, Isabel e Brito, Paula (2005), “O conceito de qualidade de vida urbana perspectiva dos residentes na cidade do Porto” in *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, nº9, pp. 5-18
- Santos, Sara Raquel (2011), *A Qualidade de Vida Urbana: aplicação de um inquérito online para avaliação da perceção individual*, Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho
- Sarmiento, João Carlos Vicente e Costa, Maria João (2011), “A perceção da mudança: o centro histórico de Trancoso”, Imprensa da Universidade de Coimbra, disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/20624> acedido em 5 de dezembro de 2013
- Savageau, David (2007), *Places Rated Almanac: the classic guide for finding your best places to live in America*, Washington DC, Places Rated books, LLC.
- Sen, Amartya (1993), “Capacidad y bienestar” in Nussbaum, Martha (1993), *La Calidad de Vida*, México, Fondo de Cultura Económica
- Setién, Maria Luisa (1993), “Indicadores sociales de calidad de vida” in *CIS colección monografías*, Siglo XXI, Madrid
- Silva, Augusto Santos e Pinto, José Madureira (1986), *Metodologia das ciências sociais*, Porto, Afrontamento
- Sirgy, Joseph, et al. (2006), "The Quality-of-Life (QOL) Research Movement: Past, Present, and Future" in *Social Indicators Research*, vol.76, pp. 343-466
- Teixeira, Irene Avilez (1982), *Trancoso, terra de sonho e maravilha*, Lousã, Tipografia Lousanense
- Tobelem-zanin, Christine (1995), *La qualité de la vie dans les villes françaises*, Rouen, Université de Rouen
- UNESCO (2007), *Historical Districts for All. Draft Manual – How to Revitalize historical Districts by Balancing Social Cohesion, Economic Development and Enhancement of*

Urban Heritage? Introduced by Brigitte Colin, Division of social Sciences Research and Policy, Setor of Social and Human Sciences. Beijing.

Valente, Prudência (2004), “Qualidade de vida na cidade da Guarda” in *Centro de Estudos Ibéricos*, disponível em <http://www.cei.pt/pdfdocs/prudencia%20valente.pdf> acedido em 9 de outubro de 2013

Westphal, Márcia Faria (2000), “O Movimento Cidades/Municípios Saudáveis: um compromisso com a Qualidade de Vida” in *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, Vol. 5, pp. 39-51, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7078.pdf>, acedido em 16 de outubro de 2013

Yuan, Lim Lan; Yuen, Belinda e Low, Christine (1999), *Urban Quality of Life - Critical issues and options*, Singapore, National University of Singapore

Websites

Charlotte Neighborhood - Quality of Life Study 2010 - http://charmeck.org/city/charlotte/nbs/communityengagement/qol/documents/2010_quality_of_life_report.pdf

Portal Câmara Municipal do Porto - Disponível em <http://www.cm-porto.pt>

Portal Câmara Municipal de Trancoso – Disponível em <http://www.cm-trancoso.pt/>

Portal da Comissão Europeia - Disponível em http://ec.europa.eu/regional_policy/

Portal Urban Audit - Disponível em <http://www.urbanaudit.org>

Portal da Base de Dados Portugal Contemporâneo (PORDATA) - Disponível em <http://www.pordata.pt/>

Portal do Ordenamento do Território e do Urbanismo - Disponível em <http://www.dgotdu.pt>

Portal do Instituto Nacional de Estatística (INE) - Disponível em <http://www.ine.pt>

Portal UrbaLyon - <http://www.urbalyon.org/site/Accueil>

Anexos

Anexo A - **Composição e Organização do estágio curricular**

Em articulação com o supervisor de estágio, cada aluno deverá desenvolver, a partir de uma programação inicial dos trabalhos, os seguintes pontos:

- Identificar e escolher uma situação problemática passível de intervenção no contexto profissional escolhido.
- Formular o objeto do estágio de modo elaborado e analiticamente problematizado.
- Recolher e analisar a bibliografia relevante.
- Definir as metodologias adequadas para o trabalho.
- Elaborar o plano de estágio e adequar o trabalho de estágio a este plano.
- Elaborar o relatório de estágio.

1. Plano de atividades desenvolvidas no decorrer do estágio

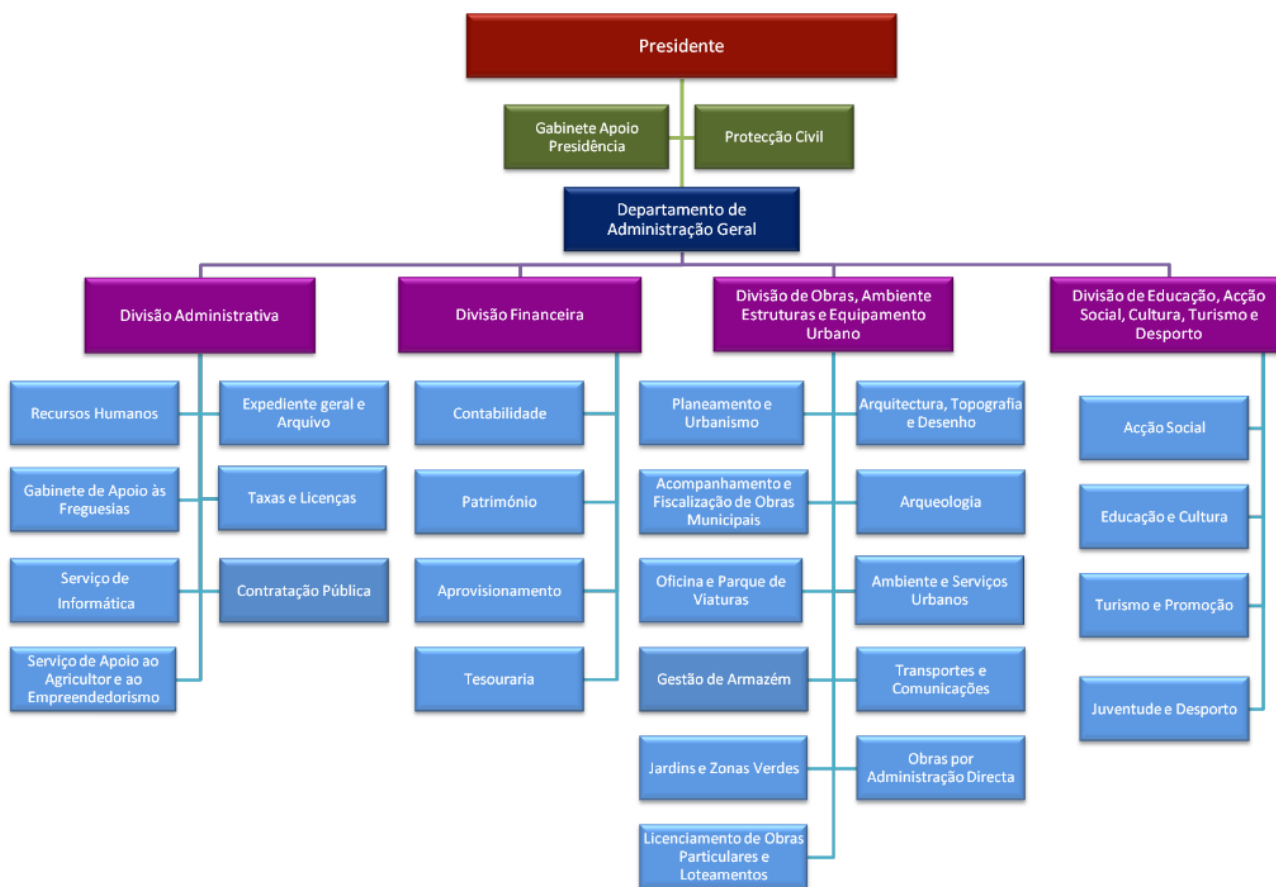
Ao longo destes 9 meses de estágio, foram desenvolvidos, em colaboração com técnicos do município de Trancoso, um conjunto de ações que visam a revisão do Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Trancoso. Tendo em vista a valorização e salvaguarda patrimonial e identitária do território e este projeto, para além de criar uma série de normativas que guiem as futuras intervenções no centro histórico de Trancoso, pretende também integrar um "diagnóstico" social, uma imagem social da população que reside neste território. Assim, e indo de encontro às necessidades da equipa de trabalho do plano, o meu estágio foi dedicado à pesquisa bibliográfica, compilação de documentos existentes na Câmara Municipal e pesquisa de dados, de modo a poder dar o meu contributo na questão de estudo social da população deste aglomerado populacional. Para tal, realizei também um inquérito à população residente no centro histórico, que permitiu, entre outras coisas, a contabilização efetiva dos residentes, a sua condição face ao emprego, as condições de habitabilidade dos edifícios, dados que ficaram registados numa base de dados. A realização deste inquérito permitiu ainda auferir a perceção da qualidade de vida da população deste núcleo histórico, face às características tão particulares de um centro histórico.

2. Intervenções no Centro Histórico de Trancoso – Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Trancoso

O centro histórico de Trancoso foi, por diversas vezes alvo de estudo. O Plano de Salvaguarda do Centro Histórico é exemplo disso mesmo. O PSCHT, tem como principais objetivos estabelecer a conceção do espaço urbano, dispondo sobre os usos do solo e

condições gerais de edificação, transformando assim as edificações existentes, construindo uma imagem de conjunto que se pensa ser a menos descaracterizadora do espaço, tendo em conta determinadas características construtivas tradicionais, que permitem preservar a unicidade deste território.

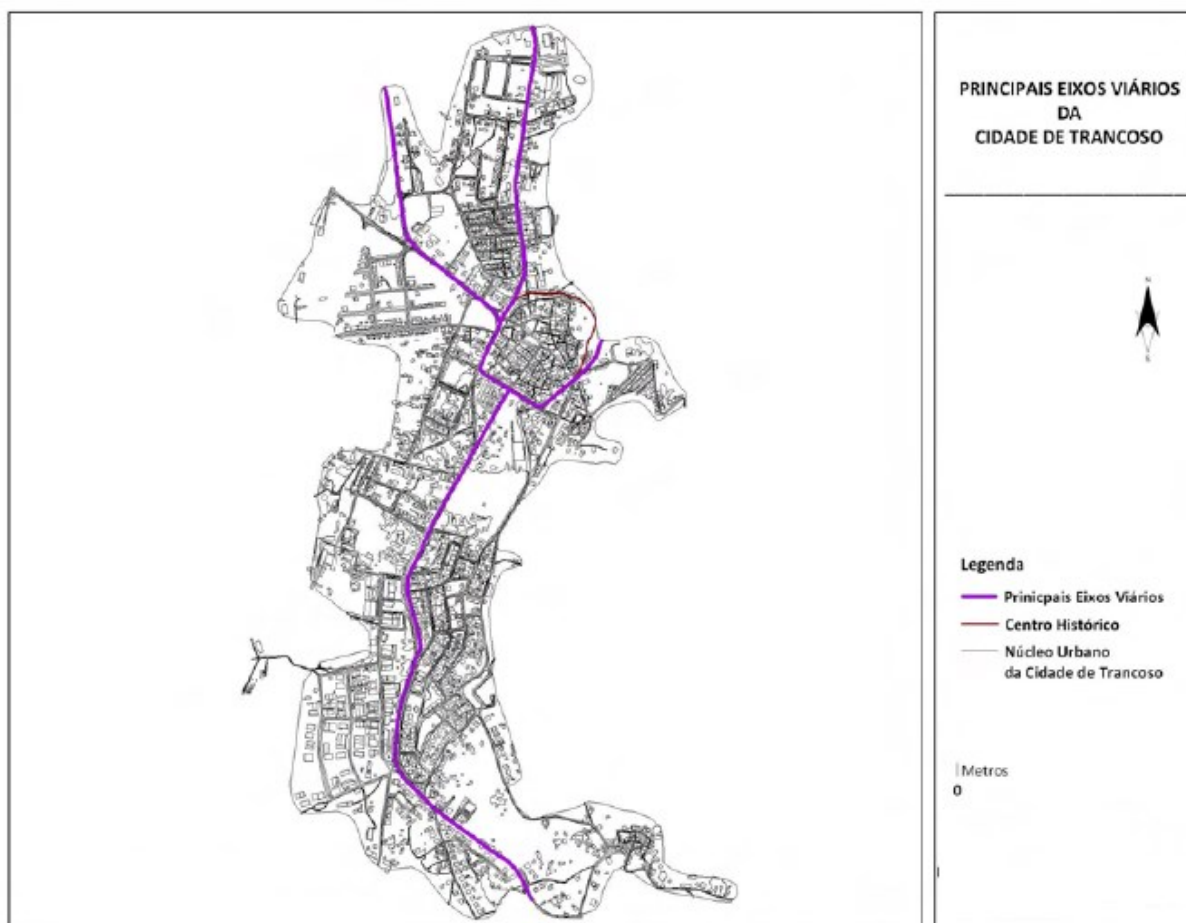
Anexo B - **Organigrama da Câmara Municipal de Trancoso – Departamentos e Sub-Departamentos**



Fonte: CMT – Câmara Municipal de Trancoso

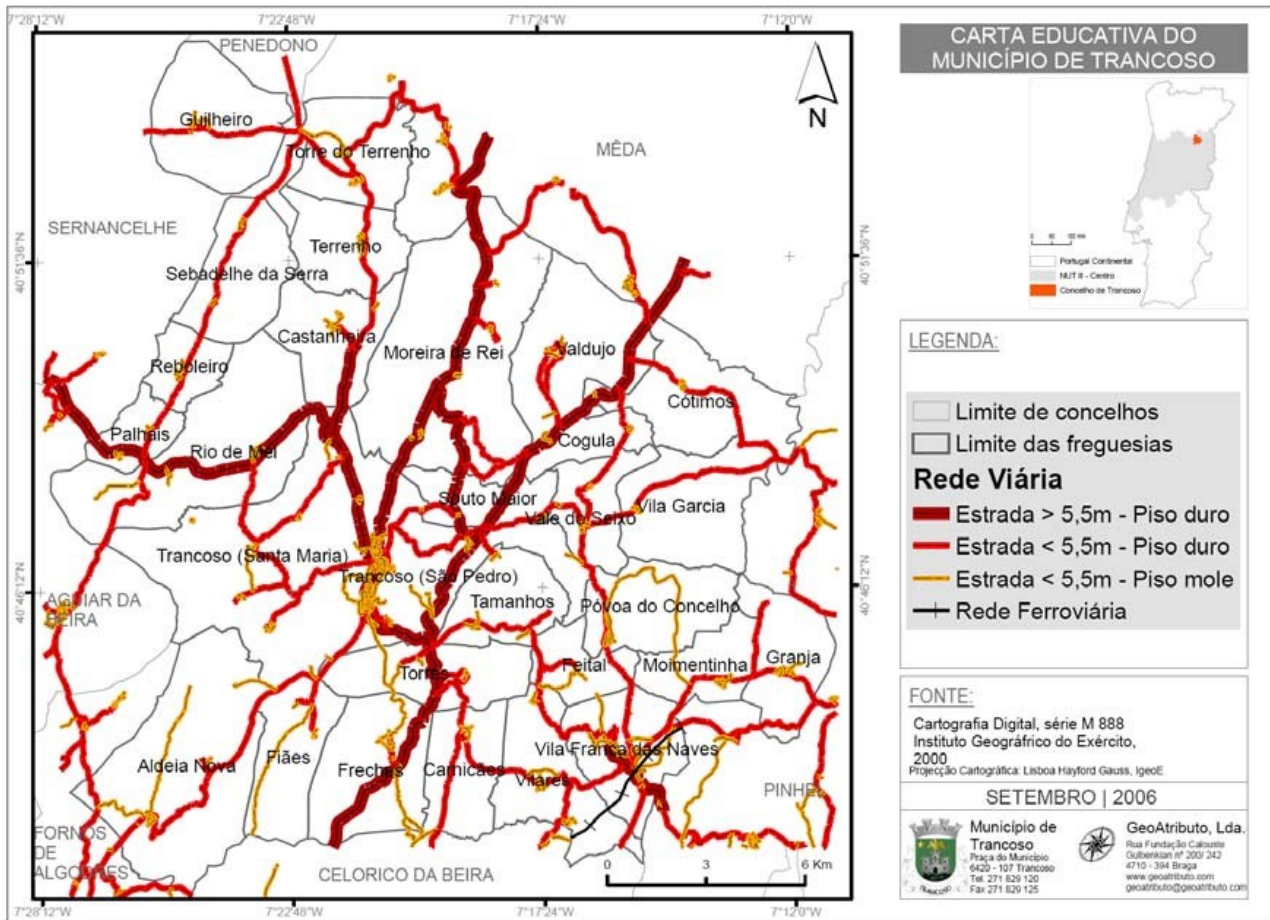
A divisão onde estagiei faz parte da divisão de obras, ambiente, estruturas e equipamento urbano. Fazem parte deste departamento, 11 técnicos superiores, nas mais diversas áreas académicas, como Engenharia Civil, Arquitetura, Arqueologia, Engenharia Topográfica, Geografia e Planeamento, Medicina Veterinária, Engenharia do Ambiente e do Território, Engenharia Ordenamento e Recursos Naturais e Engenharia Mecânica. E 72 assistentes operacionais.

Anexo C - **Principais eixos viários do aglomerado urbano da cidade de Trancoso**



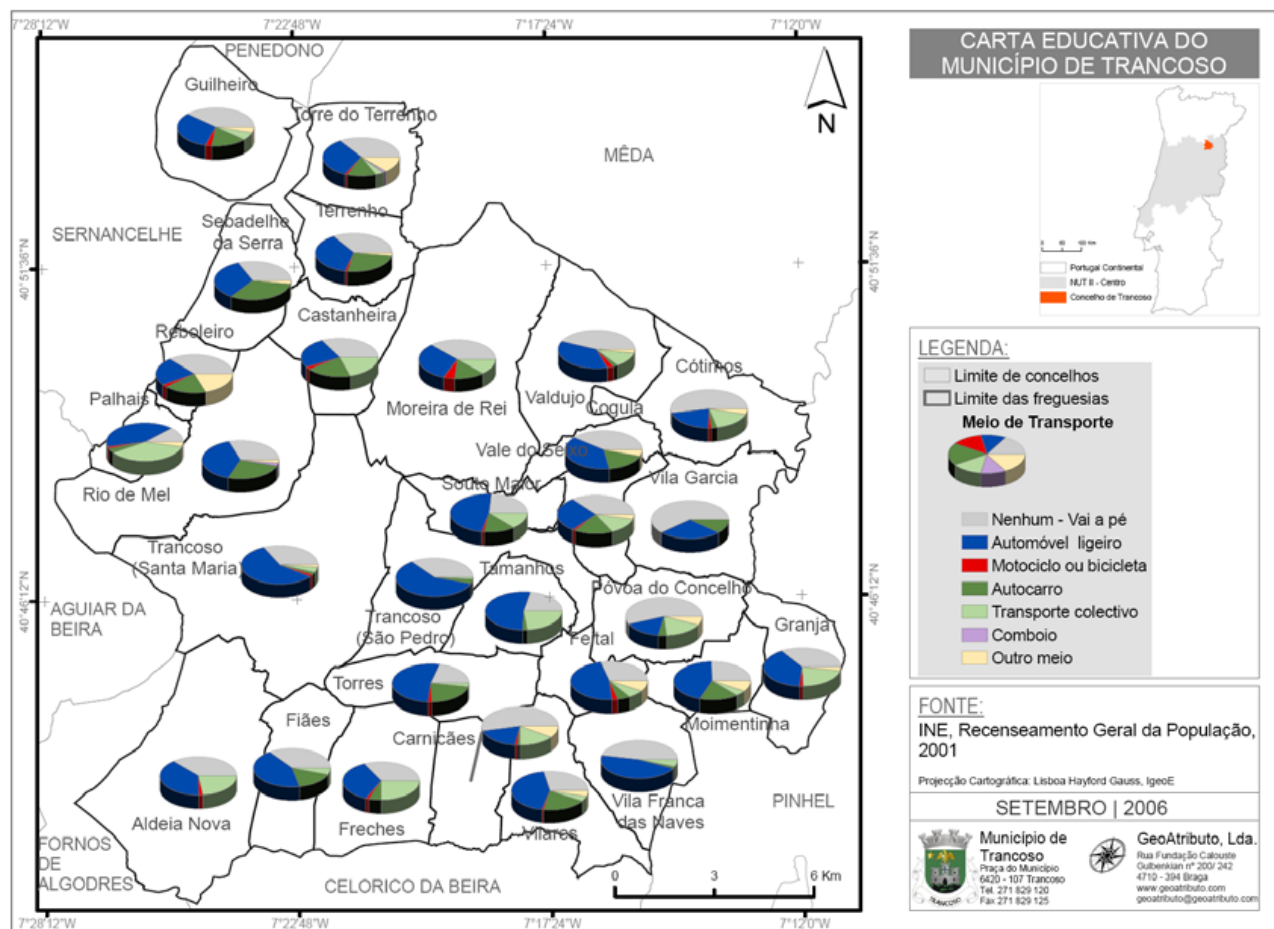
Fonte: Gregório, 2009:63

Anexo D – Rede viária do concelho de Trancoso



Fonte: Carta Educativa de Trancoso – CMT, 2007

Anexo E – Meio de Transporte



Fonte: Carta Educativa de Trancoso – CMT, 2007

Anexo F – Notas metodológicas

1. A forma das perguntas

No que se refere ao conteúdo, as questões podem ser de facto ou de opinião. Quanto à forma, podem ser fechadas, abertas ou semiabertas.

As questões fechadas propõem um leque de respostas previamente fixado cabendo ao entrevistado assinalar uma ou várias das opções propostas, consoante se trate de respostas simples ou múltiplas. Quando bem elaboradas, as questões fechadas são fáceis de compreender, preencher, tratar, interpretar e quantificar, não carecendo de análise de conteúdo. Em contrapartida, são maiores os riscos de enviesamento e influência das respostas e de redução dos matizes. Nas questões abertas, as respostas não estão fixadas previamente. O inquirido é livre de responder do modo e nos termos que julgar mais pertinente, no espaço reservado para o efeito. Quando corretamente elaboradas, as questões abertas permitem-nos obter informações sobre vastos domínios. Ajustam-se à abordagem de temas delicados e tornam-se imprescindíveis sempre que não é possível prever o elenco das respostas possíveis. Nas questões semiabertas, as principais respostas são previstas tal como numa questão fechada. Porém, para além destas respostas espectáveis, os entrevistados podem optar por respostas livres, da mesma forma das questões abertas. As questões semiabertas acabam por reunir tanto as virtudes como os defeitos quer das questões abertas quer das questões fechadas (Quivy e Campenhoudt, 2008).

Seguindo Claude Javeau, 1982 as etapas de um inquérito por questionário, podemos decompor o processo do inquérito sociológico em catorze etapas:

1. Definição do objeto;
2. Inventário dos recursos disponíveis e necessários;
3. Estudos exploratórios;
4. Determinação dos objetivos, das hipóteses e do modelo de análise;
5. Delimitação do universo da pesquisa;
6. Amostragem;
7. Construção do projeto de questionário;
8. Teste ao projeto de questionário (pré-teste, eventualmente, pré-inquérito);
9. Redação definitiva do questionário;
10. Seleção e formação dos entrevistadores;
11. Administração do questionário;
12. Elaboração do ficheiro e introdução dos dados no computador;

13. Análise dos resultados;

14. Redação do relatório final.

Esta é uma fase muito importante na realização de um inquérito por questionário, a sequência das perguntas pode influenciar as respostas dos inquiridos. As perguntas mais difíceis ou de carácter mais íntimo devem ser colocadas no corpo do questionário, quando o inquirido já se encontra mais à vontade com o inquérito e não no princípio, quando este ainda está expectante e reticente. No início, introduzem-se as perguntas factuais, mais abrangentes e menos exigentes. Se o questionário for longo, as últimas perguntas devem ser ténues e apazíveis. A sequência das perguntas não precisa de ser lógica. Convém, todavia, que o encadeamento dos temas e das questões faça sentido. O modo como as questões são feitas deve ser programado de modo a gerir a motivação e a atenção dos inquiridos, mantendo-os motivados e interessados durante todo o questionário.

A ordem das perguntas não deve ser monótona. Às questões mais difíceis e exigentes devem seguir-se algumas mais ligeiras, assim como às mais desconfortáveis devem suceder-se algumas mais estimulantes.

A transição entre perguntas e assuntos deve ser acautelada recorrendo, se necessário, a pequenos textos, indicações, símbolos e remissões. Estes cuidados não se devem restringir aos conteúdos mas estender-se também às mudanças de lógicas das respostas.

2. Apresentação do inquérito por questionário

O questionário é precedido por uma pequena introdução que apresenta a iniciativa, os promotores e os objetivos. Nela se esclarece o papel do entrevistado, se apela à sua colaboração e se cativa a sua confiança.

Existe todo o interesse em pré-codificar os questionários comportando perguntas fechadas, “categorizáveis”. O esforço é amplamente recompensado aquando da introdução dos dados no computador – sobretudo recorrendo ao programa SPSS que permite a organização da informação e tratamento dos dados - e da respetiva análise.

Quanto ao tamanho do questionário, normalmente aferido pelo tempo que leva a preencher, não existem tamanhos padrão. O tamanho ideal é aquele que concilia a totalidade de informações a obter com a disponibilidade, interessada e atenta, dos entrevistados. Neste quadro, a duração aconselhável varia consoante as condições de administração, o tipo de questionário, o tema e o interesse dos entrevistados. O inquérito por questionário “porta-a-porta” é sem dúvida o de demora mais tempo, uma vez que, existe um contacto com o inquirido.

3. O pré-teste do questionário

Antes da redação definitiva do questionário, convém testá-lo, atividade que, normalmente proporciona benefícios significativos. O pré-teste propriamente dito consiste em passar o projeto de questionário a um número reduzido, mas heterogéneo, de pessoas semelhantes às que vão ser inquiridas. O número de inquéritos a abranger num pré-teste depende da nossa exigência, da heterogeneidade do universo e da complexidade do inquérito por questionário. Sob o olhar atento do inquiridor, as pessoas selecionadas respondem ao questionário numa situação próxima da prevista para o inquérito. O pré-teste contribui ainda para uma estimativa do tempo necessário ao preenchimento do questionário e, portanto, para o ajustamento do seu tamanho.

O pré-teste realizado nesta investigação foi de 10 inquéritos a habitantes do centro histórico e 3 inquéritos a não habitantes. De modo a que fosse o mais heterogéneo possível, o Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Trancoso, definiu e delineou quatro zonas no Centro Histórico, pelo que a realização do pré-teste contemplou indivíduos das quatro zonas que constituem o PSCHT.

Anexo G - *Problemas e cuidados de linguagem | Reações e efeitos indesejados da investigação*

Na elaboração do inquérito por questionário, a linguagem afirma-se como o elemento mais decisivo. Reconhecemos como uma simples e logicamente contraditória mudança de uma palavra pode provocar uma alteração substantiva ao nível dos resultados. Comprovámos também que, devido à heterogeneidade da população alvo, se torna praticamente impossível alcançar que todos os inquiridos compreendam e interpretem todas as perguntas do mesmo modo. Deste modo, julgou-se pertinente ser o investigador a questionar o inquirido, de forma a tentar explicar alguma dúvida do inquirido. Detetámos algumas dificuldades no decorrer da investigação. A população idosa dificultou a comunicação entre o investigador e o inquirido, em algumas questões do inquérito realizado aos habitantes do centro histórico de Trancoso.

A redação de um questionário não é um exercício literário. É, antes de mais, um ato de comunicação. Deve, na medida do possível, aproximar-se das categorias linguísticas e sociais da população a inquirir, o que pressupõe um mínimo conhecimento prévio dos universos linguísticos e culturais envolvidos. A linguagem deve ser, do ponto de vista do inquirido, o mais corrente possível. A população alvo do centro histórico de Trancoso encontra-se muito envelhecida, pelo que as perguntas tiveram de ser formuladas de forma bastante simples para os inquiridos conseguirem entender o que era pretendido.

As questões devem ser claras e curtas, sem necessidade de complementos ou de esclarecimento adicionais. É de evitar o abuso de advérbios e adjetivos. A evitar também os parênteses e comentários, que tornam as perguntas longas, cansativas e difíceis de compreender.

Evitar ainda palavras polissémicas ou fortemente conotadas. Não empregar termos capazes de bloquear a comunicação, como a gíria sociológica, termos técnicos, siglas e abreviaturas. Formular na positiva e na voz ativa os itens e as questões (Foddy, 1996 e Silva e Pinto, 1986). As diversas questões provocam, naturalmente, reações por parte dos inquiridos, algumas indesejadas. Entre estas, a reação de ilusão, com as consequentes respostas de aparência, é uma das mais comuns. O inquirido responde não segundo aquilo que ele é, faz, sente ou pensa mas segundo aquilo que acha que deve ser, fazer, sentir ou pensar, numa intenção de conformidade ou de apresentação de uma boa imagem (Silva e Pinto, 1986).

Anexo H - **Inquérito por questionário a Residentes no Centro Histórico de Trancoso**

O presente inquérito por questionário foi elaborado no âmbito de um estudo sociológico sobre requalificação urbana e qualidade de vida no Centro Histórico de Trancoso, inserido no plano de salvaguarda do Centro Histórico de Trancoso. Em parceria com a Câmara Municipal de Trancoso e o ISCTE - Mestrado em Estudos Urbanos. O estudo tem como objetivos:

- 1- Traçar uma caracterização sociodemográfica da população habitante do centro histórico e em a avaliar qualidade de vida oferecida pelo centro histórico aos seus habitantes e não habitantes (turistas e visitantes);
- 2- Apoiar, através de um conhecimento informado, assim o planeamento estratégico e a gestão local;
- 3- Propor medidas de revitalização do tecido sócio – económico e a cultura locais no centro histórico, contribuindo para repensar políticas municipais.

Todas as informações recolhidas são confidenciais. Os dados de identificação solicitados servem apenas para efeito de interpretação das outras respostas.

Inquérito n° _____ Zona: _____ Quarteirão: _____ N° _____

SITUAÇÃO HABITACIONAL E CONDIÇÕES RESIDENCIAIS (SHCH)

1. Reside permanentemente no centro histórico ou temporariamente?

1. Permanentemente
2. Temporariamente (fim de semana ou férias)

Se temporariamente, onde se localiza a sua residência habitual? _____

2. Sempre morou aqui?

1. Sim (passa para Q7)
2. Não

3. Onde se localizava a casa anterior? _____

4. Que tipo de casa era?

1. Moradia
2. Apartamento
3. Outro, qual? _____

5. Porque decidiu vir morar para aqui?

1. Por questões laborais (ficar mais perto do trabalho)
2. Por ter familiares ou amigos perto
3. Por estar perto de tudo
4. Pelo tipo de casas (mais antigas)

5. Pelo património histórico e arquitetónico
6. Queria viver num sítio mais tranquilo
7. Outro, qual? _____

6. Há quantos anos habita nesta casa? _____

7. Quantas assoalhadas tem? (Exceto cozinha e WC) _____

8. Em relação às instalações sanitárias, como as classifica?

1. Inexistentes (Sem Casa de Banho)
2. Incompletas (Casa de banho incompleta, sem duche, ou sem lavatório)
3. Completas (Casa de banho completa)
4. NS/NR

9. Vínculo legal/jurídico com este imóvel:

1. Adquirido | Proprietário com encargos (Crédito bancário) _____
2. Adquirido | Proprietário sem encargos _____
3. Herança
4. Arrendado
5. Subarrendado
6. Cedida (familiares/amigos)
7. Outro, qual? _____

10. Relativamente aos encargos que tem com a habitação (renda, prestação mensal, outras formas de empréstimos, condomínio, seguros), considera que, face ao orçamento familiar são:

1. Insuportáveis
2. Suportáveis
3. Não têm grande peso
4. Não tem encargos
5. NS/NR

11. Em relação aos seguintes aspetos da sua casa diga se está muito satisfeito (1), relativamente satisfeito (2), pouco satisfeito (3), nada satisfeito (4):

	(1)Muito Satisfeito	(2)Relativa-mente Satisfeito	(3)Pouco Satisfeito	(4)Nada Satisfeito
11.1 Quantidade de espaço que dispõe				
11.2 Conforto				
11.3 Orientação solar/luminosidade				
11.4 Calma/tranquilidade				
11.5 Privacidade				
11.6 Qualidade de construção (materiais, infiltrações, insonorização, climatização)				

11.7 Estado de conservação

12. Se pudesse, gostaria de mudar de casa?

1. Sim, para fora do centro histórico, resto da cidade
2. Sim, para uma aldeia do concelho
3. Sim, para fora do concelho
4. Sim, para a capital de distrito
5. Sim, para outro sítio do resto do país
6. Para o estrangeiro
7. Não, gosto de viver aqui (Passa para Q14)

13. Que tipo de casa seria:

1. Apartamento novo
2. Apartamento para recuperar ou recuperado
3. Moradia construída por si
4. Moradia já construída

VIVÊNCIAS E REDES DE RELAÇÕES SOCIAIS (VRRS)

14. Indique relativamente aos seguintes itens, o seu grau de frequência enquanto utilizador.

	(1)Frequentemente	(2)Raramente	(3)Nunca
14.1 Jardins e Praças			
14.2 Passeios pedonais			
14.3 Equipamentos desportivos			
14.4 Serviços de saúde			
14.5 Serviços de apoio domiciliário			
14.6 Equipamentos culturais			
14.7 Coletividades/associações			
14.8 Comércio diário (Mercearia, Padaria, Farmácia...)			
14.9 Cafés, restaurantes ou bares			
14.10 Serviços de apoio (CTT, Finanças, Tribunal...)			
14.11 Festas e acontecimentos			

15. Relativamente à sua relação com os vizinhos considera que é:

1. Muito boa
2. Boa
3. Razoável
4. Má
5. Péssima

6. Não se dá com os vizinhos/não tem vizinhos (passa para Q17)

16. Que tipo de relação mantém com os seus vizinhos:

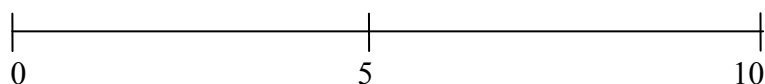
1. De verdadeira amizade
2. De cordialidade (bom dia, boa tarde)
3. De ajuda no que for preciso (troca de géneros, cuidados, tomar conta da casa)

PERCEÇÃO SUBJETIVA DA QUALIDADE DE VIDA (QV)

17. Quais considera ser os domínios mais importantes para a sua qualidade de vida? Classifique os seguintes aspetos segundo uma escala numérica de 0 a 10.

- 17.1 Habitação
- 17.2 Emprego/rendimento
- 17.3 Cultura, lazer, desporto
- 17.4 Segurança
- 17.5 Infraestruturas básicas
- 17.6 Saúde
- 17.7 Comércio e Serviços
- 17.8 Ambiente e enquadramento geográfico
- 17.9 Família (relações familiares/amigos)

18. Numa escala de 0 a 10, onde se posiciona em termos da sua qualidade de vida?



19. Na sua opinião, onde é que as pessoas têm maior qualidade de vida em Portugal?

1. Campo
2. Praia
3. Grandes cidades
4. Cidades pequenas ou vilas
5. Aldeias
6. Outras
7. NS/NR

20. Como classifica os seguintes aspetos do seu local de residência? Utilize uma escala de 0 a 5, em que, 0 significa Muito Mau e 5 Muito Bom

	Muito mau (0)	Mau (1)	Razoável (2)	Nem bom nem mau (3)	Bom (4)	Muito bom (5)
20.1 Limpeza e estado das ruas						
20.2 Estado dos edifícios						
20.3 Arquitetura dos edifícios						
20.4 Ruído						
20.5 Estacionamento e tráfego						
20.6 Tranquilidade						
20.7 Vizinhança						

21. Em relação aos seguintes equipamentos e serviços de uso quotidiano da zona histórica, diga se lhe é mais ou menos fácil ter acesso (Muito Fácil (1), Relativamente Fácil (2), Difícil (3), Muito Difícil (4):

	Muito fácil (1)	Relativa-mente fácil (2)	Difícil (3)	Muito difícil (4)
21.1 Comércio de 1ª necessidade (mercearia, padaria, talho...)				
21.2 Comércio de necessidade menor (Pronto-a-vestir, eletrodomésticos...)				
21.3 Cafés, restaurantes, pastelarias				
21.4 Quiosques, papelarias				
21.5 Jardins, parques, jardins infantis				
21.6 Piscinas, recintos desportivos				
21.7 Centro de saúde				
21.8 Escolas				
21.9 Bancos, Caixas de multibanco				
21.10 Farmácias				

22. Na sua opinião, quais são os aspetos mais positivos em termos de Qualidade de vida que o Centro Histórico oferece aos seus habitantes? (Escolha 3 por ordem de importância)

1. Património histórico/Arquitetónico
2. Habitação com qualidade
3. Ausência de poluição

4. Serviços públicos
5. Oferta cultural
6. Zonas verdes
7. Identidade
8. Boas relações de vizinhança
9. Localização geográfica, bons acessos a cidades/vilas próximas
10. Outros, quais? _____

23. Quais são os aspetos mais negativos em termos de Qualidade de Vida no Centro Histórico de Trancoso? (Escolha 3 por ordem de importância)

1. Degradação do Centro Histórico
2. Trânsito
3. Habitação com pouca qualidade
4. Falta de espaços verdes
6. Falta de estacionamento
7. Más relações de vizinhança
8. Outros, quais? _____

24. Em geral, considerando o meio ambiente construído do Centro Histórico (zona onde reside), acha que ele é:

1. Muito bom
2. Bom
3. Razoável
4. Mau
5. Péssimo
6. NS/NR

25. O que pensa sobre a seguinte afirmação: “Não trocaria o centro histórico por nenhum outro local da cidade”.

1. Discordo Totalmente
2. Discordo
3. Nem concordo nem discordo
4. Concordo
5. Concordo Totalmente

26. Refira 2 elementos que considere importantes na definição da identidade desta área: _____

27. Refira 2 elementos que considere dissonantes (elementos que não se enquadram na zona histórica) desta área: _____

PERCEBER A ATITUDE DOS INQUIRIDOS NO CASO DE HAVER UM CENÁRIO DE PARTICIPAÇÃO PARA OBRAS (AT)

28. Havendo apoio técnico (apoio na elaboração do projeto) por parte do município para a revitalização das fachadas, estaria na disposição de efetuar obras na fachada do seu edifício?

1. Sim 2. Não (Passar para Q31) 3. NS/NR

29. Supondo que a sua casa fosse alvo de obras, disponibilizava-se a ir viver temporariamente para outra casa?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

30. Se as obras implicassem uma mudança permanente, disponibilizava-se a ir viver para outra zona?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

31. Alguma vez realizou obras nesta casa?

- 1.Sim 2. Não 3. NS/NR (Se sim, quais?)

32. Existem marcas cripto-judaicas na fachada da sua habitação?

1. Sim 2. Não (Passar para Q34) 3. NS/NR

33. Se o município as identificasse através de uma placa ou algo identificativo, aceitaria essa alteração?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

34. O que considera prioritário fazer no centro histórico caso exista uma intervenção da Câmara neste local?

CARACTERIZAÇÃO SOCIOGRÁFICA

35. Sexo	36. Idade	37. Estado Civil
Masculino (1) _____		Solteiro/a (1) _____
Feminino (2) _____		Casado/a (2) _____
		União de Facto (3) _____
		Viúvo/a (4) _____
		Divorciado/a -Separado/a (5) _____
		NR (6) _____

38. Número de elementos que constituem o agregado familiar:

39. Tipo de Família

1. Casal com filhos
2. Casal sem filhos

3. Família Monoparental (pai/mãe com filhos)
4. Pessoa só
5. Famílias complexas (com mais de um núcleo; ex: casal com um filho já casado e que vive na mesma casa)
6. Pessoas não aparentadas (coabitação de pessoas. Ex: jovens que partilham uma casa, pessoa que tem em casa um inquilino sem relação de parentesco)

40. Grau de escolaridade completo até à data:

1. Não sabe ler nem escrever
2. Sabe ler e escrever
3. 1º Ciclo
4. 2º Ciclo
5. 3º Ciclo
6. Ensino Secundário
7. Ensino Superior
8. NS/NR

41. Condição perante o emprego:

1. Trabalho por conta própria
2. Trabalho por conta de outrem
3. Ocupa-se de tarefas domésticas
4. Estudante
5. Desempregado, com subsídio de desemprego (Passar para Q44)
6. Desempregado, sem subsídio de desemprego (Passar para Q44)
7. Reformado (Passar para Q44)
8. Não trabalha, beneficiário do RSI (Passar para Q44)
9. Outro, qual? _____
10. NS/NR

42. Local de trabalho/estudo?

1. Centro histórico
2. Cidade fora das muralhas (Passar para Q44)
3. No concelho (Passar para Q44)
4. Fora do concelho (Passar para Q44)
5. NS/NR

43. Como classifica, em geral, as condições do seu local de trabalho?

1. Muito boas
2. Boas
3. Más
4. Muito más

44. Rendimento mensal do agregado familiar:

1. Menos de 100€
2. [100-300]€
3. [300-600]€
4. [600-900]€
5. [900-1200]€
6. [1200-1500]€
7. Mais de 1500€
8. NS/NR

45. Do ponto de vista da sua situação económica, qual é a situação com a qual se identifica?

1. Não tem o suficiente para viver
2. Tem algumas dificuldades mas dá para viver
3. Tem o suficiente para as suas necessidades
4. Vive bem
5. Vive muito bem
6. NS/NR

46. Em relação ao seu nível de vida (situação económica), acha que ele é:

1. Plenamente satisfatório
2. Satisfatório
3. Insatisfatório
4. Muito insatisfatório
5. NS/NR

47. Número de viaturas do agregado familiar: _____

48. Tem garagem?

1. Sim
2. Não
3. NS/NR

Anexo I - Inquérito por questionário a não residentes do Centro Histórico de Trancoso (Turistas e Visitantes)

O presente inquérito por questionário foi elaborado no âmbito de um estudo sociológico sobre requalificação urbana e qualidade de vida no Centro Histórico de Trancoso, inserido no plano de salvaguarda do Centro Histórico de Trancoso. Em parceria com a Câmara Municipal de Trancoso e o ISCTE - Mestrado em Estudos Urbanos. O estudo tem como objetivos:

- 1- Traçar uma caracterização sociodemográfica da população habitante do centro histórico e em a avaliar qualidade de vida oferecida pelo centro histórico aos seus habitantes e não habitantes (turistas e visitantes);
- 2- Apoiar, através de um conhecimento informado, assim o planeamento estratégico e a gestão local;
- 3- Propor medidas de revitalização do tecido sócio – económico e a cultura locais no centro histórico, contribuindo para repensar políticas municipais.

Todas as informações recolhidas são confidenciais. Os dados de identificação solicitados servem apenas para efeito de interpretação das outras respostas.

Inquérito nº	1. Sexo	2. Idade ____
	Masculino(1) ____	3. Profissão
	Feminino(2) ____	_____

4. País / Cidade _____

1. Motivos da Visita/Deslocação:

1. Passeio
2. Trabalho
3. Passagem
4. Queria conhecer devido ao património histórico e arquitetónico
5. Visitar amigos e/ou familiares
6. Outros, quais? ____
7. NS/NR

6. Veio:

1. Sozinho
2. Em família
3. Com amigos
4. Excursão
5. NS/NR

7. Quanto tempo permaneceu/vai permanecer em Trancoso?

8. Em relação aos seguintes aspetos da cidade indique o seu grau de satisfação: se está muito satisfeito (1) relativamente satisfeito (2), pouco satisfeito (3), nada satisfeito (4):

	Muito Satisfeito (1)	Relativamente Satisfeito (2)	Pouco Satisfeito (3)	Nada Satisfeito (4)	N.A (5)
8.1 Arquitetura dos edifícios do centro histórico – Valor patrimonial/histórico					
8.2 Estado de conservação / preservação dos edifícios					
8.3 Acesso e informações					
8.4 Estacionamento					
8.5 Limpeza das ruas					
8.6 Comércio e Serviços					
8.7 Simpatia das pessoas com que se cruzou					
8.8 Qualidade da unidade hoteleira onde ficou alojado					
8.9 Qualidade de restauração que frequentou					

9. Da sua visita à cidade de Trancoso, o que é que lhe agradou mais: (escolher apenas uma)

1. O centro histórico e o seu património arquitetónico
2. A paisagem
3. O contacto com as pessoas
4. O tipo de cidade (cidade pequena do interior)
5. Gastronomia
6. Festividades/feiras/tradições

10. A sua visita à cidade de Trancoso:

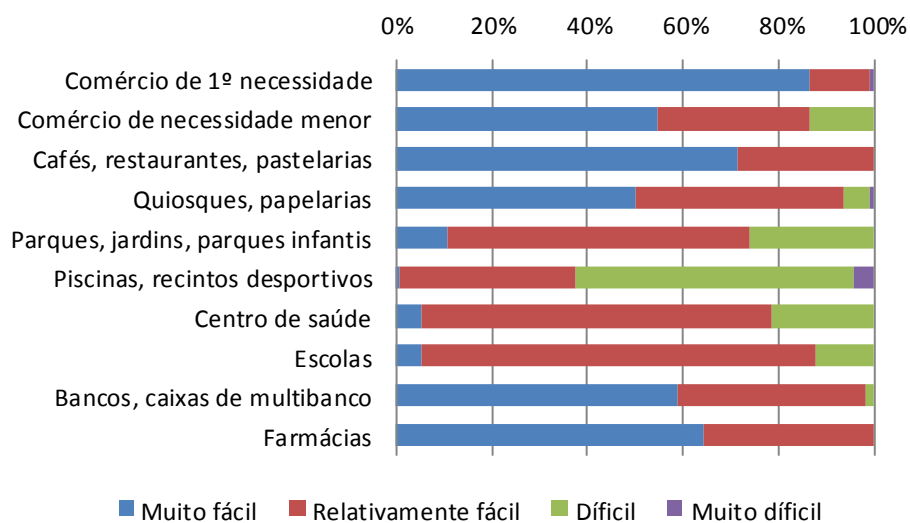
1. Superou as expectativas
2. Ficou aquém das expectativas

11. Pensa em voltar à cidade de Trancoso?

1. Sim
2. Não
3. NS/NR

12. O que considera necessário alterar para aumentar/incrementar a qualidade da cidade de Trancoso?

Anexo J – ***Facilidade de ter acesso a alguns serviços***



Fonte: Inquérito sobre requalificação urbana e qualidade de vida no centro histórico de Trancoso, 2014

Anexo K - **Dimensões e indicadores para a construção do inquérito por questionário**

Situação habitacional e condições residenciais

Dimensões	Indicadores
1. Condições de habitabilidade	Reside temporariamente ou permanentemente
	Onde morava anteriormente e que tipo de casa era
	Motivo pelo qual veio morar para este local
	Tempo de permanência
	Vínculo legal/jurídico com o imóvel
1.1 Condições interiores	Equipamentos básicos (instalações sanitárias)
	Satisfação com o espaço que dispõe
	Satisfação com o conforto
	Satisfação com a orientação solar/luminosidade
	Satisfação com a calma/tranquilidade
	Satisfação com a privacidade
	Satisfação com a qualidade de construção
	Satisfação com o estado de conservação
	Expectativa de mudar ou não de casa se tivesse oportunidade e que tipo de casa seria

Vivências e Redes de relações sociais

Dimensões	Indicadores
1. Vivências sociais	Frequência a jardins e praças
	Frequência de passeios pedonais
	Frequência a equipamentos desportivos
	Frequência a equipamentos culturais
	Frequência coletividades ou associações
	Frequência a comércio diário
	Frequência a cafés, restaurantes, bares
	Frequência a serviços de apoio
	Frequência a festas e acontecimentos
2. Relações de vizinhança	Classificação da relação
	Tipo de relação

Percepção da qualidade de vida

Dimensões	Indicadores
1. Apreciação da qualidade de vida em geral	Aspetos mais importante para a qualidade de vida
	Nível de qualidade de vida
	Satisfação com a qualidade de vida
2. Nível de vida	Rendimento mensal do agregado familiar
	Identificação da situação económica
2.1 Apreciação do nível de vida	Satisfação com o nível de vida

Percepção do centro histórico de Trancoso

Dimensões	Indicadores
1. expectativa sobre o centro histórico	Acesso a serviços públicos (farmácias, escolas, finanças, etc)
	Aspetos mais positivos em termos de qualidade de vida que o centro histórico oferece
	Aspetos menos positivos em termos de qualidade de vida que o centro histórico oferece
	Expectativa geral do centro histórico
	Elementos dissonantes do centro histórico
	Elementos importantes que definem o centro histórico

Plano de Salvaguarda do Centro Histórico de Trancoso

Dimensões	Indicadores
1. Cenário de reabilitação	Expectativa com a realização de obras c/ e s/ apoio técnico da CMT
	Disponibilidade de mudar de casa
2. Marcas CriptoJudaicas	Satisfação com a alteração na fachada

Anexo L – *Planta do Centro Histórico (Prioridade de intervenção)*

